

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

WÉBER FÉLIX DE OLIVEIRA

**CIRCULAÇÃO DE DISCURSOS LGBTs EM GOIÂNIA:
REFLEXÕES SOBRE PROCESSOS COMUNICATIVOS E FRONTEIRAS DE
SENTIDOS**

GOIÂNIA
2018

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS
DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: ☒ **Dissertação** ☐ **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

Nome completo do autor: WÉBER FÉLIX DE OLIVEIRA

Título do trabalho: CIRCULAÇÃO DE DISCURSOS LGBTs EM GOIÂNIA: REFLEXÕES SOBRE PROCESSOS COMUNICATIVOS E FRONTEIRAS DE SENTIDOS

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:


Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 25 / 06 / 2018.

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente
- Submissão de artigo em revista científica
- Publicação como capítulo de livro
- Publicação da dissertação/tese em livro

²A assinatura deve ser escaneada.

WÉBER FÉLIX DE OLIVEIRA

**CIRCULAÇÃO DE DISCURSOS LGBTs EM GOIÂNIA:
REFLEXÕES SOBRE PROCESSOS COMUNICATIVOS E FRONTEIRAS DE
SENTIDOS**

Texto para defesa de Dissertação de Mestrado apresentado à Linha de Pesquisa “Mídia e Cultura” do Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Comunicação, Área de Concentração “Comunicação, Cultura e Cidadania”, da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Área de Concentração: Comunicação, Cultura e Cidadania.

Linha de Pesquisa: Mídia e Cultura.

Orientação: Prof^{fa}. Dr^a. Rosana Maria Ribeiro Borges

Goiânia, maio de 2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

FÉLIX DE OLIVEIRA, WÉBER
CIRCULAÇÃO DE DISCURSOS LGBTs EM GOIÂNIA [manuscrito] :
REFLEXÕES SOBRE PROCESSOS COMUNICATIVOS E
FRONTEIRAS DE SENTIDOS / WÉBER FÉLIX DE OLIVEIRA. - 2018.
167 f.: il.

Orientador: Prof. ROSANA MARIA RIBEIRO BORGES.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Informação e Comunicação (FIC), Programa de Pós
Graduação em Comunicação, Goiânia, 2018.
Bibliografia. Anexos. Apêndice.
Inclui gráfico, tabelas.

1. Comunicação. 2. ativismo LGBT. 3. discurso. 4. fronteiras de
discurso. I. RIBEIRO BORGES, ROSANA MARIA, orient. II. Título.

CDU 007



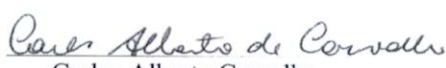
ATA 19/2018

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Aos trinta dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito, a partir das nove horas, via *webconferência*, no Centro de Eventos Professor Ricardo Freua Bufaiçal, realizou-se a sessão pública da Defesa de Dissertação de Mestrado de **WÉBER FÉLIX DE OLIVEIRA**, intitulada “CIRCULAÇÃO DE DISCURSOS LGBTs EM GOIÂNIA: REFLEXÕES SOBRE PROCESSOS COMUNICATIVOS E FRONTEIRAS DE SENTIDOS”. A banca examinadora foi composta pelos professores doutores Rosana Maria Ribeiro Borges (orientadora/FIC/UFG), Claudomilson Fernandes Braga (FIC/UFG) e Carlos Alberto de Carvalho (PPGCOM/UFGM). Após a arguição, os membros da banca se reuniram em sessão secreta para concluir a avaliação e definir o parecer final da dissertação, que foi aprovada. Por fim, lavrou-se a presente ata, que segue assinada pelo Presidente e pelos demais membros da banca.

Profª. Dra.  (Presidente)
Rosana Maria Ribeiro Borges

Prof. Dr. 
Claudomilson Fernandes Braga

Prof. Dr. 
Carlos Alberto Carvalho

AGRADECIMENTOS

O sonho de participar de uma vida acadêmica nasceu ainda quando eu cursava Comunicação social – Jornalismo nesta instituição de ensino nos anos de 2011/2014. Os primeiros passos foram dados ainda no primeiro ano do curso com a produção de um artigo científico para uma disciplina. Foi paixão ao primeiro contato. Ao longo dos anos eu tinha como certo de ao final do meu curso de graduação, que eu seguiria minha vida na academia e continuaria meus estudos num curso de pós-graduação – Mestrado e mais tarde o Doutorado.

Durante a escrita da minha monografia eu tive um apoio incondicional da professora Rosana Maria Ribeiro Borges que me acolheu e me incentivou durante a pesquisa e a escrita do trabalho. O mesmo apoio que recebi para que eu continuasse meus planos acadêmicos. Infelizmente ao final do curso, eu precisei dar um tempo e interromper esse sonho por conta de uma proposta de emprego em outra cidade. Mas, aquele sonho continuava latejando em minha mente. Eu precisava retomar de onde parei. Foi quando, em 2015, decidi abandonar o mercado de trabalho e apostar na carreira acadêmica.

A ex-professora se tornou uma grande amiga e sempre continuou me incentivando e cobrando para que eu ingressasse novamente na academia. Seu apoio foi decisivo durante o processo de seleção. Jamais esquecerei suas palavras de motivação antes de entrar na sala para ser sabatinado por sete professores do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Informação e Comunicação da UFG. Palavras que guardamos em nossas mentes.

Quando soube do resultado dias depois, liguei, euforicamente, para contar a ela a notícia: havia sido aprovado no mestrado em comunicação na UFG. Mas, ela não foi pega de surpresa. Já sabia do resultado e me deu a melhor notícia que podia receber naquele momento. Ela havia me escolhido para ser seu orientando no mestrado nos próximos dois anos.

Durante esse tempo eu enfrentei muitas dificuldades, fui acometido das doenças mais recorrentes dos alunos de pós-graduação no Brasil, quadro clínico de ansiedade e depressão. Mais uma vez ela esteve ao meu lado e não me abandonou. Não deixou que a doença me vencesse. Sempre me deu a mão e caminhou ao meu lado. Hoje, posso dizer que termino essa etapa graças à sua dedicação, conselhos, amor de uma mãe que jamais abandonou o *fiote* e o ajudou a vencer as dificuldades impostas pelo processo da vida.

Serei eternamente grato à sua dedicação e carinho durante esses dois anos que estive sob sua orientação. Pela liberdade que tive na escolha do meu objeto, caminhos teóricos e

metodológicos. Ao seu lado, cresci não apenas como aluno, pesquisador e professor, mas também como ser humano. Em muitos momentos coloquei em dúvida esse dom e minha habilidade como profissional da academia. Mas, hoje encerro esse processo de aprendizado com a certeza de que fiz a escolha certa para minha vida. Sonho que eu possa oferecer à academia e aos meus futuros alunos ao menos um pouco do que ela é como pessoa, professora e pesquisadora. Muito obrigado Rosana, por tudo que fez por mim.

De forma semelhante também gostaria de agradecer ao apoio incondicional que tive de outra mulher guerreira que sempre esteve ao meu lado, minha mãe, Oraldina Félix de Oliveira. Seus ensinamentos me guiaram em todas as escolhas que fiz para minha vida. Tenho certeza de que o que sou e onde eu cheguei são consequências de tudo que me ofereceu, seu carinho, seu amor e sua luta para permitir que eu realizasse meus sonhos.

Tenho em você um espelho de ser humano que nunca fraquejou nas lutas durante a vida, tanto na academia, no mercado de trabalho, em sala de aula. Se hoje, apresento esse trabalho foi porque você confiou em mim e apostou no meu sonho. Também jamais esquecerei suas palavras de incentivo quando sempre diz, que sempre batalhou para me proporcionar uma vida melhor que a sua e para que eu alcance meus objetivos pessoais e profissionais.

Duas mulheres que carrego no peito e tenho orgulho de dizer que são exemplos de perseverança e dedicação. Espero que eu possa ser um pouco para as pessoas, o que vocês significam para minha vida. Muito obrigado. Dedico esse trabalho a vocês.

Esta pesquisa contou com apoio financeiro da Fapeg – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás

*Eu sei que tudo vai ficar bem
E as minhas lágrimas vão secar
Eu sei que tudo vai ficar bem
E essas feridas vão se curar*

*O que me impede de sorrir
É tudo que eu já perdi
Eu fechei os olhos e pedi
Para, quando abrir, a dor não estar aqui*

*Mas sei que não é fácil assim
Mas vou aprender no fim*

*Minhas mãos se unem para que
Tirem do meu peito o que é de ruim
E vou dizendo*

*Tudo vai ficar bem
E as minhas lágrimas vão secar
Tudo vai ficar bem
E essas feridas vão se curar*

*Eu sei que tudo vai ficar bem
Tudo vai ficar bem*

*O que me impede de sorrir
É tudo que eu já perdi
Eu fechei os olhos e pedi
Para, quando abrir, a dor não estar aqui*

*Mas sei que não é fácil assim
Mas vou aprender no fim
Minhas mãos se unem para que
Tirem do meu peito o que é de ruim
E vou dizendo*

*Tudo vai ficar bem
E as minhas lágrimas vão secar
Tudo vai ficar bem
E essas feridas vão se curar*

*Se recebo dor, te devolvo amor
Se recebo dor, te devolvo amor
E quanto mais dor recebo
Mais percebo que sou
Indestrutível*

(PabllloVittar)

RESUMO

É por meio dos processos comunicacionais que as pessoas interagem umas com as outras e que são produzidos os bens simbólicos, os sentidos sociais, as identidades e a cultura. A partir dessa ideia, entende-se que a circulação de sentidos está diretamente conectada à produção e à disseminação discursiva no espaço público. Assim, no presente estudo propõe-se analisar os discursos dos movimentos LGBTs em Goiânia e a sua circulação no espaço público. Busca-se, com esse trabalho, descortinar os caminhos dos discursos do ativismo LGBT na cidade, considerando-se os fluxos, a mediação e a resignificação discursivos. Para tanto, utilizou-se como metodologia a construção de histórias de vida oral (narrativas) para que se pudesse analisar a resignificação construída por sujeitos LGBTs. Dessa maneira, foram entrevistadas nove pessoas (gays, lésbicas, bissexuais e transexuais) para que se compreendesse como se dá o processo comunicativo no espaço público. Ao observar-se os fluxos comunicativos, foram identificados a existência de fronteiras discursivas que interferem no acesso, no consumo, na interpretação e na reprodução dos discursos LGBTs.

Palavras-chave: Comunicação; ativismo LGBT; discurso e fronteiras de discurso.

ABSTRACT

It is through communicational processes that people interact with each other and that symbolic goods, social meanings, identities and culture are produced. From this idea, it is understood that the circulation of the senses is directly connected to the production and the discursive dissemination in the public space. Thus, in the present study was proposed to analyze the discourses of the LGBT movements in Goiânia and their circulation in the public space. The aim of this work is to uncover the paths of LGBT activism discourses in the city, considering discursive flows, mediation and resignification. For this purpose, the construction of oral life histories (narratives) was used as a methodology in order to analyze the resignification constructed by LGBT subjects. In this way, nine people (gays, lesbians, bisexuals and transsexuals) were interviewed to understand how the communicative process takes place in the public space. By observing the communicative flows, was identified the existence of discursive frontiers that interfere in the access, consumption, interpretation and reproduction of LGBT discourses.

Keywords: Communication; LGBT activism; discourse and frontiers of discourse.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I – PROCESSO COMUNICATIVO E DISCURSIVO NA ESFERA PÚBLICA.....	23
1.1 FORMAÇÃO DA ESFERA PÚBLICA ENTRE AS NOÇÕES DE PÚBLICO/PRIVADO	25
1.2 CIRCULAÇÃO DE DISCURSOS, PRODUÇÃO DE SENTIDOS E COMUNICAÇÃO.....	34
CAPÍTULO II – MOVIMENTOS SOCIAIS E OS CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO DE DIREITOS	49
2.1 ORGANIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: ORIGEM E CARACTERÍSTICAS FUNDAMENTAIS	49
2.2 MOVIMENTO LGBT: A LUTA POR DIREITOS	62
CAPÍTULO III – O SUJEITO E SUA EXPRESSÃO ATRÁVES DO CORPO, IDENTIDADE E CULTURA	71
3.1 CORPO, DISCURSO E COMUNICAÇÃO	71
3.2 A NARRATIVA COMO EXPRESSÃO DO SUJEITO E DE SUA HISTÓRIA.....	83
3.3 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE IDENTIFICAÇÕES CULTURAIS DO SUJEITO PÓS-MODERNO	89
CAPÍTULO IV – DESCORTINAMENTO DOS DISCURSOS E PROCESSOS COMUNICATIVOS	99
4.1 DECIFRANDO RE(a)PRESENTAÇÃO DOS LGBTs EM GOIÂNIA	99
4.2 OS MEDIAS E O PROCESSO DE (RE) SIGNIFICAÇÃO DOS DISCURSOS POR SUJEITOS LGBTs.....	113
CONSIDERAÇÕES: OS FLUXOS E AS FRONTEIRAS DISCURSIVAS NO PROCESSO COMUNICATIVO.....	136
REFERÊNCIAS	146
APÊNDICE A.....	151
APÊNDICE B	153
ANEXO A	154
ANEXO B.....	155

ANEXO C156

ANEXO D157

ANEXO E.....160

ANEXO F161

ANEXO G164

ANEXO H.....165

INTRODUÇÃO

Itaberly Lozano foi morto a facadas. Edivaldo Silva e Jeovan Bandeira tiveram seus corpos carbonizados. Sheila Santos foi assassinada com um tiro na cabeça. Emanuelle Muniz foi morta a pedradas. Wagner Pereira foi morto com oitenta facadas. Elessandro Milan foi degolado e esquartejado. O que essas pessoas e tantas outras que sequer ganham um nome nas páginas dos jornais têm em comum? Elas e eles são mortos porque são gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTs).

Os crimes de ódio cometidos contra a população LGBT avolumam os dados estatísticos de homicídio no Brasil. Segundo a ONG Grupo Gay da Bahia, desde 1970, 2016 foi o ano mais violento contra as pessoas LGBTs. O levantamento realizado pela ONG, a partir de matérias publicadas em veículos de jornalismo, aponta que foram registradas 343 mortes em todo o país, o que indica que um LGBT é morto a cada 25 horas no Brasil, deixando o país no topo do *ranking* mundial de crimes desse tipo (GRUPO GAY).

Os dados podem conter uma imprecisão e os índices podem ser bem maiores do que os que conhecemos. Isso porque não há controle específico do poder público sobre crimes de ódio contra a população LGBT. As estatísticas oficiais vêm do Relatório de Violência Homofóbica no Brasil, que foi divulgado pelo Ministério dos Direitos Humanos do Governo Federal em 2016, mas com referência a dados de 2013, a partir de registros do Disque Direitos Humanos, que totalizou 1.695 denúncias de 3.398 violações relacionadas à população LGBT, envolvendo 1.906 vítimas e 2.461 suspeitos.

A frieza das informações estatísticas não representa a história de cada pessoa que sofreu alguma violência. No entanto, os números podem ajudar a dar visibilidade a essa situação de preconceito, discriminação e exclusão que as pessoas LGBTs enfrentam diariamente. O não-acobertamento dos números e dessas situações de violência ajuda não apenas no enfrentamento do preconceito, como também na promoção de políticas públicas pelo Estado.

O ódio ou a rejeição aos homossexuais, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros não é unicamente expresso através de agressões físicas. O preconceito também está estruturado em formas simbólicas. A sociedade impõe uma padronização *hetero-cis-normativa* que deve ser seguida e as pessoas que não se adequam ou não se encaixam nessa padronização são sumariamente inferiorizadas. Essa construção ideológica funciona por meio de dispositivos discursivos que promovem uma tipologia sexual ou de gênero em detrimento de outra, criando, conseqüentemente, uma hierarquia entre os diferentes sujeitos. Um xingamento na rua e até o

diferenciamento de tratamento no ambiente de trabalho, por exemplo, são formas de exclusão e discriminação que agem pelo simbólico.

Coutinho e Borges (2015) explicam que um dos mecanismos do mundo simbólico é o ato de nomeação. Através desse exercício linguístico o ser humano não apenas nomeia as coisas do mundo ou dá nomes as pessoas, ela as inscreve em um meio social. Ou seja, o ato de nomeação delimita fronteiras, naturaliza limites, demarca lugares, além de servir para a manutenção de uma ordem. Ao analisarmos historicamente a população LGBT, podemos observar que, em muitos casos, através do ato de nomeação essas pessoas, que se identificam com algum desses nomes, são marcadas e inferiorizadas.

Poderíamos nos arriscar a dizer que estamos passando por um momento de naturalização de atos de violência, que tendem a transformar o diferente em inferior. A naturalização age de forma a não dar visibilidade às práticas violentas, uma vez que a violência seria algo natural e inerente a espécie humana. No entanto, a violência sendo ela simbólica ou física contra essas pessoas é da ordem do socialmente construído e é fruto da cultura de quem escolheu seguir um padrão pós-cristianismo como nos alerta Coutinho e Borges (2015).

Essa situação, que não é contemporânea, é histórica, levou, na década de 1970, à formação de inúmeras instituições e grupos sociais no Brasil contra a invisibilização social e demais formas de violências que eram cometidas no período. Várias entidades surgiram com o intuito de defender a população LGBT de formas de discriminação e violência, em razão de sua orientação sexual e identidade de gênero. Posteriormente essas instituições encabeçaram batalhas a favor da promoção e extensão de direitos a gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros.

Orientados por ações propositivas, os grupos buscam, a partir da visibilidade, a introdução de demandas na esfera pública¹ que são importantes para os movimentos sociais. Por essa prática entendemos que o ativismo social integra energias de transformação da sociedade em diversos eixos temáticos, como por exemplo, direitos aos LGBTs. Das diversas formas de atuação dos movimentos sociais, identificamos que as organizações dos movimentos sociais se avolumam em três campos de produção discursiva LGBT, quais sejam: Atuação Militante, Atuação Política e Atuação Acadêmica.

A primeira instância de atuação está ligada ao que chamamos de Atuação Militante. Definimos assim os grupos sociais organizados que não estão na hierarquia organizacional do

¹Consideramos como esfera pública a definição dada por Gomes (2005). O autor considera como sendo espaço social em que os sujeitos participantes interagem entre si, possibilitando, dessa maneira, o exercício da comunicação.

Estado e que não possuem fins lucrativos. São exemplos dessa categoria entidades de classe, sindicatos, federações, associações e ONGs.

A segunda instância, definida por Atuação Política, está intimamente ligada ao Estado. As ações sociais acontecem através de políticas públicas de promoção de direitos e igualdade. São destacados nesse campo os grupos políticos e entidades políticas que trabalham pela produção de leis e ações voltadas às minorias.

A terceira instância se caracteriza pela formação de coletivos ligados a educação no ensino Superior. Dada à natureza de sua origem, decidimos defini-la por Atuação Acadêmica. Os coletivos formados na esfera da educação desenvolvem estudos e pesquisas com o objetivo de compreender a realidade social e oferecer caminhos de promoção social através do conhecimento. Destacamos núcleos de estudos em faculdades e universidades ou coletivos que promovem discussões nessas instituições.

Independente da classificação adotada, entendemos que as fronteiras das instâncias de atuações não são rígidas e bem definidas. Na maioria das vezes essas instâncias se unem ou se sobrepõem umas a outras, em um intercâmbio simbólico, na luta contra o preconceito, discriminação e a violência.

Os movimentos sociais, e em específico o ativismo LGBT, representam uma das forças motriz de modificação das condições em que se encontram a sociedade. As reivindicações ultrapassam o propósito de indignação e consolidam uma luta por equidade de direitos sociais e transformação dos valores da sociedade/comunidade, ou seja, um contrapoder, que Castells (2013) considera como a capacidade dos atores sociais desafiar o poder das instituições da sociedade. Ao fazerem isso, os movimentos sociais reivindicam a representação de seus valores e interesses.

Barbalho (2005) acrescenta que é a partir da década de 1950 que os movimentos sociais passam a reivindicar do Estado não apenas serviços públicos, mas também o reconhecimento das diferenças, identidades e singularidades. Ele explica ainda que o ativismo, por um lado, se caracteriza pela luta de afirmação das diferenças e, por outro, pelo direito de exercer sua singularidade sem que haja desigualdades.

Quando colocamos o foco nas lutas sociais desses movimentos, inegavelmente devemos também estender a nossa análise para o campo da comunicação. Esses dois agentes estão ligados a partir do momento em que a comunicação mediática passou a mediar também essas lutas e outros campos sociais. Paiva (2005) corrobora com essa ideia quando diz que os

medias assumiram um papel capaz de definir todas as antigas mediações sociais, regulando, dessa maneira, a relação do indivíduo com o mundo.

Os estudos do processo comunicativo e dos *medias* tornam-se fundamentais, uma vez que é no campo da comunicação que essas relações sociais passam a ser geridas. Dois motivos levantados por Paiva (2005) e Barbalho (2005) endossam tal proposição: 1) o desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação possibilitou aos movimentos sociais o uso instrumental dos meios e dos veículos comunicacionais para estruturar suas lutas; 2) a comunicação tornou-se também lugar para o ativismo moderno e contemporâneo. Cada vez mais os movimentos sociais lançam suas raízes e tentam atuar nesse novo espaço, o mediático.

É por meio desses novos espaços que os movimentos sociais divulgam suas ideias e buscam conquistar reconhecimento do público de suas lutas e demandas. O reconhecimento se dá por meio do processo de legitimação que confere a esses movimentos sociais o poder de representar uma categoria ou um grupo de pertencimento/identificação.

Ao tratarmos de representação e democracia, Sodré (2005) vem nos ensinar que hoje temos um modelo de democracia no qual predomina a vontade da maioria, levando-se em consideração o quantitativo. No entanto, deveríamos repensar e adotar um modelo qualitativo no qual as minorias teriam suas “vozes” representadas e acolhidas. Para o autor, dar voz às minorias, é permitir que esses grupos também interfiram nas instâncias decisórias do poder. Minoria seria, nas palavras dele: “[...] um dispositivo simbólico com uma intencionalidade ético-política dentro da luta contra-hegemônica” (SODRÉ, 2005, p.12).

Barbalho (2005) vai concluir que o acesso democrático aos meios de comunicação é o primeiro passo para que as minorias tenham a sua cidadania garantida. Os *medias* tem a capacidade, em si, de dar voz e visibilidade a conteúdos e discursos; de dar vida pública às demandas e aos debates; de construir mensagens e imagens; de dar acessibilidade à esfera pública.

Os estudos de Thompson (1999) demonstraram para nós que o advento das tecnologias não alterou apenas o modo como nos comunicamos, mas também as relações sociais. A relação do indivíduo com o mundo foi alterada sistematicamente, fazendo com que a noção de espaço fosse diminuída em contraposição a noção de tempo que foi dilatada.

É interessante pensarmos como os meios técnicos e tecnológicos alteraram também a construção de discursos na sociedade e a sua visibilidade. Com a *internet*, por exemplo,

vivemos uma onda do instantâneo, no qual as trocas de mensagens e imagens são realizadas a um toque no celular ou a um clique nos computadores.

Uma imagem postada numa rede social, uma mensagem compartilhada no *twitter* ou uma carta aberta a uma nação são instrumentos discursivos utilizados pelos sujeitos como meios estratégicos de visibilidade. Cada vez mais estamos lidando com intencionalidades e meios estratégicos de divulgação e de posicionamento no meio social.

Todavia, nos questionamos se a produção simbólica e a circulação desses bens simbólicos são suficientes para a transformação social. Isso porque devemos levar em consideração a complexa rede de relações que são estabelecidas pela sociedade, pelas instituições públicas e privadas e pelo próprio Estado.

Por esse motivo, nos propomos um estudo tendo como temática os discursos do movimento LGBT em Goiânia e a análise dos caminhos comunicativos percorridos por esses discursos, quais mecanismos comunicativos esses discursos são operados, levando-se em consideração o processo de (re)significação desses produtos simbólicos por sujeitos gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros.

Para entendermos todo o processo foi necessário optar pelo exame do processo comunicativo, considerando o fluxo dos discursos desde a produção, mediação e ressignificação. A escolha dessa temática para esse estudo deveu-se a necessidade de descortinar os caminhos dos discursos LGBTs na sociedade e entender por que ainda há resistência social/comunicativa para tais discursos nos veículos de jornalismo e também no espaço público.

Partimos do pressuposto que os discursos passam por filtros/fronteiras da sociedade. Ou seja, os discursos são submetidos às instituições que os significam e os redistribuem para a população. Além dos filtros institucionais, há os filtros dos sujeitos que são balizados pelo contexto social onde estão e pelos valores éticos, morais e culturais subjacentes a esses sujeitos. Assim, o processo comunicativo é orientado por fluxos simbólicos que podem ser modificados em cada uma dessas instâncias por mecanismos de significação e ressignificação. Por esse motivo essa pesquisa se debruçou, como objeto de estudo, sobre os discursos LGBTs para compreendermos os mecanismos e os filtros com os quais eles são submetidos.

Dessa maneira, pretendeu-se entender por que os discursos do ativismo LGBT em Goiânia ainda são restritos a certos espaços discursivos? Quais são as orientações dos fluxos comunicativos do movimento LGBT? Por que as demandas do movimento LGBT não fazem parte das pautas dos telejornais locais? Entender quais as significações dadas aos discursos do

movimento(s) LGBT em Goiânia por pessoas gays, lésbicas, travestis e transexuais? Qual a visibilidade dos discursos do ativismo LGBT em Goiânia?

Temos como objetivo geral desta pesquisa, descortinar os processos comunicativos e os caminhos percorridos pelos discursos LGBTs em Goiânia. Assim, orientamos nossa pesquisa para interpretar os mecanismos comunicacionais adotados ao longo dos fluxos discursivos. Mais especificamente, buscamos:

- a) Identificar a relação dos meios de comunicação com o processo de significação dos discursos LGBTs em Goiânia;
- b) Observar como é a recepção dos discursos do movimento social pelos sujeitos LGBTs;
- c) Identificar qual a relação das instâncias de produção discursiva dos movimentos LGBTs e a constituição dos sujeitos LGBTs;
- d) Descobrir quais são as fronteiras discursivas no processo comunicativo e como elas atuam sobre os discursos.

Decidimos nos guiar pelos estudos que se referem à comunicação, aos processos discursivos e à esfera pública. Para iniciarmos nossa discussão é interessante destacar a importância que os estudos do discurso têm para essa pesquisa, já que tratamos de identificar os principais discursos da militância LGBT, quais os mecanismos comunicacionais eles estão interligados e por fim quais as fronteiras desses discursos.

Recorremos à linha francesa de estudos do discurso a partir das leituras de Charaudeau (2015), Maingueneau (2015), Manhães (2009), Orlandi (2005). Avançamos sobre discurso e sentido com as autoras Borges (2013), Gregolin (2007) e Thompson (1999) e chegamos ao simbolismo e construção do corpo a partir da relação do sujeito com o mundo com os autores Siqueira (2006), Greiner (2005), Daolio (2011).

Para sustentar nossa discussão sobre movimentos sociais iniciamos o debate a partir da construção da esfera pública com Habermas (2003), que iniciou os estudos sobre esse campo e avançamos com Gomes (2008), para então entrarmos sobre as pesquisas já desenvolvidas sobre teorias dos movimentos sociais com Gohn (2013), Dias (2013), Carvalho (2015), Tognozzi (2014), Sorj (2014), Wonton (2012) e Castells (2003). A partir do estabelecimento das bases dos movimentos sociais entramos para os estudos sobre o movimento LGBT, a partir das seguintes autoras: Facchini (2005), Canfield (2015) e Ramos (2005).

Estruturamos nossa discussão sobre cultura, identificações culturais a partir dos estudos de Hall (2011), Woodward (2013), Silva (2013), Castells (1999), Figueiredo (2011) e

Prado (2006). Seguimos nossa apresentação teórica a partir da expressão do sujeito através das narrativas embasado nos estudos de Costa (2001), Motta (2013), Meihy e Holanda (2007), Barbato (2001), Montenegro (2007) e Delgado (2003).

Quanto a exposição dos dados da nossa pesquisa, buscamos nos ensinamentos de Thompson (2008), Charaudeau (2015), Prudêncio (2010), Maia (2010), Carvalho (2012) e Verón (1987) o aporte teórico sobre a interferência dos medias no processo de significação, fluxos comunicativos e circulação de sentidos.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Optamos neste estudo por uma abordagem qualitativa, uma vez que nos oferece melhores condições para compreendermos detalhadamente o nosso objeto de estudo (discurso LGBT e processo comunicativo) e o contexto em que ele se encontra: o processo comunicativo que envolve o movimento LGBT.

Como consequência do objeto em questão, optamos pelo método história oral de vida e temática por se tratar de uma prática de apreensão de narrativas com intuito de se conhecer processos sociais da atualidade. Segundo Meihy e Holanda (2007), a apreensão de narrativas garante um significado primordial às pessoas.

As histórias contadas oralmente são materializadas fazendo com que a memória e as pessoas a elas atreladas continuem vivas ao longo dos anos. Mais do que isso, passamos pelo reconhecimento desses sujeitos e garantimos a importância das histórias para a compreensão contexto histórico e social em que eles estão inseridos.

Decidimos pelo gênero história oral de vida porque esse tipo de método está alicerçado em uma prática livre onde os sujeitos entrevistados podem apresentar narrativas subjetivas a partir do uso da oralidade e da memória coletiva. Essas narrativas são constituídas não apenas por textos orais, mas também por memória, ajeites, contornos, derivações e imprecisões. A partir da fala de nossos entrevistados conseguimos observar a trajetória de vida (histórico/pessoal) e assim chegamos ao modo de construção desses sujeitos.

A escolha pelo gênero da história oral temática se deu porque essa proposta prevê a existência de um foco central e a exploração profunda de uma temática específica através de questionários. Esse tipo de técnica é usado para o esclarecimento de situações conflitantes, polêmicas e contraditórias. A partir de um questionário estruturado buscamos observar a opinião dos nossos entrevistados sobre a militância LGBT, a relação da afirmação desses

sujeitos, o reconhecimento da extensão de direitos à população LGBT e os movimentos sociais.

Primeiramente fizemos uma pesquisa bibliográfica para levantarmos as principais obras e autores que discutem os assuntos que serão tratados nesta pesquisa. Seleccionamos documentos que vão desde obras completas, capítulos em livros, capítulos em revistas científicas, até artigos científicos que versam sobre a) comunicação; b) esfera pública; c) limites entre o público e o privado; d) discurso; e) corpo e cultura; f) movimentos sociais; g) movimento LGBT; h) lugar de fala; i) identidade/identificações culturais; j) fluxos de comunicação. A pesquisa concentrou-se na procura por fontes primárias, secundárias e bibliográficas que foram seleccionadas através de canais de buscas especializados na *internet* e banco de bibliotecas.

O projeto foi submetido à aprovação por meio de projeto de pesquisa junto ao Conselho Diretor da Faculdade de Informação e Comunicação (Anexo A), à aprovação do Comitê de Ética em pesquisa da Universidade Federal de Goiás (Anexo F) a partir do cadastro do projeto de pesquisa junto ao Conselho Nacional de Saúde – Comissão Nacional de Ética em Pesquisa através da Plataforma Brasil (Anexo E), com a elaboração e análise de Termo de Compromisso (Anexo G), Termo de Consentimento Livre Esclarecido (Anexo H) e Instrumentos de coleta de dados (Apêndice B).

A coleta de dados foi realizada a partir de entrevistas em profundidade aberta com lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, sendo que essas pessoas não participam ativamente de algum movimento social. Para tanto, definimos como estratificação, com base no IBGE, a faixa etária “Adultos” que corresponde à população que possui entre 20 a 59 anos de idade. Foram entrevistas nove pessoas a partir da autoafirmação identitária de gênero e sexual assim disposta por dois gays, duas lésbicas, duas bissexuais e três transexuais. Não logramos êxito para entrevistarmos travestis devido à resistência dessas pessoas e o cumprimento de prazo para a conclusão desse estudo.

Como complemento às entrevistas realizadas, decidimos, pois, recorrer à produção jornalística de alguns veículos de imprensa local para observarmos como se deu a elaboração de conteúdos, discursos e imagens que remetem aos sujeitos LGBTs. Para a realização do levantamento e análise documental, fizemos uma busca em sites dos principais veículos de informação no Estado: o canal YouTube do Jornal do Meio Dia, principal noticiário da emissora afiliada ao SBT e o site G1 Goiás, ligado à TV Anhanguera, afiliada da Rede Globo.

Nas duas buscas, utilizamos como palavra-chave “LGBT” e dos resultados obtidos selecionamos as matérias mais recentes em um intervalo de um ano.

A partir dos dados obtidos escolhemos a análise do discurso, com base nos estudos de Charaudeau, (2015) como ferramenta para desconstruirmos os textos em discursos e assim identificarmos os mecanismos de produção discursivas utilizados pelos entrevistados. Para descortinar o contexto de produção e produção de significados dos discursos e sentidos, foram escolhidas as seguintes elementos identificadoras: a) identidade individual e coletiva; b) militância; c) direitos sociais e direitos LGBTs; d) *medias* ou veículos de comunicação e) comunicação ou estratégias de comunicação; f) mobilização social.

ESCRITA

No *Capítulo I* introduzimos o tema esfera pública, conceito originalmente estudado por Habermas (2003), mas que sofreu alterações e novas leituras por outros(as) autores(as) e até mesmo por ele. Partimos desse conceito para entender como se dá o processo comunicativo e a circulação de discursos dentro da esfera pública. Observamos ainda como os discursos estão intimamente ligados com o processo comunicativo, com a produção de sentidos e a construção dos corpos, numa relação de trocas entre os sujeitos e o mundo.

No *Capítulo II* recorremos a estudos sobre movimentos sociais para entendermos a relação do ativismo com a produção e promoção de direitos sociais e a construção de cidadania. Observamos que os movimentos sociais produzem efeitos sobre os sujeitos e as sociedades, transformando-as. Ainda fazemos uma visita a trajetória histórica ao movimento LGBT para compreendermos as demandas e as estratégias adotadas por coletivos que estão envolvidos com essa luta, ressaltando as instâncias de produção de discursos.

No *Capítulo III* buscamos compreender o processo comunicativo e a relação que se faz entre ela e a construção do sujeito pós-moderno. Para tanto, lançamos mão de uma discussão interdisciplinar entre os conceitos corpo, discurso, cultura/identidade e das narrativas. Observamos, pois, a expressão do sujeito a partir da elaboração de discursos que se apresentam ao mundo primeiramente através do corpo, de sua identidade e das narrativas que o ser humano constrói de si.

E por fim, no *Capítulo IV* apresentamos nossa análise dos dados coletados nas entrevistas realizadas com nove pessoas, identificando no processo comunicativo os lugares de fala, de produção discursiva de cada sujeito, o processo de construção identitária e a

relação de representatividade de cada entrevistado estabelece com os movimentos sociais e com os discursos da militância LGBT. A partir dessa análise propomos a existência de quatro fronteiras discursivas que interferem ou modificam a circulação de bens simbólicos e a construção de sentidos sobre os discursos LGBT.

CAPÍTULO I – PROCESSO COMUNICATIVO E DISCURSIVO NA ESFERA PÚBLICA

Os principais estudos que abordam a temática Comunicação Pública concentram-se prioritariamente sobre as interações comunicativas entre o Estado e a Sociedade. São ricos os estudos que focalizam o Estado como o principal agente social dentro desse processo. No entanto, há algumas correntes que abandonaram essa perspectiva e passaram a problematizar também a comunicação pública a partir da própria sociedade organizada e do cidadão.

Matos (2009) vai nos ensinar que faz parte da construção da comunicação pública não apenas o Estado, mas são igualmente importantes para o processo a sociedade e os indivíduos. Daí suscitamos um novo paradigma para os estudos sobre comunicação pública: como espaço de uma sociedade organizada no qual há a ocorrência de debates, negociações e tomadas de decisão. Duarte (2009) vai dizer que a comunicação, e principalmente, a comunicação pública estão acima de qualquer interesse privado, pessoal ou de mercado. É um bem de natureza coletiva. É, assim, por meio dela que se garantem aos indivíduos os pressupostos de sua cidadania: direito à informação, à liberdade de expressão e participação ativa na sociedade

A informação é um bem social de interesse do cidadão. O grande desafio é fazer com que as desigualdades sejam extintas e que todo indivíduo possa ter o seu acesso garantido e sua expressão e participação respeitada. O grave problema levantado por Duarte (2009) é que as pessoas que mais precisam do acesso à informação são as que enfrentam maiores dificuldades no acesso e na compreensão.

Somente a partir do acesso à informação, os indivíduos poderão fazer parte do processo comunicativo e se colocar como ator ativo da sociedade. Duarte (2009) nos lembra que as grandes barreiras não são a falta de instrumentos (canais de diálogo) ou de informação, mas como fazer com que a partir da comunicação (massiva, segmentada ou direta) o sujeito possa integrar o processo, sabendo utilizar as ferramentas existentes, chegar à informação e ter capacidade de agir.

Nesse caminho não podemos deixar de lado que esse novo olhar está atrelado diretamente, no Brasil, ao processo de redemocratização. A sociedade passa a ter visibilidade com vários grupos organizados que vem através de estratégias comunicativas debater novas agendas. A partir dessa nova visibilidade, vimos emergir novos atores sociais diferentes do Estado e a busca contínua deles na participação no processo social e político do país. Há, assim um rearranjo da esfera pública com a inserção de novas demandas de interesse público.

Outro sentido ligado à comunicação pública e o período de democratização brasileiro é pautado pela constituição que normatiza e estabelece que a mesma se dá por meio de concessões públicas de veículos de radiodifusão. Temos aí outro tema bastante caro para nossas discussões. Estariam então as TVs e estações de Rádio à serviço do interesse público ou aos interesses de públicos específicos? Estaria, assim, garantido via constituição a pluralidade de vozes e de acesso a esses meios de comunicação? O processo de difusão de informações estaria sendo realizado de forma democrática e igualitária, respeitando todos os atores sociais? As emissoras de radiodifusão realizam um serviço de utilidade pública sem amarras com o mercado ou com o Governo?

Para Matos (2009) a comunicação pública exige a participação da sociedade e todos os seus segmentos. Independente se a comunicação é ligada ao Estado diretamente ou aos *medias*, a população deve agir não apenas como receptora, mas também como produtora do processo comunicativo (agente social ativo na esfera pública). É a partir da composição da esfera pública que o indivíduo formaliza a sua participação na comunicação pública, participando não apenas da emergência de pautas para debate, mas também da negociação e tomada de decisões sobre as agendas levantadas. Para tanto, Matos (p. 53, 2009) explica que para “a implantação de vias materiais e imateriais de trocas de informação devem ser acessíveis, amigáveis e universais”.

Falar em democracia na esfera pública é necessário que os indivíduos façam parte dela de forma ativa, mais do que isso, precisam sentir-se (sentimento) parte integrante do processo. A participação dos indivíduos deve ser possibilitada por meio de políticas de integração e valorização deles para que assim possam gozar do direito de, realmente, ser considerados e imbuídos do papel de ser cidadão e poder se expressar.

Ao estabelecer-se novos espaços públicos de discussão podemos criar, assim, redes mobilizadoras de debates que interligam os diversos agentes sociais e por que não o cruzamento de pautas de debate entre diversos polos de emissão, criando-se, dessa maneira, redes sociais de integração e interação entre os sujeitos sociais. Tendo em vista essa construção e já como levantado anteriormente é necessário que se estabeleça regras de convivência e de diálogo entre os pares para que não haja um descompasso no fluxo de informações e o privilégio de determinados atores sociais, movimentos sociais e seus próprios vínculos.

1.1 FORMAÇÃO DA ESFERA PÚBLICA ENTRE AS NOÇÕES DE PÚBLICO/PRIVADO

Ao trabalharmos com a definição contemporânea do que é ser público e o que é ser privado, e quais suas fronteiras, ainda recorreremos aos ensinamentos de Habermas sobre esfera pública para compreendermos essa dinâmica. Alertamos que o autor desenvolveu novos caminhos teóricos sobre o assunto depois da publicação da primeira obra em que esse tema foi abordado, inclusive reviu os conceitos que foram trabalhados anteriormente. No entanto, trazemos nesse momento alguns pontos que nos são interessantes para entendermos a formação da esfera pública.

Habermas (2003, p.14) explica que algo público está relacionado a “certos eventos quando eles, em contraposição às sociedades fechadas, são acessíveis a qualquer um” ou pressupõe o caráter público em si. Ao mesmo tempo, Thompson (1999) diferencia o público do privado da seguinte maneira: público significa aberto ou acessível ao público, enquanto o privado se relaciona com o que é dito ou feito em privacidade ou em um círculo restrito de pessoas.

Com base nesses preceitos, voltamos a Habermas (2003) para então compreendemos de que forma essa dualidade se inscreve para a definição do que seria uma esfera pública. O autor recorre à imagem de uma esfera² delimitada para ilustrar essa estrutura. A esfera pública consiste-se em um âmbito ou lugar em que o setor público se contrapõe ao setor privado.

Gomes (2008) vai dizer que a esfera pública é o campo da vida social em que interesses, vontades e pretensões são apresentados na forma de argumentos. Segundo o autor, essa troca argumentativa deve ser aberta à participação de todos os cidadãos e deve acontecer de forma pública.

O autor enumera dois princípios fundamentais para que haja a formação de uma esfera pública, sendo que o primeiro requisito é a palavra, a comunicação. Segundo ele os interesses, vontades e pretensões dos cidadãos só podem ser levados em consideração caso eles sejam significados a partir da sua enunciação. Dotado desse material expressivo, o cidadão então partirá para o processo argumentativo com outras pessoas de forma pública. Entramos, assim, no segundo requisito: as trocas devem acontecer com razoabilidade e racionalidade, permitindo dessa maneira que se desenvolva um processo argumentativo entre os sujeitos envolvidos. Ao fim dessa troca, temos, então, o consenso. Nas palavras do autor:

²Segundo o Habermas (2003), o indivíduo que faz parte da esfera é público enquanto ele for portador da opinião pública. Ele ressalta que a opinião pública está ligada a publicidade ou ao que é público.

A esfera pública é um âmbito da vida social protegido, em princípio, de influências não-comunicativas e não-rationais, tais como o poder, o dinheiro e as hierarquias sociais. A argumentação pública que nela se realiza constrange, por princípio, os parceiros do debate a aceitar como única autoridade aquela que emerge do melhor argumento. (GOMES, 2008, p.36).

A produção de decisão política é orientada pela produção de consensos, a partir da disputa argumentativa dos pares que estão na esfera pública. A troca de argumentos se dá a partir de um processo discursivo que por vezes pode ser mediado. Mas para chegarmos ao entendimento desses conceitos vamos recorrer a análises históricas para observarmos a dinâmica existente entre o que é público e o que é privado.

A noção inicial de esfera pública remota da época clássica helenística em que as Cidades-Estados eram assim divididas em dois grupos, a esfera *pólis* e a esfera *oikos*. A primeira esfera era de caráter público. Ela correspondia ao círculo frequentado somente por quem era considerado um cidadão livre. Já a segunda esfera estava relacionada ao particular de cada indivíduo, a intimidade da casa de cada sujeito e tinha como característica o interesse privativo. Uma especificidade que podemos ressaltar sobre esse modelo é a restrição que havia para se participar da esfera pública, somente os homens com mais de 21 anos tinha a permissão de fazer parte desse lugar.

O conceito moderno de esfera pública nasceu juntamente com o capitalismo que reorganizou o modo de produção econômico, político e social. De acordo com Habermas (2003), com base nos ensinamentos *arendtianos*, a sociedade, novo tipo de organização, é a expressão da forma de uma vida conjunta dos sujeitos sem que as atividades de manutenção dessa vida acontecem publicamente. Ou seja, o capitalismo passa a estruturar o *modus* de vida da população e consequentemente o espaço público, a noção do que seja público e o que seja privado.

Habermas (2003) nos explica que a estrutura social vigente naquele período passa por uma transformação a partir da dissociação do poder do Estado e da esfera pública burguesa. Gomes (2008) comenta que a burguesia excluída dos campos de poder (Estado e Igreja) busca a partir da estruturação da esfera pública a possibilidade de um ambiente livre do domínio dessas duas forças, mas também um ambiente neutro frente aos desmandos do Estado. A esfera pública tornou-se, dessa maneira, fórum na qual a burguesia se organizou. O objetivo era fazer com que o Poder público buscasse se legitimar diante a opinião pública.

A esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública

regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante (HABERMAS, 2003, p.42).

Não que se buscasse uma paridade entre forças do Estado com a esfera pública propriamente, mas fazer com que a última pudesse ter sua força representada no jogo político daquele período.

Nesse sentido, a exigência de paridade argumentativa resulta ser uma tentativa de dobrar a autoridade e o domínio. Isso porque toda autoridade e toda dominação estão em princípio desautorizadas, isto é deslegitimada, caso não se submeta à esfera da argumentação das pessoas privadas reunidas num público [...]. disso decorre que, com a ideia de esfera pública, os burgueses não pretendem simplesmente exigir uma melhor partilha do poder; pretendem, ainda mais, que a negociação argumentativa tenha um valor contratual vinculatório até mesmo para o domínio e a autoridade, a partir daí submetidos aos critérios da razão (GOMES, 2008, p.38).

As reivindicações das pessoas privadas contra o poder público se direcionam à dominação vigente e não à concentração de poder propriamente dita. A esfera pública age dessa maneira com o intuito de modificar a dominação uma vez que o poder de governança não está com ela (HABERMAS, 2003).

A nova sociedade burguesa começa a se estruturar a partir da formação de grupos privados que delimitam espaços sociais. Cada comunidade se diferencia por seu público, estilo de comportamento, clima de raciocínio e orientação das discussões. A partir de uma estrutura sustentada nas experiências privadas, o público direciona suas forças contra o Poder Público com o objetivo de ter suas demandas atendidas.

Habermas (2003) vai dizer que a esfera pública burguesa se desenvolveu nesse campo de tensões entre o Estado e a sociedade. De acordo com o modelo exposto, a sociedade civil (grupos específicos) só entrou nesse campo de disputas quando ela própria alcançou determinada autoridade pública.

O que fica explícito para nós é a existência de três instâncias ou estamentos da sociedade que foram criados com o modelo político-econômico capitalista naquele período. O Estado, a esfera pública burguesa e camada mais pobre constituída por pessoas que não possuem força política e econômica. Essa classe não tem a chance de participar e não controla o mercado. O que resta a essa classe é a organização de grupos fora da esfera pública burguesa que mobilize melhores condições de vida para essa classe.

A concentração de poder na esfera privada do intercâmbio de mercadorias e, por outro, a esfera pública estabelecida, com a institucionalizada promessa de acesso a todos, reforçam uma tendência dos economicamente mais fracos: opor-se, agora

com meios políticos, a quem seja superior graças a posições de mercado (HABERMAS, 2003, p.173).

Em vistas ao processo instalado, haveria a necessidade da intervenção do Estado nesse campo com o intuito de “proteger, indenizar e compensar” os mais fragilizados. Habermas (2003) interpreta esse processo como uma conversão de força social para força política. As camadas mais pobres conquistariam, assim, por meio da intervenção do Estado, meios de influência no processo político que permitisse a igualdade de oportunidade que é cerceada pelo sistema capitalista.

Habermas (2003) ressalta que o intervencionismo estatal foi inevitável, e como consequência dessa decisão a sociedade moderna foi reorganizada novamente, o que alterou os círculos da esfera privada e pública. Sobre isso, o autor diz que os limites foram quebrados e que algumas “funções” de foro íntimo foram destinadas a responsabilidade do Estado.

Gomes (2008) explica que as mudanças do contexto social fizeram com que o modelo até então vigente entrasse em crise. Com isso, a pressão que a esfera pública burguesa exercia sobre o poder do Estado já não era mais tão eficiente. O que antes era intermediado por pessoas particulares, agora passa a ser feito por partidos políticos, instituições, organizações coletivas constituídas a partir da esfera privada. “A esfera pública torna-se, então, um espaço em que os interesses políticos de classe se apresentam e continuam como tal lutando para a sua sobrevivência na discussão” (GOMES, 2008, p.47).

Como consequência do maior contato entre Estado e Sociedade, surgiu um novo modelo de esfera pública: a esfera social. De acordo com o autor, a esfera social não pode ser subsumida às categorias privada e público separadamente. Agora não há limites bem definidos do que é público e do que é privado. “Neste setor intermediário (Estado e Sociedade) se interpenetram os setores estatizados da sociedade e os setores socializados do Estado sem a intermediação das pessoas privadas” (HABERMAS, 2003, p.208).

Na atualidade vimos surgir uma esfera em que os limites entre público e privado se sobrepõem muitas vezes, além é claro de uma dinâmica diferenciada.

A esfera pública passa a funcionar segundo o modelo do mercado, portanto, da esfera privada, e as mediações das pretensões que aí se apresentam se tornam literalmente negociações, barganhas entre forças e pressões representadas nos campos sempre provisórios de forças em que se envolvem tanto o aparelho do Estado como os grupos de interesses. (GOMES, 2008, p.52).

O autor segue explicando que nesse novo jogo não se trata mais de buscar a legitimação na esfera pública. Agora o processo discursivo se dá pela conquista da

legitimação do público mediante a esfera pública. Ou seja, a esfera pública passa a ser o lugar de “exposição discursiva midiática privada” dos interesses dos sujeitos privados. Assim sendo, necessita-se da aprovação do público para alcançar o nível do interesse da opinião pública (GOMES, 2008).

Habermas (2003) trabalha também com a dualidade público/privado nas ações que são tomadas por instâncias dos poderes do Executivo e do Judiciário. Segundo o autor o conceito de publicidade pode ser entendido a partir de um jogo dialético.

O caráter genérico das leis em sentido estrito só está garantido enquanto a autonomia íntima da sociedade como esfera privada permite excluir da matéria tratada legislativamente certos interesses muito especiais, limitando o trabalho de codificação às condições gerais necessárias ao equilíbrio desses interesses. Por outro lado, a verdade das leis só é garantida enquanto uma esfera pública, elevada ao parlamento a um órgão do Estado, permite que, através de discussões públicas, seja comunicado o que o praticamente é necessário para o interesse geral (HABERMAS, 2003, p.210).

Temos assim uma dinâmica em que interesses da esfera privada está em constante conflito com os interesses da esfera pública. A generalidade das leis está intimamente ligada com o surgimento das demandas dos particulares, quando estas não sobreponham a universalidade da sua aplicabilidade.

Uma crítica que Habermas (2003) faz quanto ao histórico trazido por ele é que as próprias constituições democráticas incorporaram a estrutura dos modelos de esfera burguesa. Gomes (2008) corrobora com a ideia de que o processo democrático e a produção da decisão política atual se parecem muito com as esferas públicas burguesa, em que os interesses particulares são argumentativamente considerados no campo, dando materialidade a uma discussão democrática.

Segundo Habermas (2003) o principal elemento é quanto a garantia à sociedade como esfera privada e sua liberdade. Esse princípio delimita, assim, a atuação e interferência do Estado no processo social de um Estado-Nação. Contudo esse preceito pode em certo grau contribuir para a existência das desigualdades sociais que são causadas pelo capitalismo, ou seja, parte da população ficaria de fora do processo de criação, da riqueza, do mercado e principalmente, da opinião pública e das instituições políticas (HABERMAS, 2003).

Mas, ao mesmo tempo as constituições democráticas possuem direitos fundamentais como a liberdade de expressão e de opinião, liberdade de se associar e de se reunir, liberdade de imprensa e etc. que garantem a existência de uma esfera pública ou de uma opinião pública independente do Estado.

Os ambientes democráticos são caracterizados pela existência de processos em que as vontades das populações respeitem uma generalidade. Em outras palavras, há a formação de uma vontade coletiva. Segundo Habermas (2003) a expressão desse bem comum deve acontecer de forma discursiva e publicamente, no qual as pessoas que participam do processo devam ter os mesmos direitos, ou seja, a equidade de direitos.

Sobre esse processo de tomadas de decisões Gomes (2008) nos explica que a dinâmica discursiva argumentativa da nova esfera pública faz com que haja maior interação entre os participantes e mais níveis de consenso. Ao compartilhar os interesses de um determinado grupo na esfera pública, se produz “mais informações, [...] cria-se mais oportunidades de reavaliação dos próprios pontos de vistas à luz das críticas e argumentos dos outros, de proporcionar chances de melhorar a qualidade das próprias razões” (GOMES, 2008, p.72).

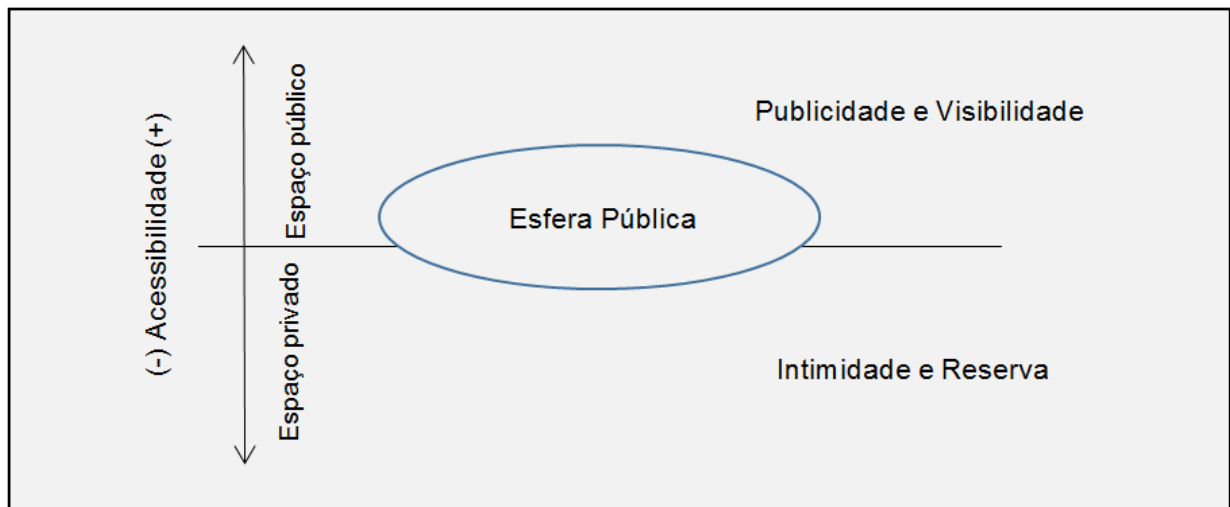
A esfera pública é o espaço social em que os sujeitos participantes interagem entre si, possibilitando, dessa maneira, o exercício da comunicação. Todos os membros, de forma equiparada, participam da esfera trazendo suas demandas e argumentações. Como resultado dos embates discursivos há, então, a formação da opinião pública ou o que Habermas (2003) chamou de consenso.

Entendemos que é nesse espaço que o particular toma corpo e é apresentado socialmente para apreciação dos sujeitos. “As esferas públicas e privadas são duas lâminas sobrepostas. Ecoam nas questões e vozes presentes à esfera pública os problemas experimentados na esfera privada” (GOMES, 2008, p.99).

O que distingue um espaço do outro é maneira como se dá a comunicação nesses espaços e a direção que elas tomam. A partir do conceito de acessibilidade do processo comunicativo instaura-se as dualidades intimidade/publicidade e reserva/visibilidade. Gomes (2008) sugere analisar a comunicação e a formação dessas duas esferas a partir de uma escala de visibilidade, em que quanto mais visível um determinado assunto for, mais ele se aproxima da comunicação realizada no espaço público. Já esse assunto quanto menos visível for, ele se aproxima mais da situação da esfera privada.

A esfera pública seria, segundo Gomes (2008), uma estrutura intermediária entre esses dois domínios: a máxima publicidade do Estado e a máxima privacidade do mundo da vida.

Imagem 1 – Constituição das esferas públicas e privadas



Fonte: Adaptado de Gomes (2008)

Habermas (2003) ao analisar a esfera pública não deixou de considerar a imprensa como fator importante para a sua transformação. Ao longo da história moderna, a imprensa e os meios de comunicação alteraram não apenas a discutibilidade, mas também a visibilidade como veremos a seguir.

A informação e o surgimento da imprensa também foram fatores de destaque para a transformação política, econômica e social da nova sociedade. Os noticiários e a troca de informações ocorriam através de correspondências privadas. Com a mercantilização de produtos para além das fronteiras territoriais, a comunicação dessas diversas localidades se tornou imprescindível. A troca de informações deixou de ser de caráter privativo entre apenas alguns mercadores³ e tornou-se de caráter público⁴.

Essa virada, na troca de informações e na comunicação foi essencial para que possamos compreender a relação, quatro séculos depois, da sociedade com os meios de comunicação, imprensa e esfera pública. Com o desenvolvimento dos meios técnicos de comunicação, novos sujeitos tiveram acesso ao espaço que antes era destinado somente à classe burguesa. Nas palavras de Habermas (2003, p.200), “a grande imprensa repousa na refuncionalização comercial daquela participação de amplas camadas na esfera pública: arranjar preponderantemente às massas de um modo geral um acesso à esfera pública”.

³Na Idade Média, a circulação de informações ganhou força somente no século XVI, com o registro dos relatos de mercadores que retratavam os episódios que eles presenciavam durante as viagens (Habermas, 2003)

⁴Ao perceber o poder de alcance das informações veiculadas a partir da imprensa, os Estados passaram a utilizá-la como mecanismo de tornar público certas ações de governo. Foi a partir dessa atividade que o Estado começou a participar da esfera pública e a ordená-lo (Habermas, 2003).

Tanto a imprensa quanto os veículos como rádio, TV e cinema deram a impressão que a distância imposta pelo capitalismo entre as pessoas e a esfera pública burguesa tivesse diminuído. O autor é pessimista em relação a massificação dos meios de comunicação e da própria imprensa, ele diz que “o mundo criado pelos meios de comunicação de massa só na aparência ainda é esfera pública, mas também a integridade da esfera privada, que ela, por outro lado, garante a seus consumidores, é ilusória” (HABERMAS, 2003, p.202).

Contrário ao pensamento de Habermas (2003), Gomes (2008) declara que os veículos de massa e imprensa tiveram impacto positivo para a acessibilidade das pessoas à esfera pública. Segundo ele os novos meios de comunicação passaram a intermediar não apenas o raciocínio das pessoas privadas num público (em uma esfera), mas também passaram a agir como instrumento de construção e reunião de públicos. Para ele, a imprensa ocupou, nesse período, a função de lugar e meio de comunicação pública.

Contudo, o autor também não é conformista ao modelo de imprensa que foi adotado em muitos Estados. Gomes (2008) vê com maus olhos a imprensa comercial uma vez que para ele, esse modelo retira qualquer caráter político do veículo. Concordamos com essa crítica e levantamos o questionamento: até que ponto os veículos de comunicação e imprensa produzem caminhos para que a sociedade participe da esfera social e até que ponto a imprensa consegue representar a sociedade.

Seguindo essa linha de raciocínio, Gomes (2008, p.53) explica que na atualidade, os veículos de comunicação e a imprensa perderam esse papel de comunicação pública, uma vez que a opinião pública que quer que seja produzida está intimamente submetida aos interesses de particulares e não mais a maioria de um público. Ele é mais enfático ao dizer que as pretensões não são mais mediadas no interior da esfera pública e sim para a esfera pública. “A origem da opinião que se quer difundir ou publicar são certamente interesses privados com acesso privilegiado aos meios de comunicação”.

Como foi observado, nos parágrafos anteriores, a constituição da esfera pública contemporânea está intimamente ligada ao surgimento dos meios de comunicação. Não podemos examinar a esfera pública sem consideramos a influência dessas tecnologias e o modelo de comunicação que elas apresentaram a sociedade. O alcance dos conteúdos e mensagem extrapolaram as barreiras que conhecíamos, tanto territoriais, quanto de acessibilidade.

Os meios de comunicação inauguraram um espaço de exposição e visibilidade nunca antes experimentado pelo ser humano. Dada a universalidade, a facilidade de acesso a esses

meios e aos conteúdos veiculados por eles, a TV, o rádio e cinema e posteriormente a *internet*, ganharam importância para a análise da esfera pública.

Segundo Thompson (1999), os meios de comunicação criaram novas formas de publicidade mediada. Para ele, a característica fundamental é que a publicidade não está mais restrita a um lugar comum. Com os meios técnicos, a comunicação ultrapassou os limites do espaço e do tempo, possibilitando maior visibilidade. Uma vez que, para tornar algo público não mais se depende do intercâmbio dialógico dos atos de fala ou contato face-a-face.

Gomes (2008) defende que a mediação da comunicação pública pelos meios de comunicação possibilitou caminhos para a construção de uma esfera pública mais democrática. A visibilidade possibilitada pelos meios de comunicação permitiu maior acessibilidade aos debates que acontecem na esfera pública. A população não apenas experimentou a sensação de acessibilidade, mas também agora “pode” participar dessa esfera de discussões.

Quando colocamos aspas na palavra poder, chamamos atenção para a possibilidade que os meios de comunicação de massa trouxeram para a população. No entanto, estamos falando de um modelo ideal de esfera pública e de democracia.

No entanto seríamos ingênuos não observarmos a transformação da esfera pública com a introdução dos meios de comunicação. Gomes (2008) vai dizer que a sociedade se dotou de uma esfera dominante, de visibilidade e sociabilidade organizada pela dinâmica imposta pelos meios de comunicação. Ou seja, o visível, o que está exposto, o que pode ser acessado passa por esses meios de comunicação. Estamos falando de novas formas de visibilidade, discussão e interação.

Essa posição, enquanto admite sem embaraço uma nova esfera pública, estrutura e pré-formada pelos *media*, ela mesma um *médium* de sociabilidade e visibilidade por excelência, permite consideráveis avanços na compreensão da cena política contemporânea. [...] (GOMES, 2008, p.130).

A relação dos meios de comunicação e a esfera pública foi duramente criticada por Habermas, por que segundo o autor, a comunicação midiática diminuiria a discutibilidade em favor de uma maior visibilidade, deteriorando assim, o principal princípio da esfera pública, como espaço de discursividade e argumentação.

Acreditamos, como Gomes (2008), que a forma de organização da esfera pública ou esfera pública midiática como ele mesmo cunhou, não foi afetada negativamente como anunciou Habermas (2003), mas na verdade permitiu a existência de novos níveis

democráticos de discussão. O que consequentemente interferiu na publicidade de temas, na inclusão deles no cenário de discussão e assim na produção de uma opinião pública.

Comunicação e visibilidade estão, de fato, em função de um procedimento de formação da opinião e produção de decisões relativas ao bem comum [...]. Ainda que a esfera pública tenha se tornado midiática de forma quase integral, conserva a sua capacidade de formar opinião (GOMES, 2008, p.131).

Gomes (2008) defende que a esfera pública midiática como é apresentada atualmente funcionaria como uma esfera de publicidade social. Segundo o autor isso se deve aos dois sentidos que a expressão ganhou a partir da relação entre esfera pública e os meios de comunicação de massa. Para ele, a esfera pública midiática trabalha em dois níveis de problematização, sendo que o primeiro está ligado a visibilidade pública e a exposição. Enquanto isso, o segundo nível está ligado a argumentação ou a discussão pública.

O pensamento do autor contraria o que Habermas vem dizendo sobre a perda de discutibilidade que os meios de comunicação imporiam a esfera pública. Para Gomes (2008) esses dois níveis são essenciais para a existência e manutenção de uma situação democrática:

A esfera de visibilidade pública é, além disso, fundamental para a esfera da discussão pública numa democracia de massa por pelo menos duas razões: a) a esfera pública deliberativa precisa da exposição da esfera de visibilidade pública para cumprir o seu papel de discussão aberta a todos os concernidos. b) a esfera de visibilidade pública torna disponíveis, ainda que na maior parte das vezes não os produza, os temas de interesse público que são introduzidos nos debates públicos, internos ou externos à própria cena pública (GOMES, 2008, p.136).

Gomes (2008) parece concordar com os preceitos trazidos por Thompson (1999). Segundo este autor, os meios de comunicação alteraram não apenas a visibilidade, mas também a abertura das arenas de discussão da política moderna. Com a emergência desses meios de comunicação, novos atores sociais surgiram na cena política e passaram a reivindicar participação na esfera pública, como também a inclusão de temas e abordagens discursivas. Vimos nesse movimento o particular se tornar público através da exposição de reivindicações de equidade de direitos por grupos específicos.

1.2 CIRCULAÇÃO DE DISCURSOS, PRODUÇÃO DE SENTIDOS E COMUNICAÇÃO

Esse subitem é o início de uma reflexão sobre como os *medias* modificaram a relação que construímos com o nosso exterior e com a sociedade em que vivemos. Buscamos dialogar com alguns autores para entendermos quais transformações ocorreram com o surgimento dos meios de comunicação e de que forma o processo comunicativo foi reajustado socialmente.

Iniciamos nossa reflexão trazendo uma síntese da história dos principais estudos sobre discurso para compreendermos o processo comunicativo humano e como a construção discursiva está presente em nossas ações diárias de expressão. Passamos então por alguns conceitos dos estudos do discurso e focamos na atualização das práticas languageiras. Posteriormente, nos debruçamos sobre os processos comunicativos mediados e, conseqüentemente, sobre as novas relações que construímos com os *medias* e sua influência sobre nossas experiências.

Quando tratamos dos estudos do discurso e, propriamente, da análise desse objeto não podemos eleger uma fonte originária desse pensamento. Costuma-se apresentar as diversas Escolas que começaram os estudos sobre o discurso sem que seja enaltecida uma em contrapartida a outra, já que todas em seus diferentes contextos de produção contribuíram largamente para o que hoje cunhamos por estudos sobre análise do discurso.

Tivemos vários expoentes que iniciaram os estudos sobre o discurso como Bakhtin na Rússia, Foucault e Pêcheaux na França e Goffman nos Estados Unidos. Dessa forma, seria impossível traçar uma história linear que pudesse contar o desenvolvimento dessas correntes nos estudos do discurso, uma vez que cada autor propôs uma abordagem diferente sobre o discurso, como nos alerta Maingueneau (2015).

Os estudos sobre análise do discurso se estruturam, tal como o conhecemos hoje, somente a partir de 1960, quando surgiu a preocupação com o funcionamento da linguagem em uso. Diferentemente da perspectiva estruturalista, os estudos passaram a lançar seu olhar sobre a dimensão social (MELO, 2009). Mas em 1952, o estruturalista americano, Harris, segundo Melo (2009), já nos dava pistas de como o texto poderia representar ou ser reflexo do mundo.

Harris, segundo Maingueneau (2015), foi o primeiro a conceituar discurso. Para Harris (apud Maingueneau, 2015), se tratava de uma unidade linguística constituída de frases, ou seja, o próprio texto. Era preciso decompor o texto para assim podermos fazer correlações entre a língua e as formas de comportamento que predominavam no tempo e espaço em que o texto fora construído. Harris já dizia que o discurso produzido correspondia diretamente a

uma realidade sócio-histórica. No entanto, Harris enxergava o texto como uma estrutura extraída dessa realidade, o texto como “fora” do mundo.

Como dissemos anteriormente, é somente na década de 1960 que emergiram as problemáticas que convergiam para os atuais estudos sobre o discurso, mas não nos esqueçamos de que esses projetos se diferenciaram na elaboração de conceitos e na forma como os olhares se debruçavam sobre o objeto.

Nos Estados Unidos, os estudos do discurso se aproximaram ao que vinha se desenvolvendo com as teorias da antropologia e da sociologia e que propunha uma análise das interações orais. Enquanto isso, na França desenvolveu-se uma disciplina de análise da estrutura dos textos para que se compreendessem os sentidos contidos neles: a Linguística. Sobre os pilares conceituais do Estruturalismo francês, se origina os primeiros procedimentos teóricos e metodológicos específicos para os estudos do discurso (MELO, 2009).

Maingueneau (2015) explica que autores como o linguista Dubois e o filósofo Michel Pêcheux lançaram-se sobre as unidades textuais, auxiliados pelas ferramentas da própria linguística para “compreender as relações entre os textos e as situações sócio-históricas nas quais eles são produzidos” (MAINGUENEAU, 2015, p.19). Foucault, outro expoente francês dos estudos sobre o discurso vai além das estruturas textuais, vocabulários e sintaxe. Para Foucault (apud Maingueneau, 2015), os estudos do discurso e propriamente o conceito se fundava estritamente às regras e as práticas que produziam enunciados. Para esses autores, enunciados eram dotados de sentidos que regulavam o próprio discurso. Regras que se originavam fora da linguagem e que se estabelecia a partir do contexto sócio-histórico.

Melo (2009) nos ensina que o conjunto desses estudos buscam, a partir desse momento, entender a relação do sujeito com o funcionamento da linguagem, apesar de não haver um consenso entre os especialistas sobre um conceito único sobre discurso. De forma geral, sem nos atermos as linhas de pensamento e correntes as quais os diversos autores se filiaram, a análise discursiva procura compreender o que há por meio da língua(gem), uma vez que os especialistas entendem que a língua não é transparente. Dessa forma, os principais estudos enfocam suas pesquisas sobre as relações de poder, a institucionalização de identidades sociais, processos de inconsciência ideológica e as diversas manifestações humanas (MELO, 2009).

A história dos estudos discursivos pode ser então, dividida em três fases que se distinguem de acordo como que o discurso é percebido pelos estudiosos. Melo (2009) traz essa divisão de forma conceitual. Essa didática é importante para podermos, assim,

compreender as intencionalidades dos autores e maneira com a qual cada autor discorreu acerca de um método-teórico próprio.

A primeira fase é a chamada máquina estrutural-discursiva no qual os discursos estariam sempre ligados a uma filiação teórico-doutrinária e cada pessoa estaria dentro de um campo discursivo. Por exemplo, quem se aproximasse de um partido comunista só poderia construir um discurso comunista. Esses estudos tiveram larga influência do período pós-maio de 1968 da Europa em que os sindicatos se faziam fortes e presentes.

A segunda fase da análise do discurso foi marcada pelo amadurecimento dos estudos sobre o objeto com a construção de um novo conceito: a noção de formação discursiva⁵ que foi amadurecida por Foucault. Na década de 1975, os analistas entendiam que o que determinava um discurso era a origem social que o sujeito ocupava. Assim o sujeito era *assujeitado* por essas regras e forças do espaço e tempo em que o sujeito fazia parte.

E, por fim, a terceira fase dos estudos introduz a noção do interdiscurso na qual se passa a pensar que “[...] os discursos não operam sobre as realidades das coisas, mas sobre outros discursos e que a linguagem é, fundamentalmente, heterogênea, o que evoca as noções de dialogismos” de Bakhtin (MELO, 2009, p.8). Para Bakhtin (apud MELO, 2009), o discurso apresentava-se em dois níveis, o primeiro que poderia ser acessado por marcas deixadas na superfície do texto e a segunda que só poderia ser conhecida quando se acessava a memória discursiva que é construída pela formação social e ideológica.

Importava para os analistas do discurso, como dissemos anteriormente, as práticas sociais que eram mediadas pela linguagem e a forma como eram construídos os sentidos discursivos a partir dessas interações. “O grande objetivo dos estudos do discurso era detectar os diferentes processos de reprodução social do poder hegemônico através da linguagem e que a fez direcionar suas bases epistemológicas” (MELO, 2009, p.5).

Orlandi (2005) explica que a base desse pensamento era a de que o sujeito fosse *assujeitado* pelo discurso. A autora explica que o desenvolvimento dessa disciplina se constituiu a partir de três bases epistemológicas: a Linguística, o Marxismo (materialismo histórico) e a Psicanálise, conforme demonstrado na imagem que se segue.

⁵ O conceito Formação discursiva foi utilizado pela primeira vez por M. Pêcheux em texto publicado em 1968 e foi trazido depois por Foucault em outro texto em 1969. No entanto, vale ressaltar que os dois autores fazem abordagens diferentes. De forma, resumida Pêcheux relaciona FD àquilo que pode e deve ser dito a partir de um contexto social. Já, Foucault conceitua como o conjunto de enunciados que são regidos por regras e práticas discursivas em um dado campo ideológico (DEUSDARÁ, 2017).

Imagem 2 - Pilares epistemológicos dos estudos da análise do discurso



Fonte: Adaptado de Melo (2009).

Os estudos linguísticos do estruturalista Ferdinand Saussure foram a principal base para que se criasse o que denominamos hoje por análise do discurso. A Linguística emprestou ao campo do discurso todo um referencial teórico que versa sobre a estrutura da língua. Para esse autor, o sistema linguístico é fechado em si mesmo e deve ser apreendido a partir dele. Da mesma forma que um texto significa isso e não aquilo. É no próprio discurso que podemos entender porque ele é delimitado de um jeito e não de outro. Um segundo elemento fundamental para a compreensão do campo e que foi importada da linguística é de que a língua(gem) não é neutra e sequer transparente (MELO, 2009).

Outro pilar que ajuda o analista a entender a concepção de discurso é a relação que foi trabalhada pelo filósofo Althusser sobre o materialismo histórico com base nas premissas do Marxismo. O autor trabalha a ideia de aparelhamento ideológico das práticas sociais dos sujeitos, segundo ele, os indivíduos atuam em suas práticas sociais guiados pelos interesses ideológicos que são ligados aos aparelhos ideológicos do Estado. A partir do discurso, segue ele explicando, que é possível identificar traços ideológicos que atravessam o sujeito (MELO, 2009).

Melo (2009, p.6) nos lembra que a “igreja, o sindicato, a família, entre outras instâncias de valor simbólico e institucional delegam significado em nossas vidas”. Para Althusser (apud MELO, 2009) esses valores simbólicos ou como queiram essas ideologias aparelham os sujeitos e dessa maneira contribuem para a formação deles. Orlandi (2005, p.19)

acrescenta que o materialismo histórico implica para que haja um “real na história de tal forma que o homem faz história, mas esta também não lhe é transparente”.

Enquanto isso a Psicanálise Lacaniana empresta ao campo a noção de que o sujeito é constituído por duas partes, o consciente e o inconsciente, sendo que esse último é de suma importância para a constituição de si. A ideia de Lacan (apud MELO, 2009) é que a formação do sujeito é resultado do inconsciente que se coloca a partir do discurso do outro. Melo (2009, p.6) explica que “[...] o sujeito é atravessado e estruturado pela linguagem alheia e não possui autonomia sobre os sentidos e as possibilidades enunciativas do próprio discurso, mas apenas ocupa um lugar social dentro de um processo histórico de onde enuncia”.

Orlandi (2005, p.19) contribui com essa ideia ao dizer que o homem é um ser afetado pela história e que nessa afetação “há o deslocamento da noção de homem para a de sujeito”. Para a autora, o sujeito se constitui nessa relação de contato entre o homem e a história que é trazido pelo simbólico.

Já segundo Maingueneau (2015), o conceito de discurso pode ser compreendido de diferentes formas, a depender do emprego que uma corrente ou da forma como um autor se apropria para falar desse conceito. Para tanto podemos elencar algumas características pelas quais podemos chegar a compreensão do que se trata o discurso.

O autor, em questão nos apresenta alguns postulados para que possamos entender melhor como o conceito é estruturado. O discurso é uma *organização além da frase*. Para ele, o discurso se organiza em diversas estruturas, sendo estas verbais ou não-verbais. Todo discurso é *uma forma de ação* sobre o outro e sobre o mundo com intuito de modificar uma situação, assim toda forma discursiva é interativa por que pressupõe um interlocutor, mesmo que não se o conheça.

A fala sempre se *refere a um sujeito* indicando a sua temporalidade e espacialidade e evidenciando dessa maneira a *contextualização* na qual o discurso fora enunciado. Apenas dessa forma, poderá se aferir um sentido a tal discurso. O autor complementa ao dizer que os sentidos de um discurso podem ser múltiplos e são *construídos socialmente*, uma vez que o sentido não é decifrado ou dado, o(s) sentido(s) para o autor são “[...] continuamente construídos e reconstruídos no interior de práticas sociais determinadas” (MAINGUENEAU, 2015, p.29).

Essas reflexões nos levam a considerar que todo discurso não está isolado. Para compreendê-lo é necessário evocar outros discursos anteriores, enunciados que circulam, discursos concorrentes etc. O discurso só pode ser considerado num jogo direto com um

interdiscurso. Por último, é necessário dizer que cada discurso corresponde ou *responde diretamente à normas*, sendo elas que organizam um enunciado, a forma como ele é estruturado e em que contextos eles são originados.

Segundo Maingueneau (2015, p.81), todo discurso ou todo enunciado se origina dentro de uma formação social e uma formação ideológica, por isso, “[...] toda enunciação é habitada por outros discursos”, por meio dos quais um discurso é construído. Orlandi (2005) explica que a formação discursiva se define a partir de uma conjuntura sócio histórica dada, o que acaba por determinar o que pode e deve ser dito em um enunciado.

A autora segue nos explicando que os sentidos de um discurso são construídos a partir da formação discursiva na qual o discurso está inscrito. Ela chama atenção para o fato das palavras ganharem certo significado com base nas suas origens de formação. “O sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas” (ORLANDI, 2005, p.42). Assim, as formações discursivas transferem para os discursos formações ideológicas determinadas. Para a autora, conseqüentemente, os sentidos, não apenas das palavras, mas do próprio discurso são determinados ideologicamente.

Não apenas as formações discursivas são levantadas no momento da produção de um discurso. Outro elemento a ser considerado é o que se conhece por *interdiscurso*, como mencionamos anteriormente, ou *memória discursiva*. Essa memória é todo saber discursivo anterior a produção de um discurso, que pode emprestar elementos ou não para a produção desse “novo” enunciado.

“O *interdiscurso* disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada” (ORLANDI, 2005, p.31). Cada memória carrega em si elementos simbólicos e discursivos ligados a um momento histórico marcado no tempo e no espaço. Para a autora toda enunciação se encontra entrecruzada por esses dois eixos, o da memória discursiva que é resgatado e o da atualidade que prevê as condições de produção sócio-históricas.

Tendo em vista a discussão levantada nos últimos parágrafos, entendemos que o processo comunicativo é uma prática languageira típica do ser humano e é a partir dela que nós agíamos sobre o Outro e sobre o mundo. Independente da maneira que adotamos para proceder tal atividade, seja ela escrita, oral, visual ou gestual, é por meio da comunicação e das estratégias enunciativas e de interlocução que nos constituímos como seres humanos, marcamos nossas experiências e criamos representações do mundo.

Com o advento de meios técnicos e tecnológicos, a relação que estabelecemos com o exterior e entre os sujeitos foi alterada significativamente. Quando as nossas experiências humanas passaram a ser mediadas pelos *medias*, novos valores e elementos foram imputados durante o processo de construção de representações, novos discursos e sentidos passaram a circular em nossa sociedade.

Essas tecnologias alteraram os modos de produção, distribuição e circulação de conteúdos e bens simbólicos. Barreiras físicas e fronteiras temporais foram quebradas e o acesso tornou-se uma questão do imediato. Com a influência desses novos discursos sobre nossas ações e comportamentos, vimos os *medias* agir sobre o processo de leitura/significação.

Como poderíamos pensar a existência do ser humano sem que ele pudesse falar, sem que ele pudesse se expressar, seja para qualquer objetivo. Expressar uma vontade, um desejo. Dizer que está sentindo alguma dor. A necessidade de se informar qual caminho tomar para se chegar a algum lugar ou até de expressar um sentimento.

A linguagem é um instrumento, não único, de comunicação que permite o contato do ser humano com o mundo e com outras pessoas. Sem nos prendermos a códigos específicos ou a canais determinados, é necessário compreendermos que é a partir da linguagem que homens e mulheres conseguem acessar o ambiente externo. Mais do que isso, é a partir da linguagem que eles podem estabelecer relações interpessoais, organizar o mundo e, por conseguinte, entendê-lo.

Manhães (2009, p.312) explica que toda forma de comunicação é uma ação simbólica e social. Para ele, quando um interlocutor se apropria de uma linguagem para dizer algo, na verdade, ele está, ao mesmo tempo, construindo a representação de papéis sociais. Isso porque o sujeito “mostra o mundo a partir de seu ponto de vista para interlocutores em conversas que acontecem em determinadas situações, que, por sua vez, possuem indicações de tempo e espaço”.

O sujeito, assim, ocupa uma posição de fala e por meio da ação discursiva ele se posiciona no tempo, espaço e também expressa uma dimensão social e política. O discurso, nada mais é que, a linguagem em movimento. Orlandi (2005, p.15) já dizia que discurso “é assim palavra em movimento, prática de linguagem”. É a forma que utilizamos a linguagem para ler o mundo. Discurso é a linguagem em ação no e sobre o mundo.

A autora explica que a linguagem funciona como mediadora entre o homem e a realidade. Para ela, é essa mediação que torna possível “a permanência e a continuidade

quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive” (ORLANDI, 2005, p.15).

Ao falar de mediação, a autora introduz o conceito de discurso. É por meio dele, segundo ela, que o homem constitui a si próprio e a sua história por meio do trabalho simbólico. Entender a produção discursiva é lançar um olhar sobre a produção de sentidos dos sujeitos, enquanto participantes de uma sociedade. Ou seja, é observar a forma com que o homem significa o mundo. A significação desse mundo ocorre de formas diferentes em cada sujeito.

A construção de um discurso pode se aproximar a outros, enquanto pensamos na significação de sentidos, mas a sua construção é dada de forma distinta se pensamos o contexto em que fora produzido e por qual sujeito, como nos lembra Maingueneau (2015) ao falar da heterogeneidade do(s) discurso(s).

Manhães (2009, p.313) nos ensina que o sujeito deixa suas marcas no discurso e é a partir desses indicadores que os analistas podem acessar o discurso e compreender, dessa forma, sua construção e seus sentidos. “Ao se apropriar da linguagem e construir um discurso, o sujeito deixa pegadas que nos permitem identificar sua presença e o modo como foi construído o enunciado”. O autor complementa ao dizer que a desconstrução de um discurso permite descobrir a posição do sujeito daquela ação, suas intencionalidades e qual contexto social o enunciado fora produzido, para ser compreendido de uma maneira e não de outra.

Para Orlandi (2005) a noção de discurso extrapola a ideia de simples troca de informações entre um emissor e um receptor. Para a autora os sentidos de um discurso são construídos em um processo de significação concomitantemente a todos os sujeitos envolvidos. Para a autora o funcionamento da linguagem pressupõe “uma relação de sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história” (ORLANDI, 2005, p.21) e é a partir dessa dinâmica que há um complexo processo de constituição dos sujeitos.

De acordo com Orlandi (2005), o discurso funciona assim como efeito de sentidos entre locutores. Pensar a linguagem como mediadora entre os sujeitos nos leva a entender que a língua não é apenas uma estrutura que funciona como suporte de um discurso, ela é na verdade, “condição de possibilidade do discurso”. Ao observamos diretamente a relação do discurso e dos sujeitos, vamos entender que a existência do sujeito é imprescindível ao discurso, de igual maneira, que não há um sujeito sem ideologia. Logo, um discurso estaria atravessado por uma ideologia.

Por meio da língua podemos acessar os processos históricos, privilegiando as condições de produção, recepção textual e os efeitos de sentido. Para a autora, seguindo o pensamento da corrente francesa de análise de discurso foucaultiana, todo discurso é atravessado por uma ideologia que por sua vez se encontra materializado na língua/texto. Dessa forma, ela complementa ao dizer que o sujeito, atravessado pela ideologia de seu tempo, de seu lugar social, lança mão da língua para significar(-se).

Orlandi (2005, p.26) nos explica, assim que os estudos discursivos “visam compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos” e que não se estaciona apenas sob a interpretação, mas “trabalha seus limites, seus mecanismos como parte dos processos de significação”, para assim desnudar o texto e apreender as não apenas o sentido, mas as suas regras, as quais o discurso foi submetido.

Thompson (1999, p.24) destaca que uma das características centrais da humanidade são os mecanismos de produção e as trocas simbólicas (atividade simbólica): “Os indivíduos se ocupam constantemente com atividades de expressão de si mesmos em formas simbólicas ou de interpretação das expressões usadas pelos outros”. Ele diz ainda que os seres humanos estão “continuamente envolvidos na comunicação uns com os outros e na troca de informações de conteúdo simbólico”.

Charaudeau (2015a, p.16) acrescenta sobre essa lógica simbólica que “trata-se da maneira pela qual os indivíduos regulam as trocas sociais, constroem as representações dos valores que subjazem a suas práticas, criando e manipulando signos, e por seguinte, produzindo sentido”.

Segundo Thompson (1999), as sociedades nos seus diferentes momentos históricos desenvolveram meios de produção, armazenamento e circulação de bens simbólicos característicos à cada época. Na era moderna e na contemporaneidade não seria diferente. No entanto, agora temos outro componente que deve ser considerado para análise do processo comunicativo: os dispositivos técnicos e tecnológicos. Eles transformaram os meios de produção e intercâmbio simbólico, alterando principalmente o volume dos bens produzidos, a forma e a velocidade da sua reprodução.

Com a introdução desses dispositivos, vimos surgir também novas formas de comunicação e interação social que são realizadas por esses meios técnicos-tecnológicos (*medias*). A comunicação mediada por esses dispositivos não alterou somente as formas de produção e reprodução, como também influenciaram diretamente na apreensão desses símbolos e na sua significação.

Os *medias* provocaram uma reorganização “de caráter simbólico da vida social” (THOMPSON, 1999, p.19) interferindo diretamente sobre a construção discursiva, as narrativas sociais e a própria relação entre os seres humanos. Thompson (1999) nos alerta que esse processo não é realizado de forma apartada de um contexto sócio-histórico. Elementos da estrutura social estão presentes tanto na elaboração quanto na reprodução e na significação dos conteúdos simbólicos pelos indivíduos. Portanto, observamos que os *medias* modificaram e singularizaram os processos comunicativos nos quais estão inseridos.

O autor parte da ideia de que comunicação é uma forma de ação do indivíduo em sociedade sobre os outros e sobre o ambiente em que ele está. Essa ação é realizada por meio da linguagem a partir dos atos de fala de cada sujeito. Entendemos que essa ação ocorre de maneira intencional em que há troca de sentidos entre os sujeitos participantes, sendo que há uma modificação deles durante a realização do processo.

Borges (2013, p.89) corrobora com essa assertiva ao dizer que devemos considerar o processo comunicacional “em sua totalidade, complexidade e dialeticidade, cuja centralidade está nas conexões e mediações que produzem ideologias e significações, mas que também são produzidas por práticas de sujeitos e sociedades históricas”.

Esse raciocínio também é válido quando analisamos os processos comunicativos dos *medias*. No entanto, devemos lançar nosso olhar sobre os contextos estruturais de produção para compreendermos os mecanismos que determinam a modulação dos discursos produzidos. Além disso, é necessário jogar luz sobre as instituições envolvidas, o jogo de poder, suas intencionalidades e a relação que mantém com suas audiências.

Ao apropriar-se da linguagem os seres humanos expressam os seus mais variados desejos, refletem sobre o mundo, eternizam suas experiências, deixando sempre suas marcas textuais que podem ser acessadas pelo Outro.

Segundo Gregolin (2007, p.15) os sentidos e os seus efeitos “se materializam nos textos que circulam em uma sociedade”. Para ela, o sujeito é a origem dos sentidos. Ao realizar esse ato de fala, o indivíduo age sobre o mundo, o modificando e modificando a si próprio. Agimos sobre o mundo de diferentes maneiras e nos expressamos utilizando vários suportes/dispositivos linguísticos.

Podemos realiza-lo de forma oral como uma conversa habitual do dia a dia com seu pai durante o café da manhã. Podemos nos expressar através da escrita como uma carta deixada a um amigo ou um *twitt* escrito na sua *timeline*. Podemos ainda agir de forma visual, por exemplo, ao fotografar uma paisagem ou uma cena do nosso cotidiano. Podemos ainda

nos expressar a partir de um gesto como um abraço que significa nosso contentamento ao estar junto a uma pessoa amada.

Independente da forma como nos expressaremos ou como agiremos sobre o mundo e no mundo, adotamos uma estratégia enunciativa que está relacionada a uma intenção. Toda ação executada, ou seja, todo ato de fala é uma expressão já pensada e irá ser executada com o intuito de alcançar um objetivo específico.

As ações são orientadas a partir do que chamamos no início dessa seção de estrutura social. Nossas ações estão intimamente ligadas ao local que ocupamos socialmente e o posicionamento que adotamos em uma sociedade. Somos atravessados ético, moral e ideologicamente por discursos que circulam nos campos sociais nos quais estamos inseridos. Esses discursos são elementos-chave para a constituição de nós mesmos e, além disso, nos orientam, assim, sobre como agiremos sobre o mundo.

Thompson (1999, p.21) lembra-nos, que os indivíduos “agem dentro de um conjunto de circunstâncias previamente dadas que proporcionam a diferentes indivíduos diferentes inclinações e oportunidades”.

Devemos entender que ao falamos de lugares demarcados e ao assumirmos certo posicionamento social estamos ao mesmo tempo coadunando com regras dessas estruturas sociais específicas. Ao assumirmos esses locais de fala, passamos a agir de forma intencional e guiada sob essas regras. Somos espelhos dessas estruturas e expressamos marcas dos discursos que circulam nesses espaços sociais. Para além de expressarmos essas marcas, ao agirmos, nós estamos ajudando a construir e fortalecer essas estruturas sociais e os discursos que emanam delas.

O mesmo raciocínio pode ser considerado quando tratamos dos *medias* e a relação que eles estabelecem com seus públicos e com a sociedade. Os *medias* são entidades complexas que fazem parte da sociedade integrando uma das mais influentes estruturas sociais existentes. Os *medias* utilizam-se de aparatos técnicos e tecnológicos para fazer com que suas mensagens (expressões) sejam difundidas e acessadas por vários públicos.

Essas mensagens também são orientadas a partir de uma ética, moral e ideologia específica ao campo a qual cada instituição midiática está presente. Tal qual um sujeito, as instituições midiáticas também se localizam num determinado espaço e ocupa uma posição específica. E por esse motivo ela está submetida a regras exclusivas desse campo e age intencionalmente a perseguir objetivos próprios.

Os seres humanos utilizam-se de qualquer tipo de recurso a sua mão para realizar suas ações no mundo. Como qualquer ação, ela é intencional e tem por objetivo principal a intervenção sobre o Outro, sobre um acontecimento e ou sobre o mundo. As ações simbólicas provocam reações diversas, muitas vezes controláveis e esperadas. O mais interessante é que elas são capazes de influenciar e orientar as ações dos Outros.

Quando mencionamos essa capacidade de influência e orientação, precisamos refletir sobre os sujeitos e instituições que possuem recursos suficientes para exercer essa atividade simbólica. Inevitavelmente, para esse exercício reflexivo chamamos atenção para as instituições midiáticas e para os mecanismos adotados por elas na produção e intercâmbio de informações simbólicas.

Antes de tudo devemos fazer uma ressalva de que ao falarmos sobre influência sobre as ações dos Outros não concordamos com qualquer interpretação que recaia sobre a teoria de manipulação da indústria cultural. Não acreditamos que por mais que uma instituição lança-se mão de recursos ela possa manipular sua audiência, uma vez que os sujeitos são dotados de poder de decisão. Mas acreditamos sim, que essas instituições têm recursos para dar visibilidades a determinados discursos e conteúdos simbólicos, e mais, tem condições para influenciar no processo de interpretação e significação dessas mensagens.

Por isso entendemos a comunicação como um “tipo distinto de atividade social” (THOMPSON, 1999) que emprega recursos de variados tipos para a produção, transmissão e recepção de bens simbólicos. Como uma atividade social, ela é uma ação que ocorre entre sujeitos e grupos sociais, mas também podemos observar essa atividade como característica também da relação entre instituições e sujeitos.

Como dissemos anteriormente, para essa atividade, na maioria das vezes as instituições se valem de mecanismos e meios técnicos para realiza-la. A simples utilização desses aparatos transformou radicalmente a modos dessa relação e imputou quatro aspectos para o processo comunicativo, segundo Thompson (1999).

Para qualquer análise que preste a observar os meios de comunicação atuais (*medias*), a forma utilizada durante o processo comunicativo e a produção dos bens simbólicos devemos levar em consideração como fator primeiro o caráter de fixação das mensagens simbólicas.

Ao longo de século, o ser humano utilizou-se de vários suportes para se comunicar. Além do aspecto material de veiculação das mensagens, esses suportes funcionam também como unidades de armazenamento. Com os novos recursos disponíveis as instituições

mediáticas, demos um salto interessante nesse processo de veiculação e também de armazenamento das informações produzidas por nós diariamente. Com essa transformação, agora temos acesso facilitado a diversos conteúdos que antes seria praticamente impossível. Hoje, por exemplo, podemos acessar informações sobre o que está acontecendo em nosso país a partir de um terminal eletrônico de dentro de nossa casa.

Essa nova materialidade também ocasionou outra profunda mudança na forma com que compreendemos o espaço e o tempo. Os novos recursos adotados pelos *medias* em sua produção e circulação de bens simbólicos possibilitaram a nós uma extensão do tempo alterando significativamente nossa apreensão sobre a temporalidade. Com os novos recursos técnicos podemos acessar informações e conteúdos simbólicos, não apenas do presente, mas também do passado. Entramos em contato com conteúdos e assim podemos construir uma história de nossas sociedades a partir das marcas deixadas.

Além, é claro, de compreendemos o que se passa no nosso presente, projetando planos e situações para o nosso futuro. Muito mais do que a temporalidade, nós vimos também as distâncias encurtarem e com isso, ter acesso a conteúdos de múltiplas localidades. Quilômetros antes deveriam ser percorridos durante meses e com dificuldades, hoje podem ser vencidos num estalo de dedos. Tal velocidade proporcionou a comunicação e o intercâmbio simbólico de vários povos e culturas pelo rompimento das barreiras físicas que nos impunham grandes dificuldades de acesso e comunicação.

O terceiro aspecto, muito rico para essa discussão, é a relação que os meios de comunicação (*medias*), em suas diversas formas, estabelecem com seus públicos durante o processo de significação. Com o aumento da capacidade de reprodução dos conteúdos por diversos meios e plataformas, os bens simbólicos alcançam maior visibilidade e consequentemente aumenta-se a fatia de públicos que irão consumir tais produtos midiáticos.

Os *medias* não apenas produzem e fazem circular conteúdos simbólicos, mas também oferecem caminhos de leitura e significação dos mesmos. Essa “interferência ou contribuição” altera o resultado final no processo comunicativo, influenciando não apenas a leitura/interpretação como também a própria memória dos participantes nesse processo de trocas simbólicas. Thompson (1999, p.38) nos ensina que a “compreensão do mundo fora do alcance de nossa experiência pessoal, e do nosso lugar dentro dele, está sendo modelada cada vez mais pela mediação de formas simbólicas”.

Para entendemos os mecanismos de leitura/significação é necessário trazer à nossa reflexão um elemento muito importante para o processo comunicativo: as experiências

humanas. As experiências humanas são acumuladas diariamente a partir da vivência do homem e a relação que ele estabelece com e no mundo. E são essas experiências, marcas discursivas, ético, morais e ideológicas que irão nos orientar durante o processo de compreensão de qualquer mensagem ou conteúdo simbólico.

Com a introdução dos aparatos técnicos e tecnológicos passamos a conviver com uma nova unidade significadora que também media e influencia nossas percepções cotidianas. Os *medias* se tornaram o principal guardião do tempo ao passo que demarca as sequências temporais e com isso o nosso tempo-presente. Ou seja, os *medias* organizam os enredos diários, influenciam nossos hábitos cotidianos, transformam nossos comportamentos e institui/demarca o tempo. “Na sociedade contemporânea, a mídia é o principal dispositivo discursivo por meio do qual é construída uma história do presente como um acontecimento que tenciona a memória e o esquecimento” (GREGOLIN, 2007, p.16). Ao passo que nossas ações são modificadas, nossas próprias experiências são alteradas, e consequentemente, nosso processo de leitura/significação também é modificado.

É importante salientar que com a introdução desses novos meios técnicos e tecnológicos vimos o processo comunicativo passar por mudanças e com isso a percepção e a relação que o ser humano estabelece socialmente foi completamente revista. Os *medias* passaram a ser uma nova instância de produção de discursos, imagens e narrativas. Nós passamos a viver sob novas regras de significação ao passo que os *medias* inauguraram novas visibilidades, modelos de comportamento, normas sociais e vínculos sociais.

As novas formas de produção simbólica e presença dos *medias* à frente dessa produção fizeram com que novos discursos e sentidos circulassem socialmente. O surgimento de instituições mediáticas impactou a constituição do espaço público, fazendo com que novos atores sociais figurassem nesse meio trazendo novas demandas sociais e novos sentidos. Precisamos nos aprofundar sob essas práticas discursivas para compreendermos melhor como se dá os processos de construção de enunciados, identificar as estratégias discursivas, identificar as vozes autorizadas e legitimadas (atores sociais), entender como se dá agora o processo de representação e o processo de organização discursiva, a base da ação comunicativa.

CAPÍTULO II – MOVIMENTOS SOCIAIS E OS CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO DE DIREITOS

Neste capítulo vamos estabelecer um debate sobre a relação dos movimentos sociais e a constituição dos direitos na formação de um Estado-Democrático. Partimos da ideia que os movimentos sociais são agentes de resistência e mobilização social. Como agentes mobilizadores, os participantes desses coletivos atuam no processo de construção do espaço público, exercendo dessa maneira cidadania e provocando, assim, mudanças na sociedade. Segundo Cohn (2014, p.102) “os movimentos sociais voltaram a ter visibilidade e centralidade no século XXI, como atores que pressionam por processos de mudança social e reinventam as formas de fazer política”.

Avançaremos nossa linha de raciocínio ao trazermos para o debate a importância das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). As TICs suscitam vários debates sobre de que forma elas interferem ou ao menos provocam mudanças na maneira como a comunicação nos diversos ambientes, institucional, governo ou sociedade, é organizada.

Mais do que isso, pensar as TICs é levantar questões como uma virada na percepção da recepção, de que forma que ela se comporta, de que maneira é estabelecida as interações a partir desses novos meios, passando pelo rearranjo conceitual do que seja cidadania e a participação dos indivíduos na formação da opinião pública e na constituição dos movimentos sociais.

2.1 ORGANIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: ORIGEM E CARACTERÍSTICAS FUNDAMENTAIS

Gohn (2013, p.13) nos explica que os movimentos sociais são “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas”. A partir de diversas estratégias adotadas, os participantes podem expressar pela sua voz (sem a intermediação de outrem) suas indignações e/ou expressar suas reivindicações.

Canfield (2015, p.66) vai dizer que os movimentos sociais são complexos e contém em si uma pluralidade de significados. “Um movimento é sempre uma realidade histórica complexa e heterogênea. Opera no interior de diversos sistemas organizativos, situando-se em um ou mais sistemas políticos, envolvendo uma gama de problemas, atores e objetivos”.

Gohn (2013, p.14) segue explicando que os movimentos sociais representam forças sociais organizadas que mobilizam a construção de uma nova sociedade ou ao menos a possibilidade de se pensar projetos de mudanças sociais. Isso porque os movimentos sociais são um “campo de atividades e de experimentação social geradoras de criatividade e inovações socioculturais”. O desenvolvimento de novos conhecimentos e saberes faz com que tenhamos, teoricamente, uma sociedade mais dinâmica e em constante mutação, atrelada aos anseios dos cidadãos em busca do gozo dos seus direitos.

Canfield (2015) chama atenção para as possíveis generalizações sobre o que é ser um movimento social. A autora busca ensinamentos de Melucci (2001) para sustentar que é uma ação coletiva compartilhada e vivida por membros de um grupo onde há o rompimento do sistema ao qual ação se destina provocar alguma mudança. Ela vai concluir que “mesmo buscando uma mudança na lógica cultural, societária hoje, e mesmo lutando pelo direito à diferença, os movimentos buscam a garantia de direitos e a de ruptura de alguns processos sociais” (CANFIELD, 2015, p.75).

Seguindo essa linha de raciocínio podemos observar que parte dos movimentos reivindicatórios está associada diretamente ao empoderamento de sujeitos invisíveis e destituídos de direitos sociais, políticos e civis. O reconhecimento da desigualdade é o primeiro passo para que essas pessoas tenham a sua humanidade respeitada e, dessa maneira, integrem plenamente a sociedade (atores sociais). Assim sendo, a autora classifica esses movimentos sociais como progressistas, uma vez que possuem uma agenda emancipatória e constroem propostas de inclusão social.

A autora segue explicando que os movimentos sociais desse tipo atuam geralmente a partir de uma rede, obedecendo objetivos específicos e produzindo articulações sociais em níveis local, nacional e global. Ou seja, as redes são as teias pelas quais os participantes atuam socialmente e se conectam uns aos outros, criando dessa maneira formas de sociabilidade, além, de fortalecer a agenda de cada grupo.

Outro ponto interessante sobre a formação dos movimentos sociais está ligado ao que poderíamos chamar de comunicação intergeracional. A comunicação entre gerações de um mesmo grupo é realizada pelo acesso às experiências dos participantes e pelo compartilhamento de sentidos. É por meio dessas experiências que a ação dos atores dos movimentos sociais é significada, a partir da retomada e atualização dos discursos e sentidos.

As experiências passadas são constantemente retomadas pelos sujeitos como marcas das ações de um grupo específico ao longo da história. Ao remeter a

significações/experiências anteriores, Dias (2013) explica que os participantes compartilham através da história o mesmo campo epistêmico. Contudo, os atores sociais se expressam a partir de diferentes subjetividades.

A memória carregada de conhecimento é compartilhada com os novos membros em um exercício de livre-docência. O acesso à memória possibilita a compreensão da linha do tempo e das demandas existentes de acordo com cada período e contexto histórico, e assim há a renovação e adequação das demandas às novas realidades, criando sentidos às lutas do presente. De mão desse novo conhecimento os participantes se lançam a sociedade com um olhar mais crítico, capaz de realizar “fazeres propositivos”.

Para seguirmos nosso estudo sobre os movimentos sociais devemos compreendê-lo como uma instituição social que faz parte da sociedade. Sendo uma instituição ela é composta por sujeitos que compartilham entre si algumas características. Mais que isso, os participantes desenvolvem mecanismos simbólicos, um mesmo nível de compartilhamento de sentidos, como processo de identificação e pertencimento identitário a um grupo. De acordo com Gohn (2013) a identificação dos participantes entre si se dá por meio dos discursos que se originam desse grupo social e também pelas práticas adotadas pelos seus participantes.

O que observamos é que a organização de um grupo social está intimamente ligada às demandas que são compartilhadas entre as pessoas de um coletivo. Dessa maneira, a demanda social age como elemento primeiro no processo de identificação (identitário) entre os participantes, criando dessa maneira uma experiência de pertença e reconhecimento.

Um segundo ponto que podemos ressaltar sobre o processo de identificação dos participantes do grupo está sustentado sobre a memória. Como dissemos nos parágrafos anteriores o acesso à memória possibilita que os participantes de um movimento social entrem em contato e conheçam experiências anteriores que irão os munir para combater os entraves da atualidade. A memória funciona como um elo que interconecta diversas gerações de um coletivo, criando, dessa maneira, pontes de sentidos e significados.

Os movimentos sociais se encontram estruturados por meio de redes de interconexão entre os participantes em diversos níveis geográficos. A difusão geográfica dessas redes e de suas teias é elemento-chave para compreendermos o associativismo e a dimensão das manifestações públicas. Gohn (2013) nos ensina que podemos encontrar dois tipos de mobilizações levando-se em consideração a sua origem e formação.

Combinando esses dois fatores, temos primeiro as mobilizações de massa “que se faz a partir de núcleos de militantes que se dedicam a uma causa seguindo as diretrizes de uma

organização” (GOHN, 2013, p.17). Nesse caso podemos destacar a fundamentação das ações a partir de uma ideologia que é conduzida por militantes de acordo com as crenças de uma liderança.

Já o segundo tipo, se configura como uma mobilização pontual em que a ação é resposta “a um apelo feito por alguma entidade plural, fundamentada em objetivos humanitários” (GOHN, 2013, p.18). Segundo a autora esse último tipo não há a necessidade de uma vinculação irrestrita (obrigações e deveres) dos participantes às diretrizes do grupo.

Para além dessa classificação que opera mais para o entendimento da organização dos grupos, entidades e atores sociais, os estudos da sociologia dos movimentos sociais apontam, na atualidade, para um associativismo mais propositivo e operativo. Dias (2013, p.93) acrescenta que a nova forma de ação dos movimentos sociais e do modo de se fazer política “tem seu maior emblema na afirmação positiva de suas atividades transparentes centradas na ação coletiva”.

Para a Gohn (2013) a fundamentação base para as ações na atualidade está fundamenta no conceito de cidadania e participação cidadã. As instituições sociais orientam suas ações na construção de um estado democrático em que as pessoas possam se reconhecer e ser reconhecidas pela diversidade cultural, sem desigualdades e/ou exclusões por qualquer que seja o motivo: raça, credo, gênero, cor, sexualidade etc.

As lutas por obtenção de direitos acontecem através das teias das redes de mobilização em diversos níveis. Mas, é no local que a participação será efetivamente sentida e gozada por seus participantes e pela sociedade. Ou seja, há discussões sobre temas que avançam fronteiras continentais, mas, é no local que as demandas são observadas à luz do contexto sócio-histórico de cada população. Os movimentos sociais progressistas, assim, se dedicam a construir uma sociedade democrática e sem injustiças sociais. Dessa maneira, a sociedade democrática requer a participação ativa dos seus sujeitos nas tomadas de decisões. A participação dos cidadãos é a garantia da visibilidade, reconhecimento e respeito às diferenças.

Segundo Carvalho (2015) a plena cidadania estaria fundamenta no gozo de três tipos de direitos: o civil, o social e o político. Entende-se por direitos civis aqueles fundamentais a relação do Estado e a sociedade civil, sustentada na liberdade e na igualdade perante a lei. O direito político está ligado à participação dos indivíduos na organização política da sociedade, exercida em sua máxima pelo direito ao voto. Já os direitos sociais garantem o bem-estar

social a partir da redução das desigualdades entre os cidadãos pertencentes a uma mesma sociedade.

Para entendermos o debate sobre a constituição dos direitos humanos e a cidadania de um povo é necessário compreendermos que estamos falando de um fenômeno histórico complexo e característico a cada localidade de seu desenvolvimento. Carvalho (2015) nos explica que a construção democrática ocidental seguiu caminhos distintos nas mais variadas partes do mundo, o que indica a especificidade tanto dos processos quanto a consolidação, mas também no próprio exercício dos direitos inerentes ao ser humano e o reconhecimento da cidadania.

A sociedade brasileira presenciou, ao longo de mais de 500 anos, avanços e retrocessos na formatação dos direitos políticos, sociais e civis. E nas últimas décadas do milênio passado e nas décadas do novo milênio vimos surgir e desaparecer grupos e movimentos sociais. De igual forma, todas as manifestações que assistimos nesses períodos contribuíram e ainda contribuem para o estado-democrático que vivemos atualmente.

Ao voltarmos na história do nosso país, observaremos que nascemos dentro de um regime colonial com direitos que não alcançavam a todos. A extensão de direitos políticos a parte da população brasileira ocorreu somente após a Independência em 1822, porém com limites aos direitos civis causados pela escravidão.

Com a promulgação da República, observamos a partir da década de 1920 um salto na construção da cidadania brasileira com a organização de movimentos políticos em prol do voto feminino, direito à educação e de uma legislação trabalhista. Vivíamos a eclosão de governos populares em que vendiam uma situação de cidadania em troca de lealdade. “A antecipação dos direitos sociais fazia com que os direitos não fossem vistos como tais, como independentes da ação dos governos, mas como um favor” (CARVALHO, 2015, p.130).

Em 1964, o país entrou em um período de obscurecimento político e civil em que direitos foram sumariamente suspensos. Os governos ditatoriais militares impuseram por meio de Atos Institucionais⁶ o fim de direitos individuais e institucionais. Em contrapartida é interessante observarmos que em período de cassação de direitos civis e políticos durante a Ditadura Militar, foram promulgadas leis que instituíram direitos sociais à população brasileira através da criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), o Fundo de

⁶Foram normas que entraram em vigor no Brasil durante o regime militar, entre os anos 1964 a 1969. As normas foram editadas pelo Presidente da República, com o respaldo do Conselho de Segurança Nacional (CARVALHO, 2015).

Assistência Rural (Funrural), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o Banco Nacional de Habitação (BNH).

A partir da década de 1970, o país viveu a época do Milagre Econômico com a queda da inflação e com taxas de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) acima dos 10%. O Brasil viveu um período de estabilidade econômica, apagando por hora a real situação de repressão em que estava mergulhado. Contudo, o milagre econômico não foi sentido por todas as camadas populacionais. Para a maioria, o período ficou marcado pelo acirramento das diferenças sociais provocadas pelas desigualdades da distribuição de renda (CARVALHO, 2015).

Segundo Carvalho (2015) foi nesse contexto histórico, que várias organizações, entidades políticas e movimentos sociais se fortaleceram e outras nasceram em oposição ao regime militar. Surgiram nas décadas de 1970 e 1980, organizações de classe e sociais que lutavam pela retomada dos direitos políticos e civis. Ganhou destaque os movimentos, sindical, religioso e os movimentos populares urbanos.

O sindicalismo brasileiro passou a ser estruturado de dentro das fábricas brasileiras. As decisões passaram a ser tomadas pelos trabalhadores em assembleias coletivas lideradas por operários do chão de fábrica, incluindo movimentos grevistas e campanhas por melhores condições de trabalho e aumento salarial. Na Igreja Católica, grupos denominados Comunidades Eclesiais de Base, inspiradas na teologia da libertação faziam frente ao regime militar e defendiam a celebração dos direitos humanos, tendo a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil como órgão de representação. Organizações que surgiram nas grandes metrópoles como, por exemplo, as associações de moradores reivindicavam melhores condições de vida e execução de serviços básicos por parte das administrações locais. Outro movimento coletivo que surgiu nesse período foram as associações de profissionais que juntamente aos sindicatos lutavam por melhores condições de trabalho (CARVALHO, 2015)

Os direitos civis e políticos retornariam somente em 1978 com a abertura política e o início do processo de redemocratização brasileira promovida pelo general Ernesto Geisel. Um ano depois, no governo de João Batista Figueiredo, foi votado a Lei de Anistia⁷ que “devolveu os direitos políticos aos que os tinham perdido e ajudou a renovar a luta política”

⁷A Lei de número 6.683, sancionada pelo Presidente em 28 de agosto de 1979, concedeu anistia a todos as pessoas que no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos, crimes eleitorais e aos que tiveram seus direitos políticos suspensos. A lei também foi estendida aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais (CARVALHO, 2015)

com o surgimento de novos movimentos oposicionistas ao regime em vigor (CARVALHO, 2015, p.180). No mesmo ano, o sistema bipartidário foi extinto e o multipartidarismo foi reestabelecido permitindo que antigas e novas lideranças se organizassem em prol do retorno da democracia e dos direitos civis e políticos retirados da população brasileira.

A luta pela redemocratização atingiu seu pico em 1984 com a campanha pelas Diretas-Já. A mobilização de setores da população brasileira chegou ao seu apogeu através de gigantescos comícios que foram organizados em várias cidades pelo Brasil. Milhares de brasileiros foram às ruas clamando a aprovação da reforma constitucional que permitisse o retorno de eleições diretas para a presidência. A mobilização política não alcançou seu objetivo-fim, porém deu início a eclosão de um sentimento nacionalista e os primeiros passos para a retomada da democracia brasileira.

O regime militar chegou ao fim em 1985 com a eleição do primeiro presidente civil após 21 anos de ditadura militar. Os direitos civis⁸, sociais⁹ e políticos¹⁰ seriam retomados e preservados somente em 1988 com a promulgação da nova Constituição Brasileira. Carvalho (2015) cita que o documento ganhou o título de Constituição Cidadã, ao passo que sua preocupação central era a garantia dos direitos do cidadão. Gohn (2013, p.20) explica que os movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980 “contribuíram decisivamente, via demandas e pressões organizadas de vários direitos sociais novos, que seriam escritos em lei na nova constituição brasileira de 1988”. Contudo, Dias (2013, p. 108) nos alerta que apesar do esforço dos movimentos sociais frente a dominação dos regimes políticos e da, consequente, reconquista dos Direitos através da Constituição, ainda gozamos de “textos prematuros da nova cidadania e de direitos político e civil”.

Anos mais tarde, no início da década de 1990, parte da população brasileira novamente foi às ruas. Dessa vez, protestar a favor do impedimento do presidente Fernando Collor de Mello acusado de integrar esquema de corrupção. O Movimento Ética na Política contribuiu para o fortalecimento do movimento estudantil que havia sofrido repressão durante a ditadura militar. Na mesma década houve um rearranjo dos movimentos sociais e “novos” grupos ganharam visibilidade. Organizações buscavam, através de ações estratégicas,

⁸Segundo a Constituição “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (CONSTITUIÇÃO, 2016).

⁹São definidos como direitos sociais aqueles relativos “à educação, a saúde, à alimentação, o trabalho, à moradia, o transporte, o lazer, à segurança, à previdência social, à proteção à maternidade e à infância, e à assistência aos desamparados” (CONSTITUIÇÃO, 2016) conforme expresso na lei.

¹⁰De acordo com a constituição a “soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos” os cidadãos (CONSTITUIÇÃO, 2016).

reivindicar direitos, combater as desigualdades e lutar pela inclusão social frente às discriminações que sofriam.

Gohn (2013, p.58) nos ensina que a partir desse momento, a dinâmica dos movimentos populares urbanos é alterada. Eles deixam de ser puramente combativos e passam a ser mais operacionais e propositivos. Com a perda da visibilidade daquele tipo de associativismo, os diversos grupos encaminham seus temas a serem debatidos em fóruns (espaços públicos de discussões) institucionalizados. Essas novas redes de participação institucionalizadas, “[...] regulada por normas e regras do setor público estatal, passaram a ocupar o espaço associativo antes dominado pelos movimentos sociais”.

Agora, não há mais um combate direto com o Estado na reivindicação de melhores condições socioeconômicas. Na verdade, os grupos se juntam ao Estado e a outras instituições, por meio de parcerias, para encontrar soluções para os problemas existentes. Gohn (2013) explica que as novas formas de interação entre os grupos ativistas e as instituições criaram novos movimentos sociais em que o perfil do militante ou do ativista precisou passar por uma readequação ao passo que ele/ela entrou em contato com a organização da máquina estatal. Ele/ela se tornou mais propositivo e menos combativo. As políticas públicas se tornam assim, o resultado direto da participação da sociedade organizada nos espaços de tomadas de decisões.

A vinculação com outras entidades sociais, instituições e, mais significativamente, com o Estado abriu caminhos para um novo espaço público. Esse novo-lugar permitiu que novos atores sociais se tornassem visíveis e suas demandas fossem observadas e refletidas. A participação de mais pares nos fóruns possibilita maior pluralidade social, o que consequentemente, levará à redução das desigualdades socioeconômicas e políticas.

Apesar dos avanços na forma de organização dos movimentos sociais que agora passa a ser parceiro do Estado na elaboração de políticas públicas, não podemos fechar os olhos a possíveis consequências a partir desse novo rearranjo. Gohn (2014) nos alerta que a vinculação direta com o Estado trouxe em muitos casos perdas para a autonomia dos movimentos sociais. Segundo a autora, os grupos passaram a ser controlados pelas estruturas estatais em um sentido de cima para baixo.

Facchini (2005) entende que essa aproximação alterou completamente a forma como os sujeitos são vistos pelo Estado, passando da imagem de povo para sociedade civil. Quando evocamos, então, a noção de sociedade civil, precisamos nos lembrar da ideia de cidadania e o gozo de direitos por uma sociedade.

Carrara (2005) explica que a relação entre sociedade civil e Estado é complexa e atualmente as fronteiras entre eles foram modificadas. A partir desse contexto, a autor analisa que a promoção de políticas públicas é resultado de uma relação mais porosa entre essas duas esferas sociais. Contudo, o autor possui um entendimento mais crítico quanto a esse contato e vai ao encontro ao que Gonh (2014) já nos alertava.

O autor enxerga um potencial de clientelização entre os coletivos e a máquina pública. Por exemplo, muitos eventos, conferências e manifestações do movimento contam com financiamento do Estado. Isso ocorreria devido a atuação que o Estado tem sobre os coletivos, mas principal por causa do financiamento público de ações militantes. Carrara (2005) cogita que essa oficialização de hierarquia acarretaria em uma perda de autonomia dos coletivos.

Para prosseguirmos nossa escrita acerca dos movimentos sociais precisamos contextualiza-los a partir dos estudos das novas tecnologias e as formas de comunicação inauguradas na modernidade. A *internet* sem sombra de dúvida foi um dos principais elementos que estão no hall das tecnologias de informação e comunicação. Wonton (2012) já nos alertava que nosso olhar para as tecnologias deveria ultrapassar os limites da tecnicidade. Deveríamos considerar as relações humanas e sociais nesse processo e como as TICs às modificam. Castells (2003, p. 8) vai dizer que as “atividades econômicas, sociais, políticas e culturais essenciais por todo o planeta estão sendo estruturadas pela *internet* e em torno dela, como por outras redes de computadores”.

Como vimos as novas tecnologias estão presentes no processo de construção social do ser humano. De igual maneira, a *internet* possui uma gramática dela e linguagens próprias. E por que não dizer que também ocorre a criação e o compartilhamento de valores e costumes. Na verdade, isso tudo são sinais da relação que estabelecemos diariamente com as TICs criando espaços de produção cultural ou comunidades virtuais por meio dos novos caminhos de interação e sociabilidade. De acordo com Castells (2003) essas comunidades não só oferecem valores que moldam o comportamento dos usuários, como também têm o potencial de organização social. Em determinadas circunstâncias o próprio usuário é iniciador de uma nova comunidade ou uma nova Rede¹¹.

As TICs não modificaram apenas o modus de interação social e/ou sociabilidade. Elas possuem em si uma potência de transformação do processo de obtenção de informações e como nós nos comunicamos. A partir dos ensinamentos de Wonton (2012) entendemos que há

¹¹ Castells (2003) define Rede como a base organizacional da Era da Informação, a qual nada mais é que um conjunto de nós interconectados que faz parte da prática humana. Contudo, na contemporaneidade, ela foi transformada pelas TICs, principalmente pela *internet*, originando assim as redes de informação com diversos tamanhos e complexidades.

dessa maneira, o fim da hierarquização no controle dos meios de comunicação. Isso porque, com acesso a *internet* e as essas tecnologias a ela associada, todos poderiam ter acesso a informações e produzir conteúdos. Não haveria assim apenas o fluxo de informação que parte dos dominadores para os dominados.

Mas, como foi salientado há pouco, estamos nos referindo a uma potência que está longe de ser alcançada. Isso porque ainda vivemos em uma sociedade com exclusões, o acesso ainda é restrito e tampouco todos estão preparados ou poderíamos dizer educados para lidar com essa “novidade”. Deixando de lado essa sensação utópica, precisamos nos ater ao poder de emancipação que as TICs nos oferecem.

Ao falarmos de emancipação estamos lidando também com o poder de escolha dos usuários. Esse elemento é essencial para pensarmos a forma de produção e consumo de informações. Com as TICs, entramos em um mundo de multiplicidade de conteúdos. As informações são variadas e elas estão disponíveis para que o público possa acessá-las quando e de onde quiser.

Avaliamos, assim, que a relação dos consumidores e dos produtores é totalmente modificada, uma vez que os usuários não ficam mais reféns das escolhas dos que dominam há muitos anos os meios e os veículos de comunicação. Mas, não nos enganemos com essa dádiva que aparenta solucionar todos os problemas relativos a liberdade, uma vez que as tecnologias de informação e comunicação não escapam da influência e regulação das mídias clássicas e do mercado liberal.

A *internet* e as redes de computadores domésticos revolucionaram a comunicação interpessoal e a relação que a sociedade estabelece com as instituições sociais. A partir dessa inovação, os seres humanos romperam as fronteiras territoriais, diminuindo o espaço entre elas, além do aumento da velocidade do contato entre as pessoas. Esse fato teve grande peso também para as transformações do novo associativismo.

Gohn (2013) nos ensinou que o ativismo sofreu mutações nas últimas décadas. Atualmente, essas organizações fazem parte do chamado novo espaço público com representações próprias nos mais importantes fóruns de debate local, nacional e mundial. Esse novo espaço público abriu-se a novos atores sociais devido às possibilidades criadas pelas tecnologias de informação e comunicação.

Segundo Gohn (2013, p.17), a forma de comunicação entre “os manifestantes (movimentos sociais) também se alterou e saber se comunicar on-line ganhou status de ferramenta principal para articular as ações coletivas”. A *internet* tornou-se a principal

ferramenta de interação da sociedade organizada. Através desse novo canal, grupos sociais em diversos pontos do globo podem comunicar-se e compartilhar ideias e pensamentos. Isso nos lembra, o ensinamento de Castells (2003, p.8) sobre a potencialidade da *internet* quando ele diz que ela “é um meio de comunicação que permite, pela primeira vez, a comunicação de muitos para muitos, num momento escolhido, em escala global.

De mão dessas tecnologias, os movimentos sociais podem agora falar diretamente com seus membros e com a sociedade, sem a intermediação de veículos de comunicação e jornalismo que outrora não os dava visibilidade. Figueiredo (2014) corrobora com a ideia ao dizer que com essa nova ferramenta, surge o ativismo digital “que substituiu a antiga militância das ruas e criou um novo modelo de relacionamento, quebrando a lógica vertical do broadcasting, na qual poucos falam para muitos” (TOGNOZZI, 2014, p.76).

Dessa maneira, os movimentos sociais conseguem articular espaços próprios de discussão e tomadas de decisão. Mais do que isso, as TICs contribuem largamente para pedagogias de aprendizagem, uma vez que permitem que “as pessoas produzam conteúdos próprios [...] e alcancem a mesma oportunidade de disseminação dos grandes conglomerados e com uma liberdade jamais experimentada” (TOGNOZZI, 2014, p.77).

Contudo os movimentos não restringem sua atuação, hoje, apenas ao chamado espaço virtual. Ressaltamos que a dinâmica dos movimentos sociais se tornou cíclica, entre as comunidades virtuais e as praças públicas.

Para entendermos melhor essa afirmação vamos nos ater a um exemplo simples: um determinado grupo ativista oferece explicações sobre demandas recentes e faz a convocação dos populares a participar de uma manifestação. Esses vão às ruas reivindicar o cumprimento dessa determinada demanda. Ao mesmo tempo em que ocorre a manifestação, ela está sendo transmitida on-line e permite a interação com outras pessoas e posteriormente veremos mais algumas repercussões.

Com esse exemplo observamos que os fluxos e refluxos de sentidos acontecem do universo on-line para a praça pública e vice-versa, em um movimento cíclico sem cessar. Entendemos, assim, que a *internet* inaugurou uma nova maneira de organização dos movimentos sociais e a forma como a atuação deles acontece na sociedade.

De acordo com Tognozzi (2014) os protestos organizados ganharam força com as redes sociais. As redes on-line permitem a rápida interação com outras pessoas em diversas localidades, se tornando uma ferramenta útil para mobilizar pessoas e as convocarem para participar de protestos.

Cohn (2014) explica que as recentes manifestações, marchas e ocupações ao redor do globo foram organizadas on-line, por meio de redes sociais e a participação nesses eventos acontecem por meio de correntes (*ad hoc*). Os interessados pelos eventos compartilham entre amigos e simpatizantes da causa: datas, local e demandas. Tognozzi (2014, p. 77) vai além ao dizer que essa conectividade “dá as pessoas uma sensação de pertencimento, de aceitação, de inserção”.

As tecnologias de informação e comunicação também alteraram a ideia de pertencimento e participação em um movimento social. Quando falamos em pertencimento a um movimento social na atualidade, na maioria das vezes não encontramos mais a figura do militante que possui um elo permanente com um movimento social, como vimos nas décadas de 1970 e 1980. De igual forma quando retratamos a participação em um protesto tampouco há a necessidade de sair às ruas e empunhar os braços para cima e gritar palavras de ordem. Diante das redes sociais e da *internet*, as pessoas que as acessam possuem essa sensação de pertencimento e participação em uma ação ativista. A simpatia à causa, uma curtida e um compartilhamento de um post são sinais de apoio a um movimento social e às suas demandas.

Tognozzi (2014) ressalta a falta de uma liderança única como uma característica típica desse nosso associativismo. Para o autor, as redes possuem diversas capilaridades em que em cada vértice está um multiplicador e engajador político. Cada usuário pode-se tornar um multiplicador e contribuir para a rede de mobilização digital. Aos usuários é possível que eles produzam e distribuam conteúdos através da *internet*. “Os fenômenos de mobilização digital não têm um líder nem são verticais, mas horizontais, sendo exercidas pelos que tecnicamente chamamos de ativadores” (TOGNOZZI, 2014, p.85).

Contudo, Sorj (2014) não é, até certo ponto, tão esperançoso sobre os efeitos e o poder das manifestações no ambiente virtual. O autor acredita que esse espaço público criado pelas TICs funciona mais como um foro aglutinador e possivelmente iniciador do que um espaço de tomadas de decisão. Nas palavras dele: “da atitude de clicar ou transmitir uma mensagem a formas de ação coletiva com impacto social, a distância é grande” (SORJ, 2014, p.91).

As TICs também introduziram uma nova forma de manifestação social que raramente encontrávamos na sociedade, devido a sua falta de robustez. Hoje, podemos observar nas redes sociais as manifestações individuais das demandas de cada sujeito. Não há mais a necessidade de filiar-se a um grupo para que um movimento social acolha sua demanda e possa falar por você e reclamar um direito. As pessoas agora possuem voz e força, apesar delas serem solitárias.

Sorj (2014, p.90) entende que “as formas virtuais de ativismo individual em rede representam um ponto de ruptura na forma de expressar as demandas dos cidadãos”, criando dessa maneira possibilidade para manifestação através dos diversos canais de comunicação existente. Ainda sobre esse assunto é bom lembrarmos que apesar das manifestações poderem ser realizadas de forma individual, as pessoas podem se juntar a outras criando ao que já definimos ao longo desse texto como rede de comunicação e mobilização.

Castells (2003) vem nos ensinar que os movimentos sociais utilizam-se da *internet*, na atualidade para promover ações coletivas com intenção de transformar valores e instituições da sociedade. Vale lembrar que a *internet* não é apenas instrumento de mobilização, mas também se tornou espaço para discussões e tomadas de decisão. “O ciberespaço tornou-se uma ágora eletrônica global em que a diversidade da divergência humana explode nunca cacofonia de sotaques” (CASTELLS, 2003, p.115). O que encontramos é um balé de vozes que gritam por suas demandas, em um jogo de atuação, informação e embates.

Por último precisamos evocar para nossa discussão três pontos que foram ressaltados por Castells (2003) para justificar a importância da *internet* para os movimentos sociais. Essas três características definem conceitualmente os movimentos sociais e o campo de atuação deles. Como dissemos, no início dessa seção, devemos olhar para as tecnologias de informação e comunicação para além do seu aspecto técnico-tecnológico. O autor explica que a *internet* tornou-se um bem indispensável para os tipos de movimentos que estão surgindo na atualidade. Ela é o meio de comunicação dos participantes dessas novas redes de ativismo em uma sociedade em Rede.

Castells (2003, p.115) diz que “os movimentos sociais são essencialmente mobilizados em torno de valores culturais” e por esse motivo eles lutam pela transformação dos códigos de significação das instituições sociais. A *internet* se tornou o principal aliado como meio de promover essa transformação: fazer com que os valores alcancem mais pessoas e assim chegar a toda sociedade. A segunda característica é que os movimentos sociais da atualmente estão substituindo as antigas estruturas organizadas da sociedade. Esse novo associativismo, segundo o autor, é mais instantâneo, devido a sua organização e recrutamento realizado pela *internet*. Além disso, o ativismo é movido pelo sentimentalismo para atrair atenção dos veículos de comunicação. Ainda falando sobre o impacto e alcance, os movimentos sociais na era da Informação prezam por ultrapassar as fronteiras nacionais e atingir níveis globais.

O processo comunicacional dos movimentos sociais com seus membros e com a própria sociedade foi alterado significativamente com a introdução das tecnologias de

informação e comunicação. O ensinamento dos autores aqui arrolados é que devemos olhar para as TICs para além da sua tecnicidade. Devemos de fato, analisar de que forma esses aparatos tecnológicos influenciam e até que medida eles alteram nossas relações sociais e humanas.

De fato, não podemos mais olhar para o ativismo atual sem que o contextualizemos no processo de desenvolvimento que é oferecido pelas TICs. O que nos resta são mais perguntas: Como o ativismo digital mudou as relações dentro dos movimentos sociais? Quais as estratégias utilizadas pelos militantes? Como se dá a organização do movimento nesse novo cenário? Quais valores culturais são construídos e como eles são significados pelos seus participantes? E qual a relação que se faz com outras instituições, nesse novo espaço público?

2.2 MOVIMENTO LGBT: A LUTA POR DIREITOS

No subitem anterior procuramos trazer à tona alguns conceitos sobre movimentos sociais, a formação dos mesmos e a transformação que o associativismo sofreu com a introdução das tecnologias de informação e comunicação. A partir desse ponto, vamos nos aprofundar sobre as discussões acerca do movimento LGBT. Para tanto, vamos elencar alguns momentos importantes da história desse movimento no Brasil. Buscamos, dessa maneira, observar a relação que o movimento LGBT estabelece com a sociedade para a construção de um espaço mais equitativo, sem desigualdades e discriminações.

Para iniciarmos nossa discussão se faz necessário informar que o movimento LGBT é composto por várias identidades de sexo e gênero, muitas vezes colocadas sob o mesmo guarda-chuva. Ou seja, não podemos definir o ativismo LGBT como sendo um movimento único, e por assim dizer, definido por uma mesma identidade. Vários grupos e/ou coletivos surgiram com o propósito de discutir questões relacionadas à sexualidade e ao gênero.

O que deve ficar claro é que cada coletivo representa uma identidade e possui uma demanda específica. Contudo, podemos aproximá-los porque os coletivos desse campo de atuação têm como propósito geral ou primeiro, a emancipação dos sujeitos e a obtenção de cidadania plena. Para entendermos o movimento LGBT no Brasil e a sua atuação, decidimos seguir a divisão histórica proposta por Simões (2005) e Facchini (2005) que optaram pela divisão em três ondas.

De acordo com os autores, o movimento LGBT foi um dos movimentos populares que surgiram no país, na década de 1970, em oposição ao regime militar. Além de reivindicar uma

mudança política, a militância tinha por objetivo o reconhecimento das identidades homossexuais e da relação entre pessoas do mesmo sexo. Facchini (2005) define duas características para o ativismo LGBT desse período: antiautoritarista e politizados.

A primeira característica se deve diretamente a repressão em que o Brasil estava mergulhado. As ações dos ditadores contra a sociedade fizeram com que diversas vozes suscitassem contra os mandos daquele governo. Já a segunda característica se deve ao cenário de desenvolvimento econômico o que permitiu a criação de instituições, grupos e coletivos que entraram em contato com as lutas internacionais. Sobre esse modelo de atuação podemos citar dois grupos que ganharam destaque em São Paulo: o *Grupo Somos*¹² e o *Lampião da Esquina*¹³.

O segundo marco do movimento está atrelado ao surgimento da epidemia de HIV/AIDS na década de 1980. Devido ao surto da doença e a falta de informações, seguido pela intolerância e violência, o movimento retrocedeu, terminando a primeira metade da década com uma redução considerável no número de coletivos. A doença e a queda da expressividade do ativismo LGBT fizeram com que houvesse uma desmobilização das propostas de liberação sexual.

Os movimentos sociais nessa década dissolveram-se também por outros dois agravantes: a falta completa de recursos e os conflitos internos, tanto políticos quanto amorosos. Muitos dos grupos mantinham-se economicamente com a contribuição de seus membros, que financiavam os materiais de divulgação, os de uso contínuo e pedagógico, o pagamento de aluguéis, entre outros. Por falta desses recursos e com a dificuldade de agregar outros integrantes, houve diversas dissoluções. Ademais, eram constituídos, principalmente de grupos lésbicos, de casais, estes, com o fim dos relacionamentos, causavam crises nos grupos (CANFIELD, 2015, p.99).

Facchini (2005) vai dizer que com o fim da ditadura militar e com o processo de redemocratização, os movimentos precisaram passar por uma transformação na forma que militavam para se adaptar ao novo cenário e deixar de lado as ações oposicionistas que tinha antes frente ao governo. Muitos dos coletivos continuaram sua atuação em defesa do direito à diferença, enquanto outros priorizaram a construção de uma “resposta coletiva contra a HIV/AIDS”. “Houve a necessidade de desvinculação da imagem da homossexualidade de seus aspectos marginais” (FACCHINI, 2005, p.118).

¹² O grupo Somos, formado por estudantes, artistas e intelectuais surgiu, na década de 1970 para dar visibilidade as discussões sobre homossexualidade aqui no Brasil. O grupo foi o pioneiro no país, ao introduzir a temática e influenciou a formação de outros grupos (CANFIELD, 2015).

¹³ O Lampião da Esquina era um jornal em forma de tabloide circulou durante os anos de 1978 e 1981. Foram editadas 38 edições que traziam textos que objetivavam retirar o gay da margem social (GRUPO DIGNIDADE, 2017).

O movimento LGBT retoma a consolidação a partir da década de 1990 com a criação de novos grupos e instituições. Esse retorno do ativismo acompanha o movimento global com a construção de novos espaços públicos de discussão em fóruns e encontros organizados pelas entidades. De acordo com Canfield (2015) a militância se tornou mais preocupada com os aspectos mais formais de organização institucional. Foi durante essa virada que entrou na agenda dos movimentos o esclarecimento sobre o HIV/AIDS e a sua discriminação. Ela avalia que a doença foi uma das propulsoras do movimento LGBT.

O envolvimento do país na luta contra a AIDS, pensando estratégias de atuação para redução de danos dos grupos de risco, que incluíam os homossexuais, promoveu reversão no contexto social, haja vista que nessa época, formavam-se muitas organizações não governamentais de combate e orientação acerca da doença. Houve a injeção de recursos internacionais nessas entidades, que se utilizaram desses recursos para promover campanhas,, pesquisas, interlocuções com a sociedade civil, que acabou por engajar-se nessa luta. Essa conjuntura favoreceu o reflorescimento do movimento LGBT, pois, além de aglomerar homossexuais em busca de informação e prevenção acerca da AIDS, possibilitou infraestrutura para novas mobilizações sociais, por intermédio de projetos de captação de recursos relacionados ao HIV-AIDS (CANFIELD, 2015, p.102)

O período foi marcado também pelo acirramento da luta pelos direitos civis e combate a violência. Uma novidade desse período foi a multiplicidade de grupos e o debate sobre questões relativas ao gênero e as demandas específicas de cada grupo identitário que participava do movimento.

Ramos (2005) acrescenta que a partir das discussões em coletivos e a aproximação com partidos políticos e políticos, vimos nascer iniciativas no campo legislativo que previam em seus textos a extensão de direitos. Projetos de lei desse campo passaram a ser apresentados e discutidos em plenário, porém com resultados insatisfatórios, uma vez que tais projetos encontram-se parados ou arquivados há décadas. Outra mudança no direito foi a apreciação de casos envolvendo direitos e pessoas homossexuais. O julgamento desses casos, situação que viria a acontecer mais recentemente, abriram precedentes para a interpretação das atuais leis para a inclusão da população LGBTs na sociedade sem que haja qualquer tipo de discriminação.

Dois outros pontos também foram importantes para a visibilidade e sociabilidade da população LGBT. Ramos (2005, p.33-34) destaca o surgimento de novos espaços públicos onde gays, lésbicas, travestis, transgêneros e etc. começaram a frequentar:

O crescimento do número de bares, boates, revistas, livrarias, editoras, festivais de cinema e grifes associadas [...] juntamente com sites na *internet*, essas iniciativas

passaram a constituir mais do que novos espaços de sociabilidade [...] contribuiu para o aparecimento de uma combinação entre militância e mercado.

Somado aos aspectos anteriores Ramos (2005) destaca ainda as primeiras ações/políticas de visibilidade em massa e o surgimento das paradas LGBT. Elas se estenderam por todo país, desde a década de 1990, seguiram com novas edições e atraindo mais público às ruas para reivindicar direitos.

Muitos movimentos sociais passaram a se estruturar na década de 1990 a partir de modelos de organizações não governamentais. Um exemplo foi a fundação, em 1995, da ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais como uma rede nacional de representação e luta pelos direitos dos LGBTs. Essa institucionalização permitiu uma nova relação de aproximação entre o Estado e os grupos sociais, abrindo espaço para discussões voltadas para a promoção de políticas públicas, e em nosso caso, para os coletivos LGBTs.

Como na seção anterior dissemos que os movimentos sociais estão passando por uma transformação significativa a partir da introdução das tecnologias de informação e comunicação. Acreditamos que isso vai influenciar diretamente para o rearranjo do movimento LGBT. Arriscamo-nos a dizer que atualmente o movimento está passando pela sua quarta onda, onde a *internet* tornou-se um novo espaço público de discussões e visibilidade das identidades LGBTs. Vemos inclusive a criação de redes de contato entre as diversas instituições que lutam pelos direitos relacionados a sexualidade e ao gênero. Ainda não temos conteúdo suficiente para fazermos essa discussão nesse ponto do trabalho.

Ao longo dessas décadas o Movimento LGBT ganhou expressão nacional e espalhou-se várias localidades do nosso território. O ativismo foi construído com base nas Redes de atuação em que há diversos pontos de conexão para troca de informações e comunicação. Essa interconexão se faz não apenas de forma horizontal entre apenas os núcleos do que chamaríamos de militância. Hoje, podemos ver o ativismo dentro da política, nas escolas, na academia, nas igrejas e etc., criando dessa maneira novos espaços de diálogo, como veremos mais a frente.

Apesar desses anos de luta o ativismo LGBT, ainda, é marcado triplamente por sua luta contra o não-reconhecimento afetivo, jurídico e social (CANFIELD, 2015). O não reconhecimento da afetividade de pessoas do mesmo sexo ganhou maior força com o cristianismo.

Segundo Canfield (2015), qualquer expressão de sexo que não estivesse de acordo com o que é moralmente aceito era considerado pecado e punido. “A associação que se faz, quando o assunto é a homossexualidade, não se aproxima do natural, da afetividade, pois a construção sócio-histórico-cultural do indivíduo impele-o a agir e pensar de outra maneira, a repudiar e discriminar essas práticas” (CANFIELD, 2015, p.80), o que faz com que muitas pessoas vivam essa afetividade na clandestinidade.

No Brasil, a afetividade ultrapassa o campo social e passa a ser discutida no campo jurídico. A autora nos explica que por meio de processos de jurisprudências, a afetividade tem se tornado real e legal, como foi o caso do reconhecimento da união estável para casais do mesmo sexo pelo Supremo Tribunal Federal, em 2011. Outras áreas que concerne a busca por reconhecimento de direitos às minorias LGBT são casos que refletem direitos conjugais e parentais. “O não reconhecimento jurídico em lei das relações homoafetivas, como família, é uma das principais negações que atingem os homossexuais no contexto da realidade brasileira, em que pese aqui o direito legal” (CANFIELD, 2015, p.85).

Por ter sido “considerado” uma anomalia¹⁴ durante muitos anos a afetividade entre pessoas do mesmo sexo e hoje falando também sobre as mudanças nos paradigmas das concepções de identidade de gênero, vivemos ainda sob o convívio da discriminação e violência. Ramos (2005) destaca que as motivações são variáveis e independem de gênero, cor, idade ou orientação sexual e destaca que o fator desencadeante é a própria sexualidade, acrescentamos aí a identidade de gênero.

Em sua cartilha sobre os direitos LGBT, o Ministério Público Federal (2017) reconhece que a sociedade Brasileira discrimina e comete inúmeras formas de violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros.

Os episódios quase diários de agressões físicas e homicídios, reportados pela imprensa de todas as regiões do País, são apenas a face mais visível da realidade cotidiana de preconceito e privação de direitos enfrentada pela população LGBT nos espaços públicos, no mercado de trabalho, na mídia, nas escolas e, muitas vezes, até mesmo na própria família (MINISTÉRIO PÚBLICO, 2017, p.4).

¹⁴Desde 1990, a homossexualidade não é considerada como doença pela organização Mundial da saúde. no dia 17 de maio daquele ano, a assembleia Geral da organização excluiu a orientação homossexual do catálogo internacional de doenças, declarando expressamente que “a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão”. a mesma providência já havia sido adotada pela associação americana de Psiquiatria, em 1975 e, no Brasil, pelo Conselho Federal de Psicologia, em 1985. Como o sufixo “ismo” conota patologia, é incorreta a utilização do termo “homossexualismo” para se referir à orientação sexual homossexual (ou por pessoas do mesmo sexo). Por não ser uma doença, não há que se falar em “cura” para a homossexualidade, como reconheceu a resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 1/99 (MINISTÉRIO PÚBLICO, 2017, p.10).

Segundo Canfield (2015) podemos classificar as violências como interativas, em que as vítimas sofrem agressões e ameaças por pessoas de seu convívio, em casa, vizinhança, redes familiares, escola, igreja, conjugais e etc. Existe também a homofobia com fins lucrativos em que as vítimas sofrem golpes, extorsões ou chantagens por serem homossexuais e não quererem ter sua identidade revelada. Outro crime que chama atenção são os de ódio a travestis e transexuais. As ocorrências tendem a ser mais violentas, mais físicas e menos verbais. O índice de homicídios também é elevado. Segundo levantamento realizado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), o Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais chegando a um total de 144 vítimas em 2016.

A atuação dos coletivos desde a década de 1970 permitiu uma maior abertura para a discussão sobre a visibilidade e direitos LGBTs. Contudo, ainda enfrentamos graves problemas, principalmente na implementação de políticas públicas e leis que garantam a diversidade social e a extensão de direitos a essa população.

Em seu portal na *internet*, o Ministério dos Direitos Humanos reúne as principais legislações nacionais, estaduais e municipais sobre o tema LGBT. Recentemente o Ministério Público Federal também publicou uma cartilha sobre conceitos e legislação dos direitos LGBT no país.

Quadro 1 – Documentos produzidos no âmbito Federal sobre políticas públicas para a população LGBT¹⁵

DATA	EMISSOR	CAMPO	DESCRIÇÃO
22/07/1997	Congresso Nacional	Migração	Reconhece a condição de refugiado a estrangeiro por perseguição motivada por orientação sexual ou por identidade de gênero
23/03/1999	Conselho Federal de Psicologia	Saúde	Estabelece normas de atuação para psicólogos em relação a questão de orientação sexual

¹⁵Os documentos a seguir destacam as principais legislações nacionais sobre o tema LGBT, considerando diversos aspectos, como educação, segurança e saúde. No que diz respeito aos projetos de leis existentes e que versam sobre a temática da diversidade sexual, somente foram compilados os projetos que estão em andamento, excluindo-se aqueles que já foram arquivados ou invalidados.

10/01/2002	Congresso Nacional	Previdenciário	Estabelece direitos sucessórios ao cônjuge sobrevivente ou convivente em união estável, em uma relação heterossexual ou homossexual, ou seja, tem o direito à herança do falecido, segundo a ordem estabelecida
21/06/2004	Ministério da Fazenda	Previdenciário	Regulamenta o direito de companheiro ou companheira homossexual, na condição de dependente preferencial, ser o beneficiário do Seguro DPVAT
15/12/2005	Superior Tribunal de Justiça	Previdenciário	Reconhece que o(a) cônjuge ou companheiro(a) em união homoafetiva tem igual direito ao benefício previdenciário da pensão por morte e do auxílio reclusão
07/08/2006	Congresso Nacional	Criminal	Institui medidas voltadas ao enfrentamento da violência doméstica incluindo a sua aplicação para relações homossexuais
28/03/2007	Ministério do Trabalho e Emprego	Trabalho	Proíbe ao empregador fazer qualquer anotação em carteira de trabalho que possa causar dano a imagem do trabalhador referente a sexo ou sexualidade
13/08/2009	Ministério da Saúde	Saúde	Garante que pacientes do SUS tenha o direito de receber atendimento humanizado independente, acolhedor, livre de qualquer discriminação em virtude de orientação sexual ou identidade de gênero.
27/11/2009	Ministério da Educação	Educação	Manifesto favorável a adoção de nome social de transvestis e transexuais em instituições de ensino
05/04/2010	Ministério da Educação	Social	Regulamenta inclusão do nome social de travestis e transexuais nos registros acadêmicos do IFSC
18/05/2010	Min. Do Planejamento, Orçamento e Gestão	Social	Garante o uso de nome social por transexuais e travestis a funcionários

			públicos federais
04/06/2010	Presidência	Data	Institui o Dia Nacional de Combate à Homofobia
01/07/2010	Dep. Chico Alencar	Social	Sugere a adoção de nome social a estudantes com orientação de gênero travesti ao lado do oficial em caso de instituições federais de ensino
12/08/2010	Conselho Federal de Medicina	Saúde	Autoriza a cirurgia de transgenitalização do tipo neocolpovulvoplastia em caso de transsexualismo e define o que é o transesexualismo
09/12/2010	Presidência	Órgão	Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Combate à Discriminação voltadas para o combate à discriminação, promoção e defesa dos direitos LGBT
05/05/2011	Supremo Tribunal Federal	Social	Reconhecimento da possibilidade de união estável entre pessoas do mesmo sexo
18/05/2011	Presidência	Evento	Convoca a II Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT
29/06/2011	Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária	Penitenciário	Estabelece recomendações aos Departamentos Penitenciários Estaduais, garantindo o direito à visita íntima para casais homossexuais
08/09/2011	Conselho Federal de Serviço Social	Social	Garante o uso de nome social por transexuais e travestis em carteiras emitidas pelo Conselho Federal de Serviço Social
01/12/2011	Ministério da Saúde	Saúde	Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de LGBT

14/05/2013	Conselho Nacional de Justiça	Social	Reconhecimento da conversão da união estável em casamento e a celebração de casamento direto
15/04/2014	Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária	Penitenciário	Estabelece os parâmetros de acolhimento de LGBT em privação de liberdade no Brasil
14/03/2016	Conselho Nacional de Justiça	Social	Regula atualmente o registro do nascimento dos filhos gerados por meio de técnicas de reprodução assistida, de casais hetero e homoafetivos sem haver qualquer distinção quanto à ascendência paterna ou materna
28/04/2016	Presidência	Social	Direito ao uso do nome social na Administração Federal
24/05/2017	Congresso Nacional	Migração	Dá direito a visto e autorização de residência para fins de reunião familiar, sem discriminação alguma ao cônjuge ou companheiro de estrangeiro imigrante ou visitante

Fonte: Adaptado Portal Ministério dos Direitos Humanos e Ministério Público Federal.

Quando analisamos as diretrizes, observamos que há poucas leis que institui direitos sócias a população LGBT. Esse fato corrobora, ao que citamos anteriormente, quando se trata da dificuldade de ter algum projeto de lei que proteja os direitos a afetividade de pessoas do mesmo sexo e também quanto a orientação de identidades.

A maioria trata-se de documentos expedidos por órgãos de autarquias menores ou itens genéricos, podendo ser estendidos aos LGBTs. Ainda encontramos muitas decisões judiciais que se tornaram então diretrizes para a interpretação das leis, mas o que não garante a estabilidade dos direitos. Ainda há muito que percorrer para que haja equiparação de direito, principalmente a criminalização à violência e fobias a esses sujeitos.

CAPÍTULO III – O SUJEITO E SUA EXPRESSÃO ATRÁVES DO CORPO, IDENTIDADE E CULTURA

Mais do que flertar com um pressuposto teórico e tentar delimitá-lo, buscamos neste capítulo, construir um caminho de compreensão sobre a comunicação e como ela se relaciona com a construção do sujeito, do corpo, com o discurso e através da cultura/identidade e das narrativas. Observamos, pois, a expressão do sujeito a partir da elaboração de discursos que se apresentam ao mundo primeiramente através do corpo, de sua identidade e das narrativas que o ser humano constrói de si.

3.1 CORPO, DISCURSO E COMUNICAÇÃO

Concordamos que não há dúvidas de que a Ciência Comunicação se firma como campo legítimo de discussão, uma vez que a ela lhe outorgada a capacidade do agir cientificamente e de forma legitimada e autorizada. No entanto, sempre nos esbarramos ao tentar buscar o que há de especificamente comunicacional e que nos outorgue a mesma legitimidade da pesquisa em Comunicação.

Nessa sessão tentamos ao longo do texto explicar e dialogar com algumas teorias, à luz de nosso objeto de estudo, sempre tentando identificar como comunicacional, a interação e o vínculo social entre os sujeitos, a troca de valores e bens simbólicos e a transformação dos elementos envolvidos no processo.

Para tanto, elegemos desde já uma categoria de análise que será essencial para o desenvolvimento desta seção. Colocamos em foco o corpo como sendo materialidade principal de expressão de enunciados e de mediação de discursos. Entendemos, nesse sentido o corpo como elemento importante para o estabelecimento de relação entre o sujeito, o mundo e o contato com outros sujeitos.

Observamos assim, o corpo como dentro do processo de produção, armazenamento e circulação de conteúdos simbólicos pertinentes à construção de identidades, à cultura e aos discursos subjacentes a cada uma dessas unidades simbólicas. O corpo funciona, assim, como elemento mediador de significações e sentidos que são socialmente compartilhados através de processos comunicativos.

Charaudeau (2015b) nos ensina que a linguagem é elemento fundamental para a construção do indivíduo e também de coletividades. Ele explica que a linguagem está presente

em três níveis ou domínios da atividade humana: a) o domínio da socialização dos indivíduos; b) o domínio do pensamento; c) o domínio dos valores sociais.

A linguagem assim é responsável por estabelecer a relação de si com o outro e no nosso caso, pensando o corpo nessa relação como elemento de criação de uma sociabilidade. É por meio da linguagem ainda que o sujeito conceitua e significa o mundo, fazendo com que o processo de conhecimento seja realizado e assim possa garantir a construção de sentidos e significados sociais que são compartilhados.

Observamos nos textos usados que os corpos não apenas são sobrepostos de discursos, mas são transversalizados por vozes e discursos que atuam diretamente no processo de significação do mundo e constituição de identidades sociais individuais e coletivas.

Numerosas definições podem ser dadas quando se trata do conceito comunicação, isso a depender do período histórico a qual nos referimos, ou a qual corrente filosófica nos filiamos ou, ainda, a qual autor recorremos como ponto de referência. Para desenvolver esse texto, buscamos sustentar nosso pensamento na ideia de comunicação como algo “em movimento”.

Comunicação é a troca de símbolos em uma dinamicidade que ocorre no meio social onde temos como resultado a interação entre sujeitos e os processos de produção de significações e ressignificações. Para nós, pensar comunicação não poderia ser feito de outra forma se não observar a dinâmica dos fluxos de símbolos e sentidos através das relações entre os indivíduos. E nessa ação podemos observar, na maioria das vezes, a transformação dos sujeitos ao longo desse processo.

Muito mais complexa do que a abordagem técnico-profissionalizante propõe, a comunicação é, antes de tudo, um fenômeno social e cultural que possibilita a vida em sociedade e não existe por si mesmo, como algo isolado – sociedade e comunicação complementam-se na troca de mensagens carregadas de significado, promovendo interação social. É, portanto, um processo não só de socialização, mas também de formação, através do qual os padrões culturais são transmitidos aos membros de cada grupo social (SIQUEIRA, 2006, p.21).

De igual forma devemos compreender que o processo ocorre e marca uma espacialidade e uma temporalidade. No entanto, não queremos dizer que os processos comunicacionais se limitam a um determinado contexto. O processo comunicacional pode extrapolar e envolver elementos que se encontram distantes entre si no espaço e no tempo. Por exemplo, uma música que foi criada na década de 1940 carrega nela elementos referentes a esse período, de tal forma que essa música marca o tempo e o espaço de sua criação. Porém, a mesma música pode ser compreendida em outro contexto sócio-histórico e envolver sujeitos

diferentes daqueles em que ela foi produzida, como por exemplo sujeitos que acessam esse material já na década de 2000. Dessa maneira, observamos, a partir do exemplo citado, que os processos comunicacionais estão em contínuo movimento.

A comunicação ocorre a partir de processos de deslocamentos de símbolos entre os sujeitos em uma rede complexa de múltiplas direções e que não se encerra em nenhum dos polos que deles participam. “Ao comunicar algo, há sempre deslocamentos: de dentro para fora, de fora para dentro, entre diferentes contextos, de um para outro, da ação para a palavra, da palavra para a ação e assim por diante” (GREINER, 2005, p.131).

Outro importante elemento que faz parte do processo comunicacional é o “onde” ele ocorre. Não apenas os sujeitos envolvidos no processo são modificados ou os sujeitos modificam o processo. O ambiente contextual também influencia as etapas do processo comunicacional da mesma forma que esse modifica o ambiente onde o processo acontece. O lugar deixa de ser apenas o espaço de ocorrência de uma ação comunicativa e passa a agir de forma significativa sobre os processos comunicacionais.

As informações e os elementos simbólicos estão em contínua circulação e são apreendidos pelos sujeitos que estão inseridos nos ambientes contextuais. Esses elementos simbólicos passam, então, a constituir os sujeitos e a defini-los. Poderíamos, assim, entender que o corpo funciona como um recipiente que acumula essas informações e são processadas juntamente com outras informações, experiências e memórias que esse corpo acumulou com o tempo.

No entanto, concordamos com Greiner (2005) de que o corpo não é apenas um receptor passivo dessas informações, o sujeito é ativo ao passo que está presente e é significativo para o processamento de todos os estímulos. Podemos dizer que o processo é consciente e não é neutro.

O ser é complexo e se forma a partir das relações que são construídas entre ele e o ambiente externo em um processo de co-evolução. Na verdade, o corpo mantém uma relação dinâmica com o ambiente em um processo de trocas onde o fluxo é ininterrupto. Isso significa que “não é apenas o ambiente que constrói o corpo, nem tampouco o corpo que constrói o ambiente. Ambos são ativos o tempo todo” (GREINER, 2005, p.43).

Segundo a autora o sujeito pode ser entendido a partir das relações que estabelece com o meio onde se encontra. Para ela, o ser humano não está separado do ambiente onde vive. Ao contrário, os sujeitos mantêm essa interlocução através das relações que se organizam nesse sistema.

Avançamos ao dizer que as trocas realizadas ativamente garantem a existência de “sistemas vivos” que estão em constantes transformações. A partir desse jogo simbólico de significados e sentidos o corpo se constitui, não apenas fisicamente, mas demarca a sua existência no mundo social das ideias.

Conceber a imagem de corpo é extrapolar o conceito de corpo como recipiente de informações ou de espaço de processamento delas. O corpo, nada mais é, que resultante (não determinado e acabado) das negociações de sentidos que acontecem nos ambientes em que ele está inserido. “Capturadas pelo nosso processo perceptivo [...] tais informações passam a fazer parte do corpo de uma maneira bastante singular: são transformadas em corpo” (GREINER, 2005, p.130).

É oportuno, deixar claro, que resgatamos a ideia de que o corpo deve ser compreendido a partir dos diversos estados (estabilidade e instabilidade)¹⁶ em que pode ocupar, afastando-se assim, da ideia de corpo como instrumento ou objeto. Ao não considerar o corpo nessa última perspectiva, reiteramos o conceito de corpo como um sistema, que é plural e vivo. Influenciado pelo pensamento derridaniano, a autora entende o corpo como um texto que contém em si mesmo sobreposições de outros textos. O corpo, nada mais é, nesse sentido, um ente composto por várias facetas textuais que estão em constante negociação.

Falar em existência de um corpo no mundo físico e social é preciso compreender de que maneira os corpos são constituídos socialmente e de que maneira eles ganham forma. Para seguirmos adiante, inevitavelmente, iremos nos recorrer a três elementos-chave: experiência, memória e interação.

O processo de significação, inevitavelmente, está atrelado às experiências do corpo nos ambientes, mas também pela memória acumulada de outras percepções e pela interação com outros sujeitos. Entramos em contato e conhecemos o mundo a partir da conceituação dos objetos e das nossas experiências. É nessa relação com os ambientes contextuais que o corpo adquire contorno e forma.

Nossos conceitos não são apenas matéria do intelecto. Eles também governam nossas funções cotidianas e até os mundanos detalhes. Nossos conceitos estruturam o que percebemos, como nos relacionamos com o mundo e com outras pessoas. [...] eles ocupam um papel central definindo as realidades cotidianas. [...] quando conceituamos, há um transporte de informações e este é sempre, e inevitavelmente, de natureza metafórica (GREINER, 2005, p.44).

¹⁶Greiner, baseando-se nos estudos de Prigogine no qual a tendência não é a ordem e sim a desordem, salienta que o corpo deve ser estudado tanto no seu estado de estabilidade quanto na instabilidade. Isso porque o corpo está em constante transformação e por isso apresenta-se de formas distintas de acordo com a configuração em que se encontra. (GREINER, 2005).

Para nos conceituarmos é necessário usar materiais já dispostos em nossa memória para podermos explicar as novas experiências, ou seja, ao conceituar-nos, buscamos em nossa memória elementos para que possamos compreender uma nova experiência.

As memórias são arquivadas a partir das relações experienciais que o corpo mantém com o ambiente, o que acaba implicando, conseqüentemente, na interação entre os sujeitos de uma mesma cultura ou de outras culturas. Quando observamos esse sistema nos perguntamos, qual o fator que permite a construção de relações. A comunicação é nada mais que a transportadora desses sentidos e símbolos entre o corpo e seu exterior.

Partimos para um entendimento mais amplo de comunicação que não se restringe apenas aos estudos de comunicação pela análise dos “meios de comunicação” ou dos *medias*. Busca-se nesse momento, uma abordagem que parte para a análise dos processos de mediação, como pontes suspensas entre o corpo e o exterior.

O processo comunicacional envolve, dessa maneira, o compartilhamento de experiências e símbolos entre o corpo e o mundo externo o que acarreta na circulação de sentidos, que por fim, permitem a organização do espaço social. O corpo funciona como ferramenta para o estabelecimento do discurso e a significação de textos sociais (GREINER, 2005).

O contato do corpo com o mundo exterior se dá por meio dos órgãos sensoriais humanos. Conhecemos o mundo exterior com seus sabores, cheiros e texturas através de um processo cognitivo-sensorial. Ao desenvolver esses contatos o corpo se projeta para o mundo na busca e recolhimento de informações que são processadas internamente. Greiner (2005) afirma que o processo imaginativo do ser humano acontece nesse momento do estabelecimento de relações entre o corpo e o exterior. Segundo a autora o corpo necessita dessas informações para criar um contexto de ação sobre mundo.

Para ela, o nascimento dos pensamentos acontece sempre no movimento e no acionamento do sistema sensório-motor. É nesse momento, na ida ao mundo e no processamento das informações é que percebemos a expressão dos pensamentos e emoções do corpo. Ou seja, o corpo pode ser entendido, como lembra Greiner (2005), no trânsito entre o dentro e o fora. A autora resgata o pensamento central da obra do neurocientista António Damásio (1999) que traduz essa discussão sob o conceito de construção de imagens. De acordo com o pesquisador as imagens são as mensagens arquivadas no corpo depois da captura desses estímulos no mundo externo. Os estímulos adquiridos através das experiências são percebidos pelas estruturas sensoriais e, posteriormente são transferidas para o cérebro

humano. O autor entende por imagens não apenas os estímulos visuais, mas todas as impressões corporais são transformadas em produtos imagéticos. Processadas no corpo as imagens são transformadas, assim, em conceitos e símbolos. Ele ressalta que essas representações do mundo externo não se equivalem, pois, a uma cópia do real.

Centrado no processo de metaforização, a noção de corpo é transportada para a organização social e para tanto observamos a presença desse elemento de forma simbólica na política e também na economia. Tal como o corpo, os sistemas políticos e econômicos são vivos e estão em constante movimento. A organização do ambiente se baseia na estrutura corporal do ser humano na busca de um equilíbrio na qual cada elemento participante possui uma função essencial para o funcionamento da sociedade e de suas estruturas.

“Línguas, linguagens e meios de comunicação surgem como formas de sistematizar e organizar a comunicação e como modo de prolongar seus efeitos, ampliando sua rede de atuação” (SIQUEIRA, 2006, p.22). A luz dessa compreensão textual está sempre a ideia de corpo funcionante e organizado. Os sistemas (políticos, econômicos e do próprio corpo) são compreendidos como um conjunto de peças que estão em interação orientados para a realização de objetivos (GREINER, 2005). A comunicação funciona nesses sistemas como elos que permitem de fato a interligação e a troca simbólica entre os elementos envolvidos.

O contato entre o mundo interno e o mundo externo acontece por meio do que Marc Hauser (Apud GREINER, 2005) cunhou em chamar por ato de dramaturgia que é um tipo de elo de sentido que dá lógica e orientação para o fluxo de informações envolvidos nesse processo entre corpo e mundo externo. Para o autor, a organização do processo comunicativo acontece por meio de categorização das informações desse fluxo.

Por conseguinte, a classificação desses estímulos em categorias se refere ao modo como o corpo (ser) aprende a lidar diariamente com essas informações. Esse processo não é uma característica restrita apenas ao grupo dos seres humanos, mas qualquer espécie viva, segundo o estudioso, tem a capacidade de organização.

Essa administração acontece, assim, a partir da geração de regras e pelo desenvolvimento de uma linguagem que é estabelecida por meio das relações e experiências desses indivíduos. “Os processos se organizam no campo do não visível, do dentro do ser vivo, embora não comecem aí, uma vez que se trata de um fluxo incessante entre o dentro e o fora do organismo das criaturas vivas e que se movem” (GREINER, 2005, p.77).

De acordo com essa linha de raciocínio, a construção do Eu, como corpo, se dá a partir da coleção de imagens mais comuns e recorrentes da vida de uma pessoa que acabam

representando as suas ações no mundo. Outro fator importante para a constituição do si-mesmo é o resultado das interações do corpo com o meio ambiente e com outros corpos como já dissemos anteriormente.

A identidade desse corpo é resultado dessas interações, as respostas possíveis e esperadas aos estímulos exteriores e própria estrutura corpórea. Segundo Greiner (2005) a identidade de um corpo está ligada a “singularidade” das ações desse corpo ao um ambiente e o modo de processamento do fluxo de informações. Assim a subjetividade de um corpo está intimamente ligada a maneira de percepção de um objeto a resposta (ação) sobre o Outro.

Para pensar na dramaturgia de um corpo, há de se perceber um corpo a partir de suas mudanças de estado, nas contaminações incessantes entre o dentro e o fora (o corpo e o mundo), o real e o imaginado, o que se dá naquele momento e em estados anteriores (sempre imediatamente transformados), assim como durante as predições, o fluxo inestancável de imagens, oscilações e recategorizações. A dramaturgia do corpo não é um pacote que nasce pronto, um texto narrado por um léxico de palavras, mas como a sua etimologia propõe, emerge da ação. [...] A subjetividade pode emergir de qualquer cérebro capaz de construir uma representação simples de si-mesmo e, obviamente, com a capacidade de criar imagens e se transformar. (GREINER, 2005, p.81).

A singularidade do corpo acontece propriamente no momento da ação. Greiner (2005) nos ensina que o agir sobre o outro é único no tempo e no espaço e que não poderá ser repetido ou acessado outra vez. A ação do corpo é tão singular sobre o mundo externo porque a ação acontece em apenas um momento específico. O mundo que aí está não é mais o mesmo mundo que descrevemos agora na linha acima. O que o corpo acessa são apenas um indício de um mundo que se passou. E por essa unicidade que torna os corpos diferentes entre si. A ação feita de uma forma e não outra. A escolha de um caminho e não outro. O pensar realizado de uma maneira e não de outro.

A autora, baseada nos estudos de Derrida e Foucault ainda explica que o sujeito (subjetividade e singularidade de um corpo) está em processo o tempo todo. O corpo toma forma em um processo contínuo. De tal maneira, que o corpo também está em processo contínuo de geração de símbolos e unidades significadoras. Nós podemos acessar esse corpo através da exposição dos gestos, processo de tornar visível a mediação de um significado. “O corpo não seria apenas um objeto físico e sim aparência de uma interioridade. Intrinsecamente ligado a essa interioridade, o corpo transforma-se em instrumento com o qual o homem habita o mundo e a ele pertence” (SIQUEIRA, 2006, p.48).

Passamos do nível individual para o coletivo, quando as experiências são compartilhadas em uma comunidade. Por meio do conhecimento incorporado criamos representações do

mundo que são elaboradas de acordo com os diferentes contextos. Inaugura-se, assim, as formas simbólicas (habilidades adquiridas) que se transformam em práticas coletivas. Entender as relações entre o corpo e o ambiente se faz pela compreensão da cultura dessas coletividades. “A cultura se constrói nesse trânsito entre o individual e o coletivo, entre o dentro e o fora de corpo” (GREINER, 2005, p.103).

A autora nos lembra que o principal componente da cultura é o processo cognitivo e para estudá-la é necessário nos debruçarmos sobre o fluxo de informações. Para os autores, a cultura é a reorganização sistêmica das estruturas sógnicas criadas pelos sujeitos e processadas pelos seus corpos.

É impossível falar de cultura sem que falemos de sujeitos e suas expressões simbólicas. Cultura é um fenômeno complexo no qual cada grupo social constrói as suas próprias regras e seus sistemas sociais. Fazer parte de uma cultura é compartilhar com todos os sujeitos as mesmas unidades significativas, valores e representações. Observar a cultura de um grupo é perceber as expressões sociais compartilhadas por e entre eles (SIQUEIRA, 2006).

E nesse aspecto é que chamamos atenção para a presença do corpo “em cena”. O corpo é, talvez, a expressão mais direta dos textos de uma cultura, através dos seus movimentos dentro do que poderíamos chamar de espetáculo social (sociedade) que o pano de fundo para toda e qualquer expressão cultural de um sujeito. O corpo reflete a tessitura de agentes sociais de uma dada sociedade, nos levando a compreender os pensamentos, valores, ideais, conceitos e preconceitos. (SIQUEIRA, 2006).

Siqueira (2006, p.10) nos ensina que o corpo funciona como “canal de comunicação de uma linguagem [...] que emprega signos e símbolos (des)construídos a partir do movimento. Movimento cujo conjunto poderia ser encarado como reflexo consciente ou inconsciente da sociedade e seu imaginário”

Para a autora a produção simbólica é construída socialmente entre os corpos a partir da interação entre os diversos sujeitos comunicativos. O corpo resultante expressa “as relações que o influenciaram e ao mesmo tempo, representativo de uma dada época, de um dado local e de uma determinada cultura” (SIQUEIRA, 2006, p.11).

Reiteramos discussão que fizemos no início desse texto de que a comunicação é um fenômeno que está presente nas relações sociais dos sujeitos com o mundo externo e com outras pessoas.

Entender o processo comunicativo é de tal forma acessar a produção social de símbolo e sentidos e por ventura compreender o processo cultural de cada grupo. Os padrões culturais são estabelecidos e expressos a partir da relação construtiva que ocorre entre os sujeitos que fazem parte de uma comunidade. As mais variadas formas de comunicação funcionam, assim, como meios que possibilitam a organização do tempo e do espaço em uma determinada cultura. “A comunicação é resultado de um processo de construção cultural” (SIQUEIRA, 2006, p.24). O sentido segundo a autora é dado na relação que se estabelece entre os sujeitos dentro de uma mesma cultura ou entre outras culturas.

A autora segue explicando que os corpos participam de contextos sociais diversos e por esse motivo carregam em si um conjunto de vozes e discursos que atuam diretamente no processo de significação e construção de sentidos. Os sentidos elaborados e as formas de expressão não só determinam a constituição desse corpo (individual/social) como também influenciam para conformação de um grupo maior. O corpo funciona como agente comunicativo importante para o delineamento das fronteiras discursivas e da cultura a qual ele se encontra submerso. Siqueira (2006) resgata a ideia de Weil e Tompakow de que o corpo se comunica e transmite enunciados. Os textos corpóreos são expressos verbalmente ou não-verbalmente. O corpo ao comunicar cria simbolismos que faz identificá-lo e mais, contribui com elementos significantes (sentido) para a cultura.

Para entender a ligação de uma cultura aos corpos e os textos presente nesses é necessário observar mais que a comunicação verbalizada, ora, é importante analisar todo um conjunto de elementos corporais que expressam esses discursos: imagens, gestos, roupas, posturas, adornos corporais.

De forma complementar e também de grande significância para essa compreensão é a análise que se faz onde (espaço) esses corpos estão e de que forma esses corpos se comunicam com outros corpos e com o ambiente. Retornamos, assim, a dois aspectos que salientamos no início desse texto que a espacialidade e a temporalidade em que um discurso é produzido e compreendido. Sem consideramos essas duas unidades, dificilmente, poderemos chegar o mais próximo a realidades desses corpos e do ambiente contextual.

Depois de séculos de separação religiosa entre corpo e alma no pensamento ocidental e depois de outros séculos de primado da razão sobre as sensações e percepções, o corpo – antes visto apenas como suporte – parece propenso a ser entendido como conjunto que reúne pensamento e percepção, carne e abstrações, sem que esses elementos sejam dicotômicos entre si, mas entendidos em um contexto cultural. Suporte de identidades ao mesmo tempo em que matriz de significados, o corpo é portador de signos (SIQUEIRA, 2006, p.39).

O corpo não apenas é suporte de uma identidade, mas deve ser considerado como a expressão de uma identidade e de todos os textos que atravessam esse corpo, criando significação a partir da relação que ele estabelece com outros corpos. Como dissemos, a configuração de um sentido se faz socialmente. Da mesma forma que regras e conceito e os valores culturais o são. Siqueira (2006, p.41) nos lembra que o corpo tornou-se um “importante artefato, objeto de reconstrução cultural e social” ao passo que sintetizam ideologia, crenças, valores, regras e discursos.

O corpo não apenas é a expressão de uma cultura, como também é influenciado pela cultura. De fato, compreendemos que cada um é elemento dinamizador para a construção do outro, podendo considerá-los (corpo e cultura) forças-motriz de transformação do ambiente social.

A construção desse corpo em movimento é realizada a partir das relações entre os sujeitos que compartilham o mesmo espaço e tempo. O corpo adquire forma e sentido através da experiência social e cultural. Suas disposições, sensações, formas e posturas geram signos que se estruturam em mensagens para ser lidas e interpretadas no mundo externo. (SIQUEIRA, 2006).

O corpo é texto que é construído diariamente a partir desses encontros entre sujeito-sujeito e sujeito-exterior. Mensagens que são codificadas pelos corpos-sujeitos e decodificadas por outros corpos-sujeitos em um fluxo ininterrupto de informações orientadas. Essas mensagens e os elementos discursivos irão sustentar não apenas a identidade de um indivíduo, mas irão organizar e estruturar os signos de uma cultura com base em uma linguagem compartilhada.

Mais uma vez recordamos a importância da experiência nesse processo de compartilhamento de mensagens e informações. As experiências desses corpos são os resultados das relações construídas socialmente e das relações que também são traçadas com o mundo exterior. A partir da aquisição desses conhecimentos, os sujeitos estabelecem estratégias de percepção do mundo e mais, traçam mecanismos de reprodução e compartilhamento dos conhecimentos adquiridos.

Daolio (2011, p.24) nos ensina que a “experiência individual ou grupal é a expressão sintética da cultura em que o indivíduo ou o grupo vive”. Para o autor, ao acessar tais experiências e expressões, estaremos acessando os valores e os comportamentos de um grupo que nos possibilitará compreender, por conseguinte, o funcionamento das regras de uma dada cultura.

O autor explica ainda que o ser humano, ao nascer, ainda é um ser incompleto e que precisa adquirir variados conhecimentos que possibilitarão a vida dele em sociedade. Por esse motivo, ele ressalta que os estudos não podem simplificar a existência dele a partir de explicações que se restrinjam ao campo da biologia.

Para Daolio (2011), o ser humano é uma espécie instintivamente cultural e precisa de informações simbólicas (símbolos significantes) para constituir-se como ser provido de humanidade. É no contato com a cultura e com essas informações que o indivíduo torna-se um ser-sujeito e, assim, adquire valores sociais que irão moldar o pensamento e comportamento.

Daolio (2011, p.33) ressalta também que é inconcebível pensar o ser humano sem cultura(s). Ele segue explicando que é a partir dessa natureza cultural “que se chega à ideia de que o que caracteriza o ser humano é justamente a sua capacidade de singularização por meio da construção social de diferentes padrões culturais”. Nesse sentido, inscreve-se nessa discussão a importância do corpo na construção da própria condição de humanidade e também na construção de uma determinada cultura.

Daolio (2011) afirma que da mesma forma que o ser humano, o corpo também é construído socialmente pela constante influência da cultura. Para ele, os corpos são tão diferentes quanto cada sociedade, isso porque cada uma se expressa de maneiras distintas por meio de corpos diferentes. Ou seja, os corpos são resultados diretamente dos valores e normas de cada cultura que os molda diferentemente. Para o autor, o corpo é portador de um conjunto de significados que são inscritos neles por cada uma das diferentes culturas existentes.

No corpo estão inscritos todas as regras, todas as normas e todos os valores de uma sociedade específica, por ser ele o meio de contato primário do indivíduo com o ambiente que o cerca. Mesmo antes de a criança andar ou falar, ela já traz no corpo alguns comportamentos sociais. [...] Cada sociedade elege um certo número de atributos que configuram o que e como o homem deve ser, tanto do ponto de vista intelectual ou moral quanto do ponto de vista físico. [...] O homem, por meio do seu corpo, vai assimilando e se apropriando dos valores, normas e costumes sociais, num processo de inCORPOração (DAOLIO, 2011, p.36-37).

Santaella (2004) vai nos dizer que o que percebemos do mundo e experienciamos são transformados em elementos que dispomos para a construção social de nossa identidade. Somos assim corpos sociais e culturalmente construídos a partir de situações que vivenciamos.

O corpo não funciona apenas como suporte material de um sujeito. Ele próprio é a expressão desse sujeito e de sua(s) identidade(s) e características que o remetem a uma dada

cultura. “Mesmo aceitando que a corporeidade não dá qualquer forma essencial ou estável à subjetividade, não é possível negar a asserção dessas análises de que é sobre esse material bruto do corpo que a cultura trabalha a constituição da subjetividade” (SANTAELLA, 2004, p.23).

Para a autora é impossível pensar em um sujeito fora de uma história, é sobre esse corpo material que a cultura escreve seus traços. O sujeito se forma e se constitui a partir desses contatos que são vividos historicamente e, assim, são corporificados em forma de marcas deixadas sob sua superfície. Ela lembra que esse processo de individuação ou formação de um sujeito acontece sempre sob o contexto cultural e linguístico.

Nesse momento passamos a entender outro aspecto na constituição do sujeito e de seu corpo: a linguagem. Os encontros entre os sujeitos acontecem por meio da linguagem. É nela que são estabelecidas as pontes discursivas de sentido e de delimitação de cada corpo. Mas, é também através da linguagem que o sujeito se expressa e se delimita a si próprio e sua existência no mundo exterior.

Lembramos, que quando nos referimos a linguagem, não estamos nos limitando aqui apenas a fala ou a oralidade, e sim a todas as formas de expressão e práticas languageiras, incluindo-se nesse campo de estudo a linguagem do corpo e suas formas de expressão. Ela nos ensina que é “através da linguagem que os humanos se constituem a si próprios como sujeitos, porque é apenas na linguagem que pode estabelecer a capacidade de a pessoa se colocar como sujeito” (SANTAELLA, 2004, p.18).

O Corpo, como dissemos anteriormente, é a materialidade do próprio sujeito no mundo, é a partir dele que o sujeito mantém relações com outros sujeitos, com o próprio exterior (elementos do mundo). Seguimos a mesma linha de raciocínio de Santaella (2004) de que o corpo é uma instância, localizada no tempo e no espaço, atravessada por instituições, saberes e por assim dizer, culturas, poderes e discursos. Por esse motivo, nega-se por completo a ideia de corpo como sendo um material natural no mundo. Não nos atemos nessa discussão e até ultrapassamos a ideia de corpo apenas como sendo um ser biológico. Seguimos nosso raciocínio sob a vertente que o analisa e o estudo como sendo, de fato, construído socialmente e ocupa uma posição, constituída de saberes e poderes.

Observando dessa maneira como os corpos, em um processo dialógico, constroem pontes entre o sujeito, o exterior e com outras pessoas. Pretende-se ainda analisar as formas de comportamento e expressão desses corpos com foco na produção e intercâmbio de símbolos e significados. Seguindo essa linha de raciocínio percebemos que o corpo carrega em si mesmo

uma gama de significados que diz respeito não apenas a sua subjetividade, como também a sua identidade. Todas essas marcas são resultados de processos culturais que são produzidos dentro dos grupos sociais em que os sujeitos participam.

Nesse momento, observamos que o corpo não só expressa os desejos e necessidades de um indivíduo, como também pode expressar a unidade simbólica de um determinado grupo social. Entramos, nesse ponto, em um jogo simbólico entre individualidade e coletividade em que o corpo reivindica para si o direito de ser o que desejar ser. Daí nos resta uma pergunta, até que ponto as reivindicações individuais e expressões de um corpo podem significar as reivindicações e expressões de uma toda coletividade? Mas do que isso, precisamos decifrar como são resolvidas essas questões internamente e até que ponto elas interferem para a produção de sentidos e discursos.

Passamos da questão sobre a formação de identidade(s), reciprocidade de sujeitos e partimos, então, para tentarmos compreender como esses discursos produzidos são associados e reelaborados pela sociedade, já que existem filtros institucionais e práticas discursivas que interferem na visibilidade e na interpretação desses discursos e corpos. Como também, a compreensão desse espaço social onde há trocas simbólicas e o estabelecimento de práticas interativas entre os sujeitos, observando como dissemos anteriormente os dispositivos que permitem ou se contrapõem dentro do processo comunicativo entre os sujeitos.

3.2 A NARRATIVA COMO EXPRESSÃO DO SUJEITO E DE SUA HISTÓRIA

Narrar é o modo pelo qual os sujeitos produzem o mundo e a si próprios. Através das narrativas damos significado às nossas vidas e criamos representações de nós mesmos. Segundo Costa (2001), narrar faz parte da condição humana e é por meio dela que damos existência aquilo que estamos narrando. Ou seja, ao narrar estamos dando vida ao nosso mundo. A narração é uma ação inerente ao ser humano e está ligada diretamente à constituição da sua existência como nos mostra Motta (2013).

O homem narra: narrar é uma experiência enraizada na existência humana. É uma prática humana universal, trans-histórica, pancultural. Narrar é um metacódigo universal. Vivemos mediante narrações. Todos os povos, culturas, nações e civilizações se constituíram narrando. Construimos nossa biografia e nossa identidade pessoal narrando. Nossas vidas são acontecimentos narrativos. O acontecer humano é uma sucessão temporal e causal. Vivemos as nossas relações conosco mesmo e com os outros narrando. Nossa vida é uma teia de narrativas na qual estamos enredados (MOTTA, 2013, p.17).

Ao narrar o ser humano utiliza-se de uma estratégia discursiva para relatar sob seu prisma “verdades” de si e fatos ocorridos. Meihy e Holanda (2007, p.26) concordam e complementam ao dizer que a produção histórica, e em nosso caso a história oral, é uma prática discursiva de apreensão de narrativas que nos oferecem testemunhos de si e da realidade. Ao narrar não apenas nos apresentamos ao exterior, mas, é por meio das narrativas que mantemos nossa relação com o Outro através da construção de pontes significativas. Por outro lado, Costa (2001) nos ensina que as narrativas são atos de compartilhamentos da existência do ser humano e de suas memórias.

A estruturação de uma narrativa nada mais é que a materialização de uma história ou de uma memória sobre algum acontecimento. Escolhemos fatos e elementos significativos que darão sentido a nossa existência e por aquilo que queremos ser lembrados. A ação de narrar nada mais é que um exercício de construção de nossa imagem e de como queremos ser vistos pelos outros.

Motta (2013) explica que as narrativas são estruturas significativas que estão ligadas diretamente às experiências do ser humano e ao modo como são estabelecidas as relações com o mundo. Ou seja, as narrativas são atos de fala dos sujeitos sobre suas experiências e sobre si mesmos e a imagem pela qual são representados. Barbato (2001) corrobora com tal pensamento ao dizer que contar histórias e conhecer história é relevante para o desenvolvimento do ser humano.

Podemos pensar então que as trocas que experienciamos no nosso cotidiano, desde que nascemos –seja entre gerações, seja intrageracionais –, têm por objetivo tornar conhecidas essas histórias e quais as explicações que as pessoas e os grupos dão sobre elas. Nesse sentido, a própria sequência de trocas de turno entre os interlocutores participantes dos diálogos e das conversas do dia a dia possibilita construir seus mundos de significação (BARBATO, p.49, 2001).

O processo narrativo é uma ação simbólica em que o sujeito elabora um caminho discursivo para apresentar suas experiências sociais e mundanas. Ao construir uma história, o indivíduo recorre a pontos importantes e de destaque para costurar um emaranhado de significações. O processo narrativo, consciente ou inconsciente, é a forma adotada pelo ser humano para significar o mundo em que ele vive. É a partir dessas representações sociais que ele constrói o mundo e a realidade em que ele está inserido. “As narrativas apresentam e organizam o mundo, ajudam o homem (sic) a constituir a realidade humana” (MOTTA, 2013, p.33-34).

O sentido alcançado é a apresentação de si e de suas percepções sobre o contato com o exterior (realidade) e as relações que o ser humano estabeleceu com Outros. Motta (2013) explica que em meio a esse processo de objetivação e subjetivação de nossas experiências, o ser humano constrói a sua identidade e subjetividade (constituição do sujeito) a partir dos significados que formula e são retidos no imaginário e na memória.

Ao criar pontes significativas que interligam os sujeitos e também ao mundo, entendemos que as narrativas não apenas constroem o sujeito, mas também produzem significações culturais. O ser humano se torna cultural a partir das narrativas que ele constrói de si e, em processo, compartilha com outros sujeitos dentro de um mesmo espaço imaginado ou territorial. Leis, moral, valores, costumes, crenças, religiões, mitos e instituições são elementos resultantes da construção narrativa que são compartilhadas por um coletivo e que passa a representá-los (MOTTA, 2013).

A partir das narrativas, o narrador não apenas expressa suas memórias individuais e percepções sobre a realidade, como também consegue produzir meios de conexão entre os sujeitos. Costa (2001) nos ensina que a narrativa oral funciona como um mecanismo afetivo uma vez que ela aproxima as pessoas umas das outras. As narrativas criam elos afetivos que permitem a valorização de elementos culturais, despertados do imaginário, que são compartilhados por pessoas de um mesmo grupo. Esse processo está ligado diretamente à formação de uma identidade coletiva que acontece em dois estágios que denominamos por compartilhamento e pertencimento comunitário.

O primeiro movimento acontece através do compartilhamento de histórias, memórias e sentimentos entre várias pessoas, como por exemplo, o momento em que o filho/a entra para a universidade. Essa é uma memória que marca os pais e produz um sentimento semelhante em quem passou por esse momento. O segundo movimento pode estar vinculado ou ser consequência do primeiro, quando após o compartilhamento de uma memória, há o processo de identificação entre as pessoas. Essas pessoas passam, a partir daquele momento, a desenvolver um sentimento de pertencimento a um determinado grupo, seja ele delimitado territorialmente ou socialmente.

Segundo Meihy e Holanda (2007) o que chamamos de grupal, cultural, social ou coletivo em história oral é o resultado de experiências que vinculam as pessoas umas as outras, dado a experiência memorativa compartilhada e a sensação de pertencimento. Os autores nos alertam que a identidade comum/identidade coletiva se forma não por um

processo de soma das memórias particulares, mas sim, pela repetição de certos elementos que são comuns a todas as histórias narradas.

Ao narrar, o ser humano possibilita que outras pessoas possam ter acesso a essa memória, ou ainda conhecer algum fato acontecido. Dado essa característica, Motta (2013) vem nos explicar que os seres humanos criam representações sobre o mundo e sobre a realidade. Segundo ele, as experiências de vida, e mais, a própria realidade testemunhada são apresentadas e mediadas pelas narrativas que construímos e compartilhamos. Elas se tornam meios pelos quais podemos acessar a realidade, ou versões dessa realidade que nos são contadas pelos narradores, verdadeiros responsáveis pela produção e circulação de significações.

Podemos inferir, dessa maneira, que, as narrativas revelam-se como poderosos documentos¹⁷ vivos que guardam em si experiências dos sujeitos, grupos, comunidades e até sociedades. Para Meihy e Holanda (2007) a narrativa do tipo história oral se mostra significativo meio de manter a experiência passada em estado de presentificação.

É interessante destacar que a história oral como prática de registro de acontecimentos e das experiências se tornou meio de documentação utilizado em vários momentos da história humana. Várias civilizações utilizaram-se desse método/ferramenta¹⁸ como forma de transmissão de conhecimento, estudo e normatização de comportamentos coletivos e até mesmo serviram como estratégias de dominação (MEIHY E HOLANDA, 2007).

A partir dos relatos dos narradores acessamos os processos sociais do presente, mas também os processos sociais do passado. Costa (2001, p.77) corrobora com tal assertiva ao dizer que as narrativas são reconstruções de fatos no tempo e que traduzem um determinado tempo social. “As narrativas são documentos vivos, que denunciam costumes, mentalidades, diferenças sociais e poderes de uma época; oferecem informações históricas, sociológicas e antropológicas”.

Com base nesse pressuposto, entendemos que o testemunho oral mantém uma conexão com duas temporalidades. O primeiro vínculo é com o imediato, o momento em curso da narração, no qual destaca-se o processo de construção e oralidade das histórias. A segunda

¹⁷A oralidade como fonte documental não é unanimidade entre os autores que trabalham com tal conceito. O testemunho oral, segundo alguns autores, estaria ligado muito mais à ficção, uma versão fantasiosa do real do que com a realidade. A sua validade também é defendida por outros, uma vez que eterniza o ver/ouvir em narrativas que eram ouvidas e posteriormente documentadas em forma escrita (MEIHY E HOLANDA, 2007).

¹⁸Os avanços tecnológicos permitiram maior facilidade no registro das narrativas. A tecnologia impactou diretamente na disseminação de informação e conhecimento sobre acontecimentos do passado e também do presente. Mais do que isso, o processo tecnológico consolidou essa prática como um importante meio e suporte para reflexões sobre comportamento humano e a sua relação com o meio social, uma vez que possibilita aos analistas acessarem a qualquer tempo esses registros.

temporalidade está ligada ao passado em que o narrador da história recorre à memória pessoal para construir o relato de uma ação que aconteceu.

É nesse jogo entre presente e passado, que observamos a importância da pessoa que constrói um testemunho oral. O narrador é a figura central porque ele é o enunciador de uma história. São suas visões e percepções sobre a realidade que estão sendo disponibilizadas ao público. Nesse processo narrativo, ele revisita suas memórias, analisa os fatos que entrou em contato e produz uma narrativa exclusiva.

Segundo Montenegro (2007), ao narrar livremente, os sujeitos nos oferecem o que lhe é instintivo e sensível. Podemos assim observar as suas experiências livres de uma racionalidade que é censurável, medida, planejada e calculada. Os depoimentos carregam em si marcas simbólicas de como o sujeito ou grupo constrói o mundo e se vê nele.

Para Costa (2001) a memória seria o estoque do passado que são revisitados no momento da afloração das lembranças por meio da narração de acontecimentos. Ainda segundo a autora, os narradores resgatam traços dessas lembranças que são acrescentados ou modificados com elementos do imaginário do narrador. Isso demonstra que o ato de narrar não apenas traz à tona o passado, mas é uma reconstrução livre do passado no qual o sujeito deixa as suas marcas. Nas palavras de Delgado (2003, p.16), “a memória por sua vez, como forma de conhecimento e como experiência, é um caminho possível para que sujeitos percorram a temporalidade de suas vidas”.

O sujeito que constrói a narrativa é o responsável por dar uma sequência “lógica” a história que ele conta, realçando ou suprimindo pontos. A tessitura que interliga os pontos é o que Motta (2013, p.71) nomeia por narratividade, “uma sucessão de estados de transformação responsável pelo sentido”. O narrador ordena os acontecimentos em uma cronologia criando dessa maneira uma temporalidade, distinguindo passado, presente e futuro. Os pontos escolhidos somados a temporalidade resultam no processo de significação da história contada.

Como vimos, o narrador desempenha um dos papéis centrais para a significação de uma narrativa. De tal maneira, não podemos nos esquecer de que toda narrativa é um dispositivo argumentativo e assim, podemos inferir que a ação narrativa de um narrador sempre é intencional uma vez que “quem narra quer produzir certos efeitos de sentido através da narração” (MOTTA, 2013, p.74).

A oralidade das narrativas não é única característica fundamental desse tipo de narrativa. A ela está associado a linguagem corporal que é uma das formas de expressão dos sentimentos e emoções do indivíduo. Ao narrar uma história, o sujeito se expressa também

por meio de gesticulações, expressões faciais, olhares, lágrimas, risos, etc. Assim como Costa (2001), entendemos que o somatório dessas duas características resulta em histórias individualizadas e únicas. Elas representam um traço do grupo em que essas pessoas estão inseridas e da cultura que estão mergulhadas.

Outro elemento importante para a construção de sentidos das narrativas que é o ouvinte ou expectador. Segundo Costa (2001) o ouvinte utiliza-se das categorias deixadas pelo narrador para interpretar uma história, contudo ele pode chegar a conclusões diferentes, uma vez que o sujeito é autônomo e possui as suas próprias referências memorativas e sociais. “O ouvinte reinterpreta os fatos narrados e, nesse processo de reinterpretação, traços do conto original permanecem enquanto outros são recriados, o que possibilita a identificação da memória como ato de criação” (COSTA, 2001, p.82).

Como Motta (2013), entendemos que as histórias não ganham sentidos sozinhas. Elas requerem uma troca simbólica entre produtores e receptores. É nessa ponte de significados que o sentido se faz. É interessante destacarmos que de igual forma, narradores ou ouvintes resgatam da sua memória e de suas experiências valores éticos, morais e comportamentais, para assim poderem significar a produção e a leitura dessas narrativas. Há a busca de referências pessoais e coletivas para *coconstrução* de sentidos e significados que são compartilhados no momento de encontro entre os sujeitos produtores e ou leitores/ouvintes.

Como vimos nos parágrafos anteriores, a relação entre os narradores e ouvintes é a da construção de pontes simbólicas de passagem de ensinamentos e tradições de uma coletividade ou de uma cultura em específico. Outra relação seria a do resgate de lembranças e a vivacidade de uma memória de acontecimentos que se deram num passado e que manteriam vivas por processo de presentificação através narrativas. Mas, gostaríamos de acrescentar uma terceira relação importante para este estudo que é a quebra do silêncio do passado e do presente como nos ensina Magalhães (2001).

Segundo a autora, a construção narrativa é um exercício interessante quando pensamos em categorias consideradas minorias como negros, LGBTQs, pobres, refugiados etc. A prática narrativa permite que o silêncio de histórias de pessoas que sofrem por processos de opressão social seja rompido, permitindo que eles denunciem esses abusos para a sociedade. Isso acarreta no segundo ponto que é a visibilidade. Quanto mais narrativas se tornam públicas, a sociedade, teoricamente, deveria enxergar essas desigualdades e buscar métodos para que a equidade existisse e os direitos sociais, políticos e civis fossem estendidos a todos.

Não importa de qual processo estamos nos referindo, seja na transmissão de conhecimento, seja na presentificação de lembranças ou no rompimento do silêncio, a memória é elemento essencial para que a prática narrativa aconteça.

3.3 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE IDENTIFICAÇÕES CULTURAIS DO SUJEITO PÓS-MODERNO

Até o presente momento, nossa discussão trouxe à tona a maneira como o sujeito se apresenta e se relaciona com o mundo exterior através de dois eixos principais, o corpo por meio da linguagem/discurso e a narrativa como ferramenta de expressão da história desse sujeito. Partimos do pressuposto de que não há uma essência universal do sujeito. As características que definem o indivíduo não são inatas a ele. Acreditamos que o sujeito é um ser social que está em constante relação com a cultura na qual está inserido. Nesse processo, o ser humano entra em contato com valores, sentidos e símbolos que passarão a fazer parte de si, o formando e também o transformando, em um contínuo processo.

À luz das teorias da Escola Cultural vamos, nesta sessão, explorar as ideias sobre identidade e o processo de identificação para entendermos como ocorre a construção do sujeito pós-moderno e como se estabelece as relações desse sujeito em sociedade, que é permeado por elementos culturais. Vamos dessa maneira, observar a constituição do sujeito em dois níveis. Primeiro, o individual, o que diz respeito à construção do EU, na sua individualidade. E em segundo, o que é mais importante para nosso estudo, o comportamento desse sujeito no meio social, ou seja, a constituição do EU, sendo a expressão de uma coletividade, ainda que respeitando certo grau de individualidade de ser.

Para iniciarmos nossa exposição, recorreremos, primeiramente, ao conceito de identidade formulado por Castells (1999). O autor fundamenta sua ideia a partir da observação do processo de atuação de atores sociais¹⁹ naquilo que ele denominou como sociedade em rede²⁰. Ele entende, assim, identidade como sendo o processo de construção de

¹⁹Castells (1999) incorpora esse termo da sociologia para explicar que os sujeitos desempenham diversos papéis sociais que são regidos e determinados pelas instituições e organizações da sociedade. Para o autor, a variedade de papéis sociais que o sujeito pode assumir em sociedade determina muitas vezes a representação que se faz desse ator social, interferindo, dessa maneira, na expressão das marcas simbólicas ou elementos simbólicos, que em seu texto ele denomina como atributos culturais.

²⁰Segundo Castells (1999) a sociedade passou por uma transformação morfológica com o advento da era da informação e de suas tecnologias. A sociedade, de acordo com o autor, está estruturada em redes formadas por nós interconectados que dão nova forma aos fluxos de informação e orientam a organização social, modificando drasticamente os processos produtivos e de experiências, o poder e a cultura.

significados com base em um atributo cultural ou em um conjunto de atributos culturais que se inter-relacionam. Castells (1999, p.23) acrescenta que “as identidades constituem fontes de significados para os próprios atores, por eles originadas, e construídas por meio de um processo de individuação” em que os atores sociais produzem significados e os internalizam.

Castells (1999) entende que as identidades são construídas socialmente e funcionam como organizadoras de significados. Os sujeitos dispõem de matérias-primas, fornecidas pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, memória coletiva e por aparatos de poder, que irão compor a identidade do ator social.

Esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espço. [...] quem constrói a identidade, e para que essa identidade é construída, são em grande medida os determinantes do conteúdo simbólico dessa identidade, bem como de seu significado para aqueles que com ela se identificam ou dela se excluem (CASTELLS, 1999, p.23-24).

Seguindo essa linha de raciocínio, Stuart Hall (2011) concorda com Castells (1999) ao afirmar que as identidades são socialmente construídas e são marcadas por relações de poder, onde há processos de dominação e processos de resistência. Tais processos inevitavelmente são influenciados pelo comportamento social e pela organização política e econômica do mundo. Castells (1999) explica que estamos vivendo um momento histórico em que a morfologia do mundo modificou com a introdução de novas formas de fluxos informacionais e suas tecnologias. Essa nova estrutura influenciou diretamente na construção das novas identidades dos atores sociais.

De igual forma, Hall (2011) explica que as transformações nos modos de vida e estruturação das sociedades, provocadas pelo advento da globalização, alteraram os mecanismos de construção do sujeito e de sua identidade. Para o autor, estamos vivendo um momento histórico em que as identidades são fragmentadas, deslocadas e descentradas. O autor rompe com as correntes de pensamento anteriores que aceitavam que a identidade se estabelecia no centro do sujeito, como é proposto pelos modelos do sujeito do Iluminismo²¹ e

²¹A concepção do sujeito do Iluminismo está alicerçada na ideia do ser humano unificado, dotado de capacidades de razão, consciência e de ação, cujo centro consistia num núcleo interior. Segundo Hall (2011), o sujeito permanecia-se contínuo e idêntico ao longo da sua existência, desde o seu nascimento (HALL, 2011, p.11).

do sujeito sociológico²². Para ele, a modernização e os aparatos técnicos e tecnológicos proporcionaram uma crise de identidade.

O autor argumenta que o sujeito foi afetado pelas transformações sociais, culturais e institucionais, fazendo com que a identidade, antes pensada como uma unidade fixa, estável e centrada se deslocasse, tornando-se, então, fragmentada. Ele explica que o sujeito não é mais composto apenas por uma identidade, mas é constituído de várias identidades que são flutuantes e se sobrepõem umas às outras. Ele explica que o processo de identificação tornou-se provisório, variável e problemático.

Esse processo produz o sujeito pós-moderno, conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma celebração móvel: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (HALL, 2011, p.13).

Com a globalização, os fluxos de informações e dados se tornaram mais ágeis e ininterruptos. Essa dinâmica alterou as noções do que compreendemos e percebemos por espaço e tempo. Houve, portanto, uma quebra das fronteiras físicas, temporais e culturais.

Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas – desalojadas – de tempos, lugares, histórias e tradições específicos parecem flutuar livremente (HALL, 2011, p.75).

O novo modelo de trocas simbólicas transformou, assim, a maneira como nos enxergamos e como construímos a sociedade em que vivemos. Passamos a entrar em contato com outras culturas, hábitos, tradições e modos de vida. Woodward (2013, p.21) acrescenta que a globalização “envolve uma interação entre fatores econômicos e culturais, causando mudanças nos padrões de produção e consumo, as quais por sua vez, produzem identidades novas e globalizadas”.

As experiências que acessamos diariamente trouxeram uma reflexão contínua às nossas práticas sociais, como nos alerta Hall (2011). Estamos, a todo momento, revisitando o nosso agir social como forma de construir a nossa presença no mundo, seja a nossa identidade individual ou a identidade coletiva com a qual nos identificamos e que nos representa.

²²A noção de sujeito Sociológico refletia a crescente complexidade do mundo moderno, enquanto afastava-se de um núcleo interior autónomo e autossuficiente. Ou seja, o sujeito era formado através da relação com outras pessoas e a identidade seria o resultado da interação entre o eu e a sociedade. A identidade funcionaria como uma sutura o sujeito à estrutura cultural (HALL, 2011, p. 12).

Os autores enfatizam que o sujeito passou a entrar em contato com elementos culturais que extrapolam as barreiras físicas do local onde ele vive, dessa maneira, o indivíduo deixou de ter uma única identidade que era estável e fixa. O processo de trocas simbólicas permitiu a consolidação do modelo de sujeito multi-identitário que conhecemos hoje.

Woodward (2013) explica que no processo de construção do sujeito pós-moderno, as identidades não são unificadas e há, regularmente, contradições no interior do sujeito, o que atesta a existência de diferenças entre as diversas identidades que o sujeito possui. A autora segue sua argumentação, ao afirmar que os elementos identitários de um sujeito estão em constante jogo interno de poder. Há, na verdade, uma negociação interna na construção identitária de cada indivíduo.

É como se nós, seres humanos, fossemos a um enorme centro comercial e lá, dispomos de várias vitrines, de diferentes lojas, com produtos oriundos das mais diversas localidades. Diante a essa variedade de produtos (identidades), o sujeito faz a sua escolha, com os quais ele se identifica e que passa a representa-lo. Mas, é em sociedade que vemos as identidades serem expressas. Assistimos o sujeito, que deixou o centro comercial com uma bolsa repleta de elementos e características identitárias, usar as peças escolhidas. A cada circunstância social, o sujeito se comporta e se posiciona de forma diferente de acordo com o contexto em que está inserido.

Embora possamos nos ver, seguindo o senso comum, como sendo a mesma pessoa em todos os nossos diferentes encontros e interações, não é difícil perceber que somos diferentemente posicionados, em diferentes momentos e em diferentes lugares, de acordo com os diferentes papéis sociais que estamos exercendo. Diferentes contextos sociais fazem com que nos envolvamos em diferentes significados sociais. Consideramos as diferentes identidades envolvidas em diferentes ocasiões [...], em todas as situações podemos nos sentir, literalmente, como sendo a mesma pessoa, mas nós somos, na verdade, diferentemente posicionados pelas diferentes expectativas e restrições sociais envolvidas em cada uma dessas diferentes situações, representando-nos, diante dos outros, de forma diferente em cada um desses contextos. Em certo sentido, somos posicionados – e também posicionamos a nós mesmos – de acordo com os campos sociais nos quais estamos atuando (WOODWARD, 2013, p.31).

A cada momento social, o sujeito utiliza-se de uma roupa identitária para expressar seu Eu e seus discursos de acordo com local em que ele está. Segundo Hall (2011, p.22), esse processo deixa de ser uma política de identidade (de classe) e passa a ser uma política da diferença, em que uma “identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado”. Ele acrescenta ao dizer que a identificação não é automática, mas que pode ser ganhada ou perdida em cada campo social em que nos apresentamos.

Para Hall (2011, p.49) a identidade não faz parte da natureza essencial do ser humano. Não nascemos com uma determinada identidade ou marca identitária. O autor argumenta que a identidade ou identidades são construídas e transformadas no interior do processo de representação. Ele dá o seguinte exemplo: “nós só sabemos o que significa ser inglês devido ao modo como a *inglesidade* veio a ser representada – como um conjunto de significados – pela cultura nacional inglesa”. Ou seja, o ser inglês é construído dentro do processo de representação em que é definido o que é ser inglês e quais as fronteiras de sentido dessa unidade simbólica.

Figueiredo (2011) nos ensina que as identidades surgem a partir de processos históricos e sociais específicos e que o contexto de formação é oriundo de formas estruturais e de organizações sociais particulares em que os sujeitos estão submetidos. Seguindo a mesma linha teórica, Prado (2006, p.194) argumenta que as identidades, principalmente a que ele denomina por identidade coletiva, são, na verdade, uma “construção dinâmica, negociada e processual de práticas coletivas, significados, formas de pertença, compartilhamento de valores e crenças e lógicas de reciprocidades”.

Dessa maneira, apreendemos que as unidades simbólicas são geradas e transformadas histórico e socialmente, a partir de uma convenção, que é externa ao sujeito e que determina quais elementos fazem parte ou não dessa unidade simbólica. Em outras palavras, damos significados de maneira coletiva às unidades simbólicas a partir dos acordos que fazemos dentro e no uso da linguagem²³. Entendemos, por fim, que ao fazermos esses acordos, estamos criando fronteiras que delimitam os sentidos ao um conjunto de significados que irão compor uma unidade simbólica, que aqui denominamos por identidade cultural.

Seguindo essa linha de raciocínio, nos apropriamos da ideia central de Hall (2011) sobre a construção de uma identidade nacional de cultura e a relação que se faz entre uma nação e seu território. Podemos, por conseguinte, fazer um exercício prático para entendermos como se dá a constituição de uma identidade coletiva.

Tanto, uma cultura nacional como um grupo social são constituídos por unidades simbólicas dentro de um processo que denominamos acima por representação simbólica. Nas palavras do autor, uma identidade nada mais é que um discurso, “um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos” (HALL, 2011, p.51). Assim, podemos inferir que a(s) identidade(s) de um grupo social são as unidades simbólicas que são construídas a partir da produção de sentidos sobre

²³As identidades adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas (WOODWARD, p.08, 2013).

ele com as quais o mesmo passa a se identificar. Ou seja, um grupo social, de forma consensual, elege alguns elementos simbólicos que irão compor a sua identidade e irá distinguir o grupo de outros, a partir do processo de identificação com unidades simbólicas que foram construídas por eles.

Como exemplo, vamos utilizar um grupo formado por gays militantes dentro da Universidade Federal de Goiás. Esse grupo elege alguns elementos simbólicos que são compartilhados por seus membros e que funcionam também como elementos de diferenciação em relação a outros grupos sociais formados por gays de outro espaço social. Essas unidades simbólicas, além de singularizar o grupo, influenciam e organizam as ações de seus componentes, como também estabelecem um parâmetro imagético para que os seus membros se identifiquem com tal identidade, como já nos explicou Hall (2011).

Quando pensamos a identidade coletiva de um grupo de pessoas, temos que considerar outro aspecto-chave para entendermos como o processo de identificação se estabelece dentro de um agrupamento específico. O processo de identificação passa também pelo compartilhamento de experiências entre os participantes desse grupo. As experiências sociais, como já dissemos em tópicos anteriores desse trabalho, contribuem para a construção de uma memória.

As experiências sociais, que são compartilhadas entre os membros do grupo, fazem com que se crie uma unidade simbólica valiosa que sustentará em boa medida a(s) identidade(s) desse grupo. As memórias compartilhadas passam a coexistir no espaço-tempo ao longo da existência desse grupo, mas também após a sua extinção, se for o caso. Essas memórias, assim, funcionam em dois níveis. O primeiro nível está relacionado ao poder de conectividade que se cria entre os participantes de um grupo social específico. Já o segundo nível está relacionado quanto a condição de guia de identificação em que os membros do grupo as utilizam (memórias) como imagem-matriz para construir a identidade do mesmo.

Ao longo do desenvolvimento dessa sessão, pudemos perceber que o processo de formação identitária é complexo e envolve várias etapas. A construção e a manutenção das identidades acontecem a partir de processos que se desenvolvem prioritariamente no campo social e no campo simbólico, como alerta Woodward (2013). Primeiramente, devemos considerar a importância que o meio social tem para o desenvolvimento das identidades. Ao pensarmos no processo de construção de uma identidade, temos que observar que ela se dá a partir da relação e interação entre os sujeitos. Por esse motivo, a autora considera que o

processo de construção de uma identidade é relacional, uma vez que uma identidade se contrapõe a outra dentro desse sistema de relações.

Nós percebemos o que somos a partir de um processo relacional que estabelecemos com outras pessoas, ou seja, a nossa identidade é expressa quando nos contrapomos a outras identidades que não nos representa. Para entendermos esse processo, vamos fazer um exercício simples, utilizando a categoria nacionalidade como ferramenta de identificação. Nós nos consideramos brasileiros porque ao nos compararmos a outros indivíduos de outras territorialidades, nos identificamos não sendo ingleses ou norte-americanos, por exemplo. Em uma relação em que se colocam aspectos ligados a uma territorialidade há uma distinção do que é ser brasileiro e do que é ser inglês ou norte americano.

Assim como o campo social, o simbolismo nos ajuda a compreender como se dá o processo de formação de uma identidade. Assim sendo, uma identidade só pode ser identificada a partir das marcas simbólicas que encontramos em cada sujeito ou em cada identidade. Woodward (2013, p.14) argumenta que “a marcação simbólica é o meio pelo qual damos sentido às práticas e as relações sociais, definindo quem é excluído e quem é incluído”. No processo de construção das identidades, utilizamos as marcas simbólicas para definir as fronteiras sociais, como também as utilizamos para identificar e classificar os sujeitos que pertencem a um determinado grupo social. As marcas simbólicas, se assim pensarmos, funcionam como etiquetas que são coladas nos indivíduos e passam a identifica-los a partir de elementos identitários específicos.

A construção de uma identidade é atravessada por uma política da diferença que estabelece os parâmetros simbólicos para a realização do processo de identificação. Disto isso, ao fazer uma análise macrossociológica, identificamos que a política da diferença não apenas singulariza os seres humanos, mas também é utilizada como mecanismo para produzir uma ideologia que classifica e cria uma escala hierárquica de poder e estamental entre os seres humanos.

As marcas simbólicas, utilizadas como referência para a delimitação de fronteiras entre os sujeitos e grupos sociais, passaram a ser usadas também, por vários grupos e até nações, como dispositivos para o processo de exclusão e a discriminação social. Os conflitos sociais e culturais, motivados pela expressão das identidades, são evidências concretas de que estamos vivendo realmente uma crise de identidades.

Observamos, nesse contexto, a produção de discursos e saberes que regulamentam o convívio social, destacando as diferenças das pessoas como meio de posicioná-las em

determinados espaços sociais. Mais do que isso, os dispositivos discursivos construídos são utilizados como estruturas de estigmatização, como por exemplo, podemos citar os conflitos causados pela intolerância às diferenças das orientações e identidades sexuais. No início desse trabalho trouxemos dados que expõem o número de assassinatos que aconteceram no Brasil devido a essa ideologia de intolerância ao Outro e que mata centenas de pessoas todos os anos no País.

Em contraposição à produção de ideologias que pregam a ação de uma política de exclusão e marginalização social, vimos, a partir da década de 1960, surgir movimentos sociais que utilizam a própria identidade como instrumento de afirmação social e valorização dos sujeitos estigmatizados. Segundo Woodward (2013, p.34), a política de identidade construída por esses grupos estrutura-se no processo de afirmação da “identidade cultural das pessoas que pertencem a um determinado grupo oprimido e marginalizado. Essa identidade torna-se, assim, um fator importante de mobilização política”, uma vez que celebra a singularidade de um grupo, criando mecanismos de combate ao ódio e de promoção do respeito e da tolerância às diferenças identitárias.

O papel desempenhado pelos movimentos sociais é importante para o reconhecimento de grupos marginalizados frente a uma política de opressão que não valoriza a diversidade das identidades sociais e culturais. A ação política realizada por esses movimentos sociais abre espaço para que os sujeitos possam se posicionar na sociedade de acordo com suas escolhas e expressar suas identidades. Ao assumir uma posição-de-sujeito, os indivíduos assumem, concomitantemente, certos discursos que constroem um conjunto de significados que dão sentido a existência do próprio sujeito.

Tomando como base as políticas de reconhecimento das diferenças sociais e o posicionamento dos sujeitos marginalizados frente às opressões dominantes, Castells (1999) explica que é instalado um processo de construção identitária de resistência. O autor argumenta que os atores sociais que se encontram em posições e condições de desvalorização ou estigmatização constroem trincheiras de resistência e sobrevivência. Segundo ele, os atores sociais utilizam princípios que permeiam as instituições da sociedade para construir políticas de oposição à dominação. Ou seja, os atores sociais constroem novas identidades, utilizando-se de materiais simbólicos para definir e ocupar outras posições-de-sujeito na sociedade em que se encontram.

A construção de novas identidades (resistência) é o primeiro passo seguido pelos movimentos sociais para o estabelecimento de projetos políticos, sociais e culturais que visam

à transformação de toda a estrutura da sociedade. “As identidades que começam como resistência podem acabar resultando em projetos [...], transformando-se assim em identidade legitimadoras²⁴ para racionalizar sua dominação” (CASTELLS, 1999, p.24) que, outrora, foi imposta por grupos sociais que exercem o poder e o controle por meio de instituições dominantes da sociedade.

Para Figueiredo (2011), os movimentos sociais estruturam suas ações através do estabelecimento de um discurso político, o que cria, por sua vez, uma relação de compromisso dos membros de um grupo com uma determinada causa que é defendida por eles. A construção dessa sensação de pertencimento ao grupo está pautada, assim, na valorização de práticas sociais desenvolvidas por eles cotidianamente. A partir das leituras que fizemos, entendemos que essas práticas sociais contribuem para a identificação de um grupo uma vez que elas deixam marcas simbólicas que são utilizadas para a definição de uma identidade social.

Nesse sentido, a sensação de pertencimento é ferramenta fundamental na construção das estruturas de um grupo e de sua identidade. Como dissemos anteriormente, a ligação afetiva, que se estabelece entre os membros de um grupo que compartilham uma mesma luta e princípios ideológicos, delimita os espaços de circulação de sentidos, provocando o surgimento de marcas simbólicas que irão identificar o grupo social ou um movimento social. São nesses espaços delimitados pela organização do grupo em que se definem e se afirmam ideias, valores, redes de relação sociais e relações dos membros com a própria organização.

Ao estruturar esse espaço de diálogo e compartilhamento de valores e ideias, os sujeitos instituem as bases para a construção de uma identidade coletiva. Segundo Prado (2006), as identidades coletivas originam-se dentro das relações de poder em um processo dinâmico de construção de práticas coletivas e de significações.

Além de, nesse processo dinâmico, serem estruturadas relações que criam e dão formas ao sentimento de pertencimentos grupais entre elementos que compartilham crenças e valores societários responsáveis pela criação de uma unidade grupal que se sustenta sobre a dinâmica da negociação, da comparação entre grupos e categorias sociais, através das relações de reciprocidades e de reconhecimento. Nesse sentido, as identidades coletivas não são formas, mas, sim, processos que se dão nas relações intra e entre grupos, redefinindo lógicas de pertença e de diferenciação e indiferenciação grupal (PRADO, 2006, p.200).

²⁴As identidades legitimadoras é o tipo de identidade que foi introduzida por instituições dominantes da sociedade com o intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais (CASTELLS, 1999).

O autor segue explicando que as identidades coletivas são construídas a partir de três elementos-chave: 1) as práticas coletivas e o sentimento de pertença; 2) o reconhecimento das equivalências e do caráter político das relações sociais; 3) e a delimitação das fronteiras políticas através da reciprocidade. Prado (2006) destaca que o processo de construção de identidades implica na adoção de estratégias em que recursos são mobilizados para a constituição de redes sociais capazes de definir valores e crenças coletivas.

Como segundo aspecto, o autor traz à tona os conceitos de equivalência e diferença para mostrar que no processo de relações de poder em que se instaura as construções identitárias coletivas há formas de opressão e diferenças nas posições dos sujeitos sociais. Dessa maneira, evidencia-se a conscientização da existência desse processo social na articulação de políticas de identidade em que “favorecem uma (des)naturalização das relações inigualitárias entre os grupos sociais” (PRADO, 2006, p.204).

Já o terceiro elemento funciona como processo de delimitação espaço-simbólico a partir da oposição entre um grupo e outro. Para o autor a demarcação de fronteiras implica no reconhecimento dos grupos e de suas diferenças a partir de uma política de relações de reciprocidade. Prado (2006, p.204) finaliza ao dizer que uma identidade coletiva, segundo esse último critério, é resultado da “negociação da existência de um conjunto de posições subjetivas, um conjunto de valores sociais e a continuidade de práticas políticas” que organizam e delimitam os grupos sociais.

A partir das considerações arroladas nessa sessão podemos inferir que as identidades são frutos de uma construção histórico, social e cultural marcadas por processos simbólicos e de sentidos. Nesse processo de construção identitária, orientada pelo descentramento e fragmentação do sujeito, destacamos o papel dos movimentos sociais no estabelecimento de novas políticas identitárias que contestam a opressão e o estado de marginalização social. Assim, buscaremos entender nas próximas sessões se as marcas simbólicas dos indivíduos se somadas podem sustentar uma política de identidade coletiva, que inserida no contexto atual, pode provocar ou não mudanças sociais.

CAPÍTULO IV – DESCORTINAMENTO DOS DISCURSOS E PROCESSOS COMUNICATIVOS

Com a introdução das tecnologias de comunicação, a humanidade passou a experimentar novas formas de se relacionar com o outro e a interagir socialmente. Os meios técnicos de comunicação social quebraram, como já dissemos nesse trabalho, os paradigmas sobre o tempo e o espaço, possibilitando que a circulação de bens simbólicos ultrapassasse os locais de produção e emissão. A partir desse contexto, experimentamos também novas formas de consumo, reprodução, significação e ressignificação dos sentidos dos discursos que estão em circulação na esfera pública.

Tendo como base esse pressuposto teórico, aprofundamos nos estudos da comunicação social para observarmos como a partir dela os sujeitos LGBTs interagem entre si, em comunidade, como se apresentam ao mundo, quais relações fazem com os movimentos sociais e constroem sua representatividade. Dessa maneira, objetivamos nesse capítulo conhecer um pouco mais dos nossos entrevistados e de que maneira ocorre algumas relações dentro do processo comunicativo e de circulação de discursos, apontando para possíveis fronteiras discursivas.

4.1 DECIFRANDO RE(a)PRESENTAÇÃO DOS LGBTs EM GOIÂNIA

Para entendermos as práticas sociais dos sujeitos LGBTs e as relações que são construídas com a sociedade, necessitamos analisar de perto como as identidades e as representações interferem na definição de fronteiras simbólicas e na posição social ocupadas por esses sujeitos e a sua própria constituição. Em parágrafos anteriores partimos da ideia de que as identidades são construídas historicamente e socialmente em processos dinâmicos, negociados e processual de práticas coletivas, significados, valores e crenças.

Para conhecermos os sujeitos LGBTs, as suas identidades e o processo de representação sobre si e a relação com os movimentos sociais, precisamos antes compreender de que lugar esses sujeitos falam. Quando conhecemos o lugar de produção discursiva dos sujeitos, temos mais condições de compreender os próprios discursos e os posicionamentos sociais de cada sujeito. Temos condições ainda de interpretar as práticas sociais e as produções simbólicas ligadas a esses sujeitos.

Segundo Ribeiro (2017, p.69), o lugar social “não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar. Porém o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências

distintas e outras perspectivas”. Ou seja, o lugar social é um dos definidores dos quadros das nossas experiências no mundo e da singularidade de nossas práticas sociais. As experiências estão ligadas aos lugares que ocupamos socialmente.

Ao se definir as marcas sociais e simbólicas dos lugares de fala damos contornos às condições sociais de produção da própria fala dos sujeitos que ocupam esse lugar. Cada lugar de fala ou espaço social de fala compreende contextos de uma produção discursiva que é submetida a determinadas relações de poder. Ao longo da história da humanidade, estudamos que a colonização foi um poderoso processo de imposição de lugares às pessoas que não partilhavam os mesmos territórios, culturas ou identidades dos opressores.

O processo de opressão não é apenas exemplificado pela história da colonização de povos, o mesmo acontece em outras situações sociais em que se forjam padrões e a partir deles criam-se políticas que diferenciam as pessoas. Essas políticas se estruturam através da hierarquização social por meio de marcas identitárias, como é o processo das desigualdades que se originaram por meio das diferenças de raças, gênero, classe e orientação sexual.

Por muito tempo assistimos a definição dos lugares de fala como uma política opressora de demarcação dos corpos sociais por meio de símbolos que construíam significados negativos ou que hierarquizavam as pessoas, lugares de subalternidade. Foi somente após as lutas de vários movimentos sociais, que os sujeitos puderam construir o próprio lugar de fala através de um processo de auto definição que refletia à sua identidade.

Com o processo de ocupação de lugares sociais e tomada de novas posições, os sujeitos puderam nomear e marcar as diferenças sociais que a realidade os impõe e assim lutar pela geração de políticas públicas equitativas (RIBEIRO, 2017) e de reconhecimento dos sujeitos que outrora foram subalternizados ou invisibilizados.

Na medida em que em nossa história política, cultural esses coletivos foram decretados à margem da história intelectual e cultural sua condição de sujeitos de formação intelectual, cultural, política foi ocultada, ignorada, consequentemente suas pedagogias de formação como sujeitos sociais, culturais não foram reconhecidas na história oficial das ideias, concepções e práticas pedagógicas. Ao se afirmar presentes como sujeitos políticos, sociais exigem o recontar dessa história pedagógica que os segregou como sujeitos e os relegou a meros objetos, destinatários das pedagogias hegemônicas. Exigem que sua história seja reconhecida [...] (ARROYO, 2012, p.12).

Vários grupos sociais trazem em suas histórias marcas de sofrimentos e opressão. Arroyo (2012) explica que as pedagogias hegemônicas têm o intuito de criar uma lacuna na história, apagando os saberes, valores, culturas, modos de pensar, de se afirmar e humanizar

os sujeitos. Contudo, segundo o autor, as experiências vividas por grupos subalternizados se entrelaçam às práticas coletivas de resistências. A tomada de consciência política se dá nos próprios lugares sociais destinados aos grupos subalternizados, porém, são nesses lugares que os sujeitos constroem coletivamente pedagogias de resistência à dominação e emancipação dos sujeitos.

Ao fazermos uma interconexão entre as argumentações de Ribeiro (2017) e Arroyo (2012), compreendemos que é a partir do lugar social marcado por silenciamentos e ocultamentos que as pessoas subalternizadas criam estratégias discursivas que apontam caminhos para a construção de outro Sujeito. Sujeito diferente daquele forjado pelas pedagogias hegemônicas que inauguraram processos de submissão e opressão. O lugar de fala se torna o espaço público em que o Sujeito se torna um ser humano político ao poder externalizar as suas experiências, fortalecer a sua resistência e afirmar sua identidade e sua existência.

Os sujeitos sociais estão submetidos a um sistema de distinção que cria um espaço de forças que ocultam e esgotam a condição de existência do Outro. Segundo Arroyo (2012, p.50), a impossibilidade da coexistência e copresença no mesmo espaço público produz sujeitos inexistentes. A consolidação das pedagogias hegemônicas, fundadas nesse pensamento abissal, contribui significativamente para a consolidação de uma estrutura política que negará as lutas, o reconhecimento de direitos e a inclusão desses sujeitos na sociedade.

Embora haja um esforço de negar a existência do Outro, as ações de coletivos e movimentos sociais possibilitam a contestação do pensamento que age como poder/saber que inferioriza. Acreditamos que o primeiro passo para a afirmação dos Sujeitos, desses Outros, é a demarcação da sua própria história. A construção de narrativas de si instaura um processo de afirmação e reafirmação da presença do sujeito no mundo, criando mecanismos para combater as pedagogias de opressão e de imposição da não-existência.

Ao narrar histórias de si, o sujeito não apenas demarca a sua existência no mundo, como se posiciona no tempo e no espaço. As narrativas de histórias de vida, numa relação espaço-temporal entre o presente e o passado, organizam as experiências sociais de cada sujeito, “possibilitando a produção de significados que relacionam as ações e eventos humanos individuais a uma compreensão do todo” (BARBATO; CAIXETA, 2011, p. 103-104). Quando temos acesso a história de um sujeito, acessamos as marcas simbólicas espaço-temporais de objetos de sua lembrança que nos permitirão compreender tanto o posicionamento do sujeito, como a própria construção do sujeito.

As autoras acrescentam que ao entrarmos em contato com as histórias, entramos em contato com “múltiplas vozes, indicando diversos valores, crenças, conceitos e lógicas de pensar” que se constroem por meio de posicionamentos através de uma organização discursiva. São nas linhas narrativas que percebemos os posicionamentos dos sujeitos, suas escolhas discursivas, o que eles acreditam e o que eles valoram (BARBATO; CAIXETA, 2011).

A partir do que expusemos, fomos a campo e entrevistamos nove pessoas, moradores de Goiânia para entender como esses sujeitos veem a própria trajetória histórica. Como estratégia de captura da narrativa de vida de nossos entrevistados, optamos por uma pergunta aberta em que o cada sujeito sentisse à vontade em nos contar aquilo demarcasse a vida dele.

A narração da história de vida nos apresentou questões internas ao sujeito como por exemplo as nuances do processo de assumir uma identidade de gênero e sexual, mas também nos possibilitou enxergar situações sociais externas ao sujeito como o enfrentamento à sociedade e barreiras impostas por ela. É nesse jogo discursivo entre as marcas internas e externas da história de vida do sujeito que buscamos compreender o processo de construção de si de cada entrevistado.

As marcas internas e externas ao sujeito de que falamos no parágrafo anterior contribuem para delimitar o lugar de fala de cada sujeito LGBT que entrevistamos. Com a análise das repostas sobre a narrativa de história de vida das pessoas selecionadas pudemos examinar que vários pontos convergem para situações semelhantes. Apesar de serem pessoas que vieram de famílias e contextos distintos, pudemos perceber que os marcos relatados são muito semelhantes.

A partir de um questionário estruturado realizamos entrevistas em profundidade com lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, sendo que essas pessoas não participam ativamente de algum movimento social. Para tanto, definimos como estratificação, com base no IBGE, a faixa etária “Adultos” que corresponde à população que possui entre 20 a 59 anos de idade. Foram entrevistas nove pessoas a partir da autoafirmação identitária de gênero e sexual assim disposta por: dois gays, duas lésbicas, duas bissexuais e três transexuais.

Os nossos entrevistados relataram que viveram de um contexto de confusão, em algum momento na história de vida deles, durante o processo de “descoberta” e assumir a identidade de gênero, no caso das pessoas que se definiram como transexuais e a identidade sexual.

Eu nasci em seis de fevereiro de 93. Até então, segundo os meus pais, até essa idade eu era um garoto. Só que eu tive essa percepção aos meus quatro anos de idade, que

eu não me identificava como um garoto, só que eu não entendia aquilo. Eu sabia que garotos é que tinham pipiu e garotas pepeca. Mas, eu não me identificava e isso me gerava um pouco de confusão (Entrevista nº1).

Ai no terceiro ano, entrou uma menina no colégio que eu estudava. No caso, ela era lésbica. A gente começou a se aproximar. Eu comecei a gostar dela e eu entrei nessa dúvida de novo. Eu comecei a entrar nessa confusão de novo. Eu comecei a gostar dela. [...] fiquei confusa durante um tempo. Se eu era lésbica totalmente ou se eu ainda gostava de homens também. Esse processo foi de confusão também (Entrevista nº2).

Mas, eu sabia que eu era uma pessoa diferente. Eu não gostava dos meninos. Não me achava igual aos meninos, porém olhava para as meninas e não me via semelhante. Então, eu me achava um peixe fora da água. Desde criança já me achava diferente. Ainda não entendia o que acontecia. Eu não ia no banheiro da escola. Em nenhum banheiro. Não podia entrar no banheiro das meninas. E no banheiro dos meninos não me sentia confortável. Então, eu não ia no banheiro. Muitas vezes, eu não saía para o recreio por conta disso (Entrevista nº4).

Eu achava que eu era hétero normal. Estava com 16 anos quando perdi a virgindade. Ai eu conheci essa namorada minha, ai eu pensei: “não, então eu sou lésbica”. Ai eu só ficava com mulheres. Me interessava só por mulheres. Quando eu fiz 18 anos e eu vim para Goiânia, eu comecei a ver um rapaz ou outro aí eu comecei a me interessar pelo rapaz também. Só que para mim isso foi meio confuso porque até então eu era lésbica. Gostava só de mulher. E gostar de menino foi muito confuso para mim. Gostar de menina para mim era normal, agora gostar de menino para mim foi estranho. Mas, foi passando o tempo e eu fui vendo que gostava dos dois. Esse processo foi confuso (Entrevista nº5).

A fase da adolescência foi mais perturbada mesmo que foi a descoberta da sexualidade. Eu tive que me assumir aos 14 anos dentro de casa. E as primeiras pessoas que eu disse foram os meus pais. Nesse período, dos 14 aos 16, nem eu mesmo sabia o que eu queria. Eu tive que dizer algo que eu ainda não sabia se era aquilo. [...] na minha cabeça, eu pensava que para gostar de homem eu teria que ser mulher (Entrevista nº9).

Esse processo foi marcado ainda por um contexto de estranhamento, seguido por sofrimento e dor.

Eu vim a sofrer na adolescência. Na adolescência eu sofri porque começou as características masculinas, a puberdade. Ai sim, eu vi que aquilo não estava legal. Ai veio a depressão. Veio muita angústia e eu queria me livrar daquelas características masculinas. Eu não sabia o quê que era ainda. Eu não sabia do termo transexualidade. Eu não tinha nem noção do que era aquilo. Eu não sabia nem o que estava acontecendo comigo porque eu rejeitava o meu corpo. Eu já não suportava olhar no espelho[...] com 19 anos, mais ou menos, que foi onde eu decidi, de fato, assumir a minha identidade de gênero porque foi a época que eu entrei em depressão mesmo. Eu terminei o ensino médio e tal, eu prestei o vestibular uma, duas vezes e não quis mais porque eu não queria ir para a faculdade como garoto (Entrevista nº1).

É muito estranho quando você fica a primeira vez porque a sociedade impõe o que é certo pra você e você cresce com aquilo. E de repente quando você pisa fora da linha que eles falam do que é o correto é quando você começa a se sentir o errado. Onde eu comecei a me sentir o errado. Eu comecei a me sentir sujo[...] foi doloroso. Como você vê as pessoas falando, você fica com medo de aceitar, de falar, de demonstrar. Assim que eu fiquei com o rapaz, eu fiquei umas duas semanas pensando naquilo. E eu me sentia menos que os outros. Eram muitos pensamentos. Era uma bagunça (Entrevista nº6).

Esses corpos foram violentados socialmente com a imposição de padrões hétero-normativos oriundo de um contexto conversador hegemônico da família, da escola e do trabalho.

Eu não queria falar já para minha mãe e aí eu achei um psicólogo e foi ele que me ajudou em tudo. Eu fui e falei para ele o que estava acontecendo, só que eu não sabia como eu ia falar isso para meus pais que eram muito conservadores. [...] A minha mãe sempre foi mais difícil. Eu acho que é pelo fato dela ter sido criada numa família bem conservadora. [...] no início, ela ficou mais calada, na dela. Ela entrou em depressão depois. Isso porque quando ela começou a não aceitar, quando a ficha caiu, ela me ignorava, ela não falava comigo, ela só sabia chorar. (Entrevista nº1)

Não tinha muitos casais de meninas lésbicas (na escola) também, de relações homoafetivas. A gente foi ameaçada de ser expulsas muitas vezes. Foi bem tenso. No máximo que a gente ficava, era de mãos dadas porque a diretora chamava a gente e dizia que ia expulsar, que isso não podia, que tinha crianças, que os pais não iam gostar. E nessa época eu não tinha contado para minha mãe. Aí eu contei para ela sobre isso. Contei para ela no final do ensino médio. Mas, ela também foi sacando. E teve um dia em casa que ela perguntou e eu confirmei. Ela não aceita de jeito nenhum. Ela deu uma surtada bem grande. E de madrugada ela saiu de casa, que aquele não era o lugar dela. Eu acordava de manhã e ela estava na porta do quarto chorando em pé (Entrevista nº2).

Questão de me assumir eu também tenho dificuldade. A família sabe, alguns amigos sabem, mas no trabalho eu não consigo trabalhar isso ainda. [...] é uma coisa tão difícil para mim eu me assumir porque minha família veio de contexto heterossexual. “ninguém é assim, por que você tem que ser”. Então, tem essa questão do contexto. Foi muito difícil e ainda é (Entrevista nº3).

Apesar de muitas pessoas terem encontrando dificuldades e transtornos nesse período da narrativa da história de vida, outros entrevistados construíram seu lugar de fala a partir de espaços onde haviam respeito, aceitação, tolerância. Muitos deles, encontraram no contexto do trabalho, possibilidades para assumir a sua identidade e vivê-la sem constrangimentos sociais.

Com o tempo, fui crescendo..., mas, isso não me atrapalhou também. Continuei seguindo com meus amigos, com meus colegas. Com a minha família nunca tive problemas, nada assim que seja constrangedor, que me marcasse, que me traumatizasse, digamos assim (Entrevista nº4).

Hoje, estou com 29 anos, agora no próximo mês eu volto a trabalhar para gerenciar dois restaurantes, que é a minha área, que eu gosto, que é a de alimentação. O último que eu estava era um cinema, que eu trabalhei quatro anos também. Foi a única empresa que eu trabalhei que realmente que você podia ser e transparecer quem você era, que é essa questão da orientação sexual (Entrevista nº6).

A minha cabeça abriu mais quando eu comecei a trabalhar aos 17 anos, que eu vi que o profissionalismo para mim é mais importante. Eu sempre mantive discrição total. Nunca fui de negar. Mas, no trabalho eu não sio gritando para ninguém. Se me

perguntam, sou, mas nunca sai gritando. Eu sempre fui muito bem resolvida [...] e dentro de casa eu tenho toda liberdade do mundo. (Entrevista nº7).

Hoje, eu tenho 100% de apoio da minha família. Os meus pais mesmo com a pouca escolaridade têm a cabeça mais aberta (Entrevista nº9).

Em 2011 eu comecei a terapia hormonal, a fazer todo o procedimento para a transição. Em 2013, eu fiz as minhas cirurgias, todas que eu tinha que fazer de gênero, inclusive a de redesignação sexual na Tailândia. E desde então, estou trabalhando na delegacia da mulher, enquanto delegada de polícia. Eu sempre me apresentei como menino e como tal matinha todas as minhas relações. Não teve nada de querer usar vestidinho, nada que seja do universo feminino até que eu decidi fazê-lo a partir da idade mais madura. Isso tudo com muito planejamento. Eu planejei. Esperei a vida inteira para isso, agora vamos fazê-lo a partir do momento que eu tenho plena estabilidade financeira para tanto. Foi aí que eu fiz tudo isso. Quando eu decidi, eu falei individualmente com os membros familiares, eu já tinha plena independência financeira. Na verdade, até ajudando alguns deles. Foi uma coisa muito tranquila, não tive problemas de recepção (Entrevista nº8).

Os lugares de fala identificados na pesquisa contribuíram para que entendêssemos, assim, o contexto social em que os sujeitos LGBTs vivem e expressam as suas identidades e seus discursos. As narrativas possibilitaram que víssemos os quadros em que as experiências sociais desses sujeitos aconteceram no passado. Mais, do que isso, ao termos acesso aos quadros de cada história, pudemos compreender como são construídas as relações sociais desses sujeitos em sociedade.

Identificamos nos discursos dos nossos entrevistados que eles percebem que ainda há preconceitos quanto às suas identificações de gênero e sexual. Para 45% deles, as relações sociais são marcadas por processos de intolerância, marginalização e invisibilização dos sujeitos LGBTs.

O pior problema que a gente passa é os documentos. Se a gente não tem os documentos tudo é impedido. Quando você não tem seu nome identificado é de onde vem todas as barreiras. Por exemplo, quando eu vou procurar um emprego sem os documentos retificados você não consegue (Entrevista nº1).

Tranquila não é. Tem esses casos de não aceitação. No meu caso específico acho que diria que tem uma invisibilização de pessoas bissexuais. Muitas pessoas acham que sou lésbica. Então é uma sensação como se eu nunca fosse vista como me identifico realmente. Eu sou hétero quando estou com um cara ou eu sou lésbica quando estou com uma mulher (Entrevista nº2).

O preconceito é velado. Não é algo muito às claras. No meu trabalho, por exemplo, algumas pessoas que eu tenho no facebook, que sabem, hoje elas não conversam comigo pela questão mesmo deu me relacionar com mulheres. Tem pessoas que as vezes eu vou falar como eu estou de relação mesmo, tem essa questão da dificuldade. Eu vejo que as pessoas não enxergam como algo normal. Elas dão um sorriso sarcástico, mas você vê que tem um fundo de preconceito. Cada dia eu vejo nossa sociedade, ao invés dela acolher, ela exclui as pessoas. Elas mesmo já condenam (Entrevista nº3)

Tem várias relações. Tem várias ramificações. Tem a ramificação que puxa pelo lado religioso que você é um demônio, que você é uma aberração da natureza. Tem a ramificação social que puxa para o lado de que você é marginalizada, só serve para a prostituição, só serve para sexo, só serve para divertir alguém. Tem das pessoas que tiram chacotas, que te acham engraçado, aquele preconceito velado, esses tipos de coisas (Entrevista nº4)

Apesar do ambiente tempestuoso e de práticas sociais violentas contra os LGBTs citadas em todas as respostas, cerca de 55% dos entrevistados acreditam que a sociedade apresenta sinais de um início de tolerância por conta do acesso a mais informações. Eles destacam que há mais visibilidade e repercussão nos meios de assuntos ligados ao universo LGBT, às questões de identidade de gênero e à diversidade sexual. O acesso à informação em produtos midiáticos estariam, segundo eles, em alguns casos, possibilitando uma abertura para a compreensão e o respeito às diferenças entre as pessoas.

Eu não sei se tem melhoras. Mas, vê se mais. Por isso eu acho que gera mais discurso tanto positivo quanto negativo. Acho que as pessoas estão sentindo um pouco mais de confiança ou de necessidade de falar sobre isso, falar que a homofobia é errado. As pessoas estão falando mais, isso gera mais discurso, tanto para um lado como para o outro. O que é bom. Essa parte é boa (Entrevista nº5).

Eu coloco na balança como era antes e como é hoje. Antes eu não via muito. Não se falava, pelo menos dentro do meu meio não se falava. [...] acho que por conta de novelas, está mais à mostra. Ultimamente, essas questões de gênero estão muito mais jogado nas mídias, está mais falado. Hoje, as pessoas batem mais no peito: “eu existo”. “eu sou gay”, “eu sou lésbica”, “eu sou mulher trans”, “eu sou homem trans”. A recepção vai muito do local. [...] infelizmente até hoje você tem que chegar, analisar, você tem que refletir e ver: “será que aqui eu posso ser? será que aqui eu posso mostrar? será que aqui eu posso ou não posso?” (Entrevista nº6)

Eu vejo que está abrindo as portas, que está tendo mais recepção para esse público, para essa comunidade. Ainda existe muito preconceito e muita discriminação, mas isso fica restrito a determinados meios. Então, eu tomo a cautela de frequentar lugares mais neutros, evito lugares muito densos, mas as opções que eu faço e que eu fiz são por locais onde encontro uma receptividade bem tranquila (Entrevista nº8).

Parece que hoje é mais fácil que antes devido os meios de comunicação, a forma como as pessoas já mostram na mídia. Filmes que tem abordado, novelas que colocou essas temáticas. Mas há casos e casos (Entrevista nº9).

Vimos até o presente momento que nossos entrevistados realizaram a sua apresentação a partir de dois processos complementares. Primeiro demos a oportunidade para que eles construíssem uma narrativa de vida no qual ficou evidente o lugar de fala de onde eles enunciavam momentos de suas histórias. Já em um segundo momento, os entrevistados fizeram uma avaliação sobre a presença deles em sociedade, evidenciando as práticas sociais em que eles estão envolvidos. Os dois processos demonstraram para nós as ações dos sujeitos

no mundo são frutos dos lugares de fala que ocupam e das relações sociais que são estabelecidas entre as pessoas.

Para darmos continuidade a nossa análise, precisamos, oportunamente, resgatar a construção identitária para entendermos como a referenciação é ferramenta chave para a construção dos sujeitos e está diretamente ligada a um processo de enunciação discursiva. De acordo com Silva (2013), a identidade é fabricada em um processo de dialético a partir do uso da linguagem. Para o autor a identidade de um sujeito não é inata, fixa, natural ou essencial, mas, é um produto da cultura e dos sistemas simbólicos que compõem a própria linguagem.

Como resultado do discurso (linguagem em uso), a identidade é concebida na relação com a diferença. Ou seja, a identidade só pode ser pensada quando demarcamos aquilo que somos e reafirmamos aquilo que se faz presente no outro. Nesse jogo entre identidade e diferença, percebe-se a existência de forças discursivas concorrentes que são caracterizadas por relações de poder que estão em constantes disputas. “A identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais” (SILVA, 2013).

Ao fazer essas distinções, as pessoas demarcam os elementos que são incluídos e que são excluídos. O autor explica que a delimitação de fronteiras entre o Eu e o Outro a partir da eleição de determinados elementos simbólicos pode acarretar em processos para além da diferenciação e significação dos sujeitos. Corremos o risco de ao nomear, dividir, classificar, normalizar e hierarquizar os sujeitos com a atribuição de valores a partir de um referencial próprio. Devemos ressaltar, assim, que as relações de poder ficam evidentes durante a nomeação, uma vez que poucos grupos sociais detêm o controle desse processo de significação simbólica.

Embora as relações sociais sejam marcadas majoritariamente por esse processo de nomeação e hierarquização, vários grupos sociais e pessoas utilizam-se desse método para subverter as relações de poder e afirmar positivamente a própria identidade que outrora foi marginalizada. Como exemplo, vários movimentos sociais encabeçam a luta por políticas de afirmação e reconhecimento das identidades de negros, mulheres, indígenas, gays, lésbicas, travestis, transexuais (transgêneros) e etc. A nomeação das identidades/diferenças não apenas descreve os sujeitos, mas os apresentam performaticamente²⁵, ou seja, os coloca em um

²⁵O conceito de performatividade foi delineado pela feminista e filósofa Judith Butler em vários livros escritos pela autora. Segundo ela, a identidade de gênero e sexual são efeitos – e não causas – de instituições, discursos e práticas. Segundo ela, essas instâncias nos criam ao determinar nosso sexo, nossa sexualidade e nosso gênero. O indivíduo assume uma posição como sujeito (identidade) que é construída no interior da linguagem e do discurso e assim se expressa performaticamente no mundo (SALIH, 2015).

estado de ação no mundo. A identidade é, pois, um processo contínuo de apresentação de si em um jogo de cenas de enunciação.

Quando perguntados qual o nome, ou nome social adotado, a identidade de gênero e a identidade sexual, os nossos entrevistados não descreveram a si próprios, simplesmente. Eles, enunciaram a si como estão presentes em ação no mundo, como se comportam identitariamente e como se posicionam política e ideologicamente. Ao dizer que são “mulher transexual hétero”, “cisgênero bissexual”, “mulher homossexual”, “mulher heterossexual”, “mulher bissexual”, “homem homossexual”, “mulher lésbica”, “mulher bissexual” e “homem homossexual” esses sujeitos se posicionam no mundo através de uma performatividade singular a cada um.

Como dito acima, as instituições sociais e os discursos circulantes funcionam como elementos significativos que interferem na produção identitária dos sujeitos. Levando-se em consideração essa afirmação, perguntamos aos participantes dessa entrevista quais foram os elementos externos que poderiam ter sido utilizados por eles em um processo de referenciamento para a constituição de si.

Com base nas respostas dadas, 56% dos nossos entrevistados não tiveram algum elemento referencial que os ajudaram no processo de constituição de si, independente da identidade de gênero ou sexual de cada sujeito ouvido. Esse índice demonstra o número pouco significativo de representatividade e visibilidade da diversidade sexual e corpos durante o período de descoberta e processo de assumir tais identidades.

Não, eu estou tentando buscar (referência) agora. É bem louco porque nessa época eu não busquei referência. Não me lembro de ter buscado referência. Não sei porquê. Mas, eu fiquei meio que sozinha e tentando entender. [...] eu não tive referência. Estou tentando buscar agora até porque eu vejo poucas pessoas bissexuais (Entrevista nº2).

Eu não tive ninguém para falar: “eu quero seguir o exemplo dessa pessoa que ela tem a mesma orientação sexual.” Não, não tive. Era uma época que as pessoas estavam saindo, se descobrindo. Também não era tão falado como é hoje (Entrevista nº3).

Não. Ninguém. Bissexual não teve ninguém. [...] não. Nada. Nessa época era tudo muito separado. Ou é lésbica, ou é hétero ou é gay. No começo eu falava que não tinha esse negócio de bissexualidade. Ou você gostava de um ou você gostava de outro. E falar que você gostava dos dois é porque você estava indeciso. Igual era a maioria dos discursos. Por isso foi muito confuso para mim me aceitar como bissexual porque até, então, eu negava também. O que chegava próximo disso era o cantor gay, o ator americano que era gay, alguma coisa assim.,mas, só. Bissexual nem teve fora disso (Entrevista nº5).

Não. Referência não. Logo eu fiz amigos, por incrível que pareça, amigos virtuais que foi aonde eu descobri que tinha mais pessoas assim. E naquela época era Orkut,

Youtube... e eu fiz laços. Pessoas que tinham a mesma semelhança comigo que também passavam por algo. É como se fosse uma corrente onde um estava ajudando o outro (Entrevista nº9).

Das pessoas que responderam ter tido algum tipo de referência (04 pessoas) durante o processo de construção identitária, o que chama atenção é que 75% delas são mulheres transexuais e que buscaram informações sobre questões de gênero em algum tipo de plataforma mediática ou em contato com outra pessoa. Isso demonstra a necessidade de busca de informações já que a transexualidade/transgeneridade não era um assunto muito discutido na época em que elas passaram pelo processo de descoberta e mudança de gênero.

Eu tive referência dessa amiga minha, do início, ela que abriu a minha mente. No início, eu não conhecia muita gente, meninas trans, eu só conhecia ela. Eu fui conhecer depois. Quando eu tinha alguma dúvida eu recorria a ela. Sempre me recorri a ela (Entrevista nº1).

Eu conheci uma pessoa pela internet e ela... foi quando eu tive acesso a questão da hormonização. Conheci uma menina que tinha um blog que ela falava sobre isso quando eu comecei a pesquisar. [...] no caso, a minha referência foi essa. Foi via internet mesmo. Ai depois que eu passei a conhecer o termo, por que até então não conhecia o termo, nem sabia que era possível isso. Foi quando eu conheci pessoas da mídia, Roberta Close, Lea T, Andrea, foi quando eu comecei a conhecer mais sobre o assunto (Entrevista nº4).

Roberta Close foi para a maioria das transexuais brasileiras, foi a grande divulgadora dessa situação. Mas, para mim, eu comecei justamente com a internet, em 2003, 2004, tendo pleno acesso a internet. Comecei a ter acesso, depois que terminei a faculdade, a informações mais... comecei a fazer pesquisas e a partir daí também com postagens no Youtube eu comecei a perceber que haviam muitas pessoas e centros cirúrgicos especializados para tratar essas pessoas (Entrevista nº8).

Outro fator importante para essa pesquisa é que os meios e também o jornalismo não contribuíram para o acesso às informações sobre questões de gênero e de diversidade sexual. Cerca de 67% dos entrevistados indicaram que produtos de entretenimento como filmes, televisão ou desenhos e produtos jornalísticos nas plataformas impresso, revista, rádio, TV e internet não traziam qualquer tipo de informação sobre essa temática.

Na época que eu me assumi trans não tinha muita coisa na televisão. Hoje em dia que aborda. Naquela época não abordava. Hoje a gente tem na telenovela. Naquela época não tinha retratando nada. Hoje em dia que começou a abordar sobre o assunto (Entrevista nº1).

Não, nunca vi nada (Entrevista nº2).

Eu acho que eu só cheguei a procurar no Youtube, mas eu não achei nada na época. Acho que na época nem tinha novela (Entrevista nº3).

Não. Nesse processo não[...] meios de comunicação não. Fui ver depois que já tinha feito a transição. [...] somente depois que eu já tinha decidido que foi que eu comecei a ver. [...] depois vi em novelas. (Entrevista nº4).

Não. Nunca tive uma informação de fora (Entrevista nº7).

Apenas três pessoas citaram que tiveram acesso a algum material jornalístico. Mais um indício que não havia, naquele período, visibilidade sobre temas ligados a questão de identidade de gênero e diversidade sexual. E outras quatro reconheceram a importância da publicização desse tipo de informação em canais *mainstream*. A preocupação dos canais e veículos de comunicação com informações sobre essa temática é muito recente.

Isso indica que o lugar de fala e as referências sociais são elementos externos ao indivíduo importantes para compreendermos a construção identitária de um sujeito. O processo só pode ser pensando em sua totalidade se considerarmos também a construção representativa que cada pessoa ou grupo social elabora sobre o mundo. Nesse sentido, a representação cultural é o ato criativo e produtor de significados sobre o mundo e sobre o que as pessoas pensam sobre o mundo (HALL, 2016).

Segundo Hall (2016, p.21) ao construirmos representações, estamos utilizando a linguagem para nos referir aos objetos, criamos histórias sobre as coisas, elaboramos imagens, expressamos nossos sentimentos, classificamos e conceituamos, atribuímos valores. Nós não apenas produzimos significados sobre o mundo, mas também consumimos ou rejeitamos essas significações em um processo de identificação ou representatividade cultural.

Durante esse processo de representatividade elaboramos sentidos/significados culturais que fazem com que nos aproximamos de algo (ideia, conceito, sujeito, grupo e etc.) ou nos afastemos, em um jogo de inclusão e exclusão, pertencimento ou não pertencimento. Ao produzir e compartilhar significados, estamos dando contornos a uma cultura específica (em sentido macrossociológico) ou determinando as fronteiras de um grupo social (em sentido microssociológico) que irão nos emprestar elementos para que se constitua nossa identidade cultural ou uma de nossos papéis sociais.

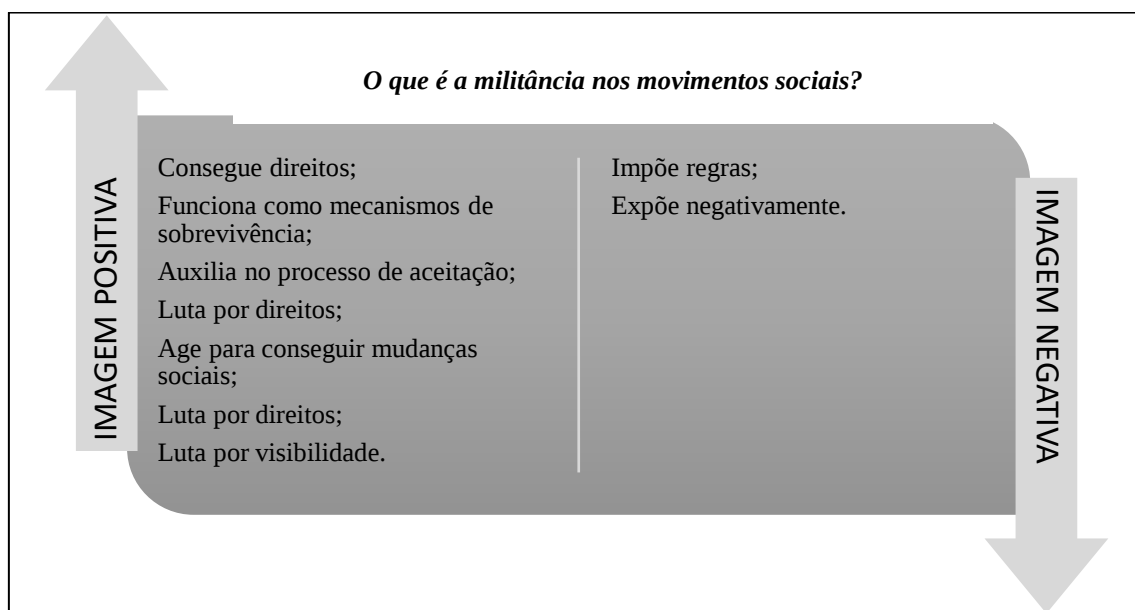
As representações carregam, pois, uma carga de significados e sentidos sobre o mundo. Nós acessamos o mundo e a realidade a partir de um processo de representação, em uma relação entre objeto representado e a sua representação. Hall (2016) vai dizer que “à medida que essa relação se torna menos clara, o sentido começa a deslizar e a escapar de nós”. A partir dessa explicação, compreendemos que o processo de representatividade passa também pela mesma dinâmica social. E é com base nesse pressuposto que buscamos analisar

como o processo de representatividade se dá entre os sujeitos LGBTs e os movimentos sociais e a militância LGBT.

Enfocamos nossa análise nas narrações elaboradas por nossos entrevistados e destacamos como eles relacionam as histórias de suas vidas ao papel dos movimentos sociais LGBTs em Goiânia, a elaboração discursiva/imagética que criaram da militância e qual atribuição de valor que fazem do papel desses atores sociais para a construção da realidade social e da identidade dos sujeitos LGBTs.

Quando observamos as respostas dadas pelos nossos entrevistados, fica evidente que a maior parte deles (78%) concorda que a militância e a atuação dos movimentos sociais são importantes atores sociais que enfrentam as dificuldades na sociedade e lutam para o estabelecimento da equidade de direitos para os seres humanos.

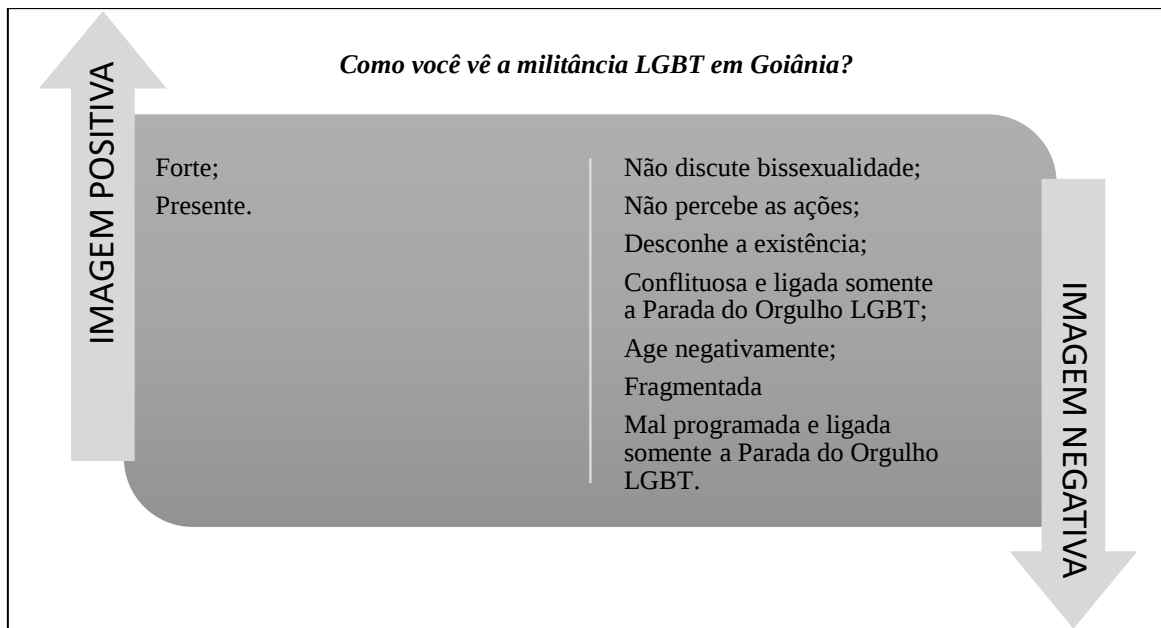
Imagem 3 – Imagem da militância nos movimentos sociais



Fonte: Elaborado pelo autor.

No entanto quando eles analisam a conjuntura da causa LGBT em Goiânia e a atuação da militância e de movimentos sociais ligados a esses sujeitos, a maioria dos entrevistados (78%) avaliam negativamente, apontando para uma insuficiência na ação desses atores sociais. Os entrevistados entendem que a militância goianiense é conflituosa, indefinida, fragmentada, outros já não percebem as ações ao afirmar que são invisíveis até mesmo para os sujeitos LGBTs ou ainda se prestam apenas à organização da Parada do Orgulho LGBT.

Imagem 4 – Imagem da militância LGBT em Goiânia



Fonte: Elaborado pelo autor.

Há com isso, um processo de afastamento dos sujeitos LGBTs da militância e dos movimentos sociais LGBTs na cidade. Entendemos que, dessa maneira, os movimentos sociais LGBTs em qualquer uma de suas frentes não encontram respaldo discursivo e político nos sujeitos que entrevistamos. As ações desses atores sociais estão invisíveis a essas pessoas, apesar de que elas consideram em sua maioria que a militância é importante para a inserção de discussões e busca por direitos sociais. Assim, observamos uma quebra de contrato social de uma suposta comunidade LGBT, entre as instituições sociais e os sujeitos LGBTs, apontando para uma possível crise de representatividade.

Confirmamos a instauração de uma crise de representatividade a partir da análise das respostas dadas a quatro questionamentos. A convergências das repostas apontam para a não visibilidade das ações do movimento LGBT em Goiânia (78%), a ineficiência dos discursos no auxílio no processo de construção do sujeito, a identidade e no processo de assumir uma identidade de gênero ou identidade sexual (67%), a falta de interesse em participar e desempenhar alguma atividade ligada a atuação militante LGBT (78%) e a falta de representatividade ou elo com alguma entidade/instituição/ONG/movimento LGBT (78%).

Dessa maneira, compreendermos o processo de representação / representatividade não se completa quando consideramos o movimento LGBT e a militância, apesar de observamos que os nossos entrevistados julgaram anteriormente a importância e a necessidade desses

atores sociais para a promoção de equidade de direitos dos indivíduos na sociedade. Ainda há muitas barreiras que se interpõem entre a militância e os sujeitos LGBTs, justificado pelo desinteresse, aversão, falta de simpatia, falta de coerência e falta de inteligibilidade nos processos comunicativos dos movimentos sociais LGBTs.

4.2 OS MEDIAS E O PROCESSO DE (RE) SIGNIFICAÇÃO DOS DISCURSOS POR SUJEITOS LGBTs

Com o advento dos meios técnicos e tecnológicos de comunicação, conhecemos novos caminhos para a interação entre os seres humanos. A interação que era feita unicamente face-a-face, ganhou novas possibilidades, passando a ser mediada por aparatos técnicos. As inovações impactaram não apenas a interação entre os seres humanos, como também modificaram significativamente a forma como temos acesso à informação.

Atualmente, entramos em contato com um número expressivo de dados o que alterou completamente a relação que estabelecemos com os meios de comunicação e informação. Deixamos de ser meros expectadores do mundo à consumidores de informações que são disponibilizadas em diversas plataformas e veículos de comunicação.

Thompson (2008, p.20) nos ensina que os indivíduos experimentaram outras formas de captação de informações e de trocas simbólicas a partir das tecnologias de comunicação inauguradas no século XV e do surgimento dos meios de comunicação eletrônicos no século XIX. Nesse contexto, diversas instituições ao redor do globo passaram a controlar esse conhecimento técnico, o que possibilitou o processo de mediação da comunicação entre os seres humanos. O autor explica que o desenvolvimento desses novos meios de comunicação e a mediação sob o controle de diversas instituições possibilitaram a criação de “novos campos de ação e interação que envolvem diferentes formas de visualidade”.

Segundo o conhecimento do senso comum, visível é aquilo que está à mostra, o que pode ser percebido pelo sentido da visão, ou melhor, que se encontra dentro do campo da visão de um indivíduo. Seguindo essa linha de raciocínio, Thompson (2008) entende que o campo da visão é limitado a partir de características espaciais e temporais. Só é visível para nós, aquilo que se encontra no mesmo espaço físico e temporal em que estamos. Contudo, o

autor argumenta que o campo da visão foi ampliado espacialmente e temporalmente com a chegada dos medias²⁶.

Nesse sentido, devemos considerar que cada mídia possui uma característica própria do seu meio e que vai interferir na construção de sentido daquilo que está sendo colocado dentro do nosso campo de visão ou que está tornando-se visível.

O desenvolvimento das mídias comunicacionais trouxe, desse modo, uma nova forma de visibilidade – ou, para ser mais preciso, novas formas de visibilidades cujas características específicas variam de um meio para outro – que se diferencia em aspectos essenciais da visibilidade situada da co-presença. Nessa nova forma de visibilidade mediada, o campo da visão não está mais restrito às características espaciais e temporais do aqui e agora, ao invés disso molda-se pelas propriedades distintivas das mídias comunicacionais, por uma gama de aspectos sociais e técnicos (como angulações de câmera, processos de edição e pelos interesses e prioridades organizacionais) e por novas formas de interação tornadas possíveis pelas mídias (THOMPSON, 2008, p.21).

O autor segue explicando que os medias detêm o poder de dar luz a determinados acontecimentos e assuntos que muitas vezes ficavam ocultos ao público. Além de criar condições para essa visibilidade mediada, os medias conseguem ampliar o alcance físico e temporal, fazendo com que esses acontecimentos e assuntos cheguem a um maior número de pessoas. Dessa maneira, percebe-se que o desenvolvimento dos meios e veículos de comunicação e suas tecnologias criaram um terreno complexo de circulação de imagens e informações (THOMPSON, 2008).

Devemos observar que a visibilidade mediada está intrinsicamente conectada aos procedimentos de escolhas que são realizados pelas instituições que controlam o funcionamento e a organização do processo simbólico mediático. Ou seja, as instituições que estão por trás dos medias definem quem e o que deve ser colocado no campo de visão do público. Mais do que isso, as corporações definem também quais discursos serão abordados e de que forma eles serão focalizados, fazendo com que a visibilidade responda aos interesses de quem detém o poder dos meios e veículos de comunicação.

Nesse sentido, vale destacar o lugar e o papel desempenado pelo Jornalismo²⁷ dentro do processo de visibilidade mediada de que estamos discutindo nessa sessão. Schwaab e Zamin (2007, p.34) entendem o jornalismo enquanto prática discursiva, uma vez que a ele é imputado à função de selecionar e construir simbolicamente o presente. “São fundamentais as

²⁶São os meios e veículos de comunicação que utilizam aparatos técnicos e tecnológicos para movimentar o fluxo de informações no tempo e no espaço

²⁷Devemos entender nesse momento o Jornalismo como sendo o espaço de atuação do profissional de redação do jornalismo que está no mercado trabalho. Não consideramos, nesse momento o jornalismo como sendo um campo do conhecimento que está localizado dentro área dos estudos da comunicação social.

escolhas entre aquilo que é dito e o que é silenciado, de quem participa e de quem é ausentado nesse processo”. Os autores retomam o processo já explicado por Thompson (2008) anteriormente em que os medias, mais precisamente o jornalismo, seleciona(m) discursivamente o que estará perceptível aos olhos do público e o que será ignorado, no que eles denominaram por processo de silenciamento.

É nesse jogo do dito e do que não é dito que os discursos tomam proporções a partir do funcionamento do processo de visibilidade mediada. Mais do que dar visibilidade a determinados discursos, o jornalismo oferece ao seu público “os modos de compreender e ver o mundo”. Ou seja, o próprio texto jornalístico disponibiliza para seu público as ferramentas de como e o modo como ele deve interpretar os acontecimentos, fatos e a realidade social.

Dado as características das peças jornalísticas e da própria profissão jornalística descrita pelas rotinas produtivas de notícias, esse campo de atuação configurou-se “em espaço de legitimação e interpretação partilhada dos acontecimentos públicos cotidianos, por meio da instituição de discursos revestidos de vontade de verdade” (SCHWAAB; ZAMIN, 2007, p.34). A sociedade, por meio de contratos sociais, empresta legitimidade ao jornalismo porque esse se funda na busca objetiva pela verdade na produção de notícias e reportagens.

Porém nossa análise não pode negar que o modo de produção noticioso influencia drasticamente na apreensão de sentidos sociais sobre a realidade. Devemos ter em mente que a produção jornalística também responde aos procedimentos do processo da visibilidade mediada, na qual certos discursos são iluminados enquanto outros são sumariamente silenciados. Não podemos perder de vista os jogos de poder que estão por trás do processo de sentidos da produção jornalística.

Há séculos estamos acompanhando os jogos de poder que conduzem a visibilidade dentro da produção jornalística e dos tradicionais medias. Porém nas últimas décadas, vimos surgir novos exemplos de produção simbólica e de visibilidade mediada. Thompson (2008) argumenta que atualmente vivemos uma nova etapa do processo de visibilidade que foi instaurada com o desenvolvimento das mídias comunicacionais eletrônicas como a internet. Para o autor, o ambiente da informação está mais intenso e mais extensivo do que há alguns anos. Várias instituições, para além das tradicionais, hoje, fazem parte da produção de conteúdos simbólicos e movimentam os fluxos de informações nessa corrida por visibilidade.

Tanto mais intensa, a comunicação se tornou mais extensiva “no sentido de que o número de indivíduos incluídos nessas redes de comunicação e que são capazes de receber os produtos das organizações mediáticas” (THOMPSON, 2008, p.36) aumentaram

consideravelmente. Apesar de vermos o surgimento desses novos meios de produção de visibilidade mediada que não estão alinhados à produção tradicional, não podemos negar a força e o alcance dos meios do *mainstream*. Eles continuam sendo os balizadores daquilo que acessamos da realidade e continuam funcionando como ferramentas de interpretação de acontecimentos e fatos da nossa sociedade.

Em termos de disputa e negociação de espaços sociais, a mídia vem se consolidando, na sociedade contemporânea, como a principal catalisadora das formas de (re)conhecimento e compreensão do mundo que nos cerca. O modo como atribuímos sentidos e significados às coisas, objetos e pessoas passa, de alguma forma, pelo campo midiático, que os ressignifica, dando novas tonalidades aos acontecimentos. É assim que o jornalismo, entendido como um modo de conhecimento, vai construindo as nossas representações e, em certa medida, moldando a nossa leitura de mundo (CONRAD; FOSSÁ, 2015, p.105).

Charaudeau (2015a, p.39) explica que o agir comunicativo é realizado por meio de escolhas. Entendemos, assim, a partir dessa assertiva que as instituições que controlam o processo informativo e comunicativo (meios) também agem a partir de determinadas preferências. Segundo o autor, as seleções realizadas durante o processo comunicativo, “não são somente escolha de conteúdos a transmitir, não somente escolhas das formas adequadas para estar de acordo com as normas do bem falar e ter clareza, mas escolha de efeitos de sentido”. As escolhas estão estreitamente ligadas às estratégias discursivas selecionadas por quem está à frente dos veículos e meios de comunicação.

Vale lembrar, a partir desse contexto, que os meios estruturam suas ações e, assim, funcionam, obedecendo a duas lógicas empíricas, de acordo com Charaudeau (2015a): a lógica econômica e a lógica simbólica. A primeira instância diz que cada organismo de informação age como uma empresa que tem por finalidade produzir “mercadorias” que serão colocadas à disposição para que as pessoas as consumam. Enquanto isso, a segunda instância determina a vocação de todo organismo de informação, a de participar do processo de trocas simbólicas no meio social e, por conseguinte, participar da construção da opinião pública.

Com base no pressuposto elaborado por Charaudeau (2015a) observamos que a construção de sentidos dos discursos midiáticos obedece a uma ordem estratégica discursiva orientada pelas políticas institucionais e econômicas, as quais as empresas de comunicação estão submetidas. As escolhas discursivas realizadas pelos profissionais da comunicação estão sumariamente embasadas nas lógicas explicadas pelo autor. Ou seja, os produtos midiáticos consumidos pelo público são frutos de uma ação de escolhas de caminhos que afloram certos discursos, enquanto esconde tantos outros. Essa dinâmica orienta a produção de sentidos

sobre a realidade social e principalmente determina de que forma os discursos produzidos serão vistos e significados pelo público que os acessam.

Devemos observar que tanto o jornalismo quanto os produtos informativos não são isentos de valores de crença, ideologias e parcialidade. Isso porque a construção da informação responde aos preceitos valorativos ligados a empresa e também ao profissional do jornalismo. A construção textual se sustenta na adoção de estratégias discursivas escolhidas pelos agentes da comunicação, fazendo com que o texto não seja um produto completamente objetivo.

O texto mediático se apresenta ao público na forma de relevos. Durante a leitura, encontramos algumas marcas simbólicas aparentes, mas por outro lado, também há nos textos outros elementos simbólicos que estão escondidos nos vales textuais. Essa trama somada às questões do próprio universo simbólico e contextual do leitor é que irão contribuir para a formação de sentidos sobre o texto jornalístico ou sobre o conteúdo mediático.

Seguindo essa perspectiva teórica, é interessante destacarmos que os meios e, principalmente, o jornalismo se tornaram grandes atores sociais ao assumir um dos lugares na mediação de discursos em nossa sociedade. Prudêncio (2010) entende que ao tomar lugar na mediação de discursos, os meios configuraram-se como importantes canais de influência na constituição da opinião pública. Maia (2010, p.277) corrobora com essa ideia ao apontar que os meios contribuem para inserir temas na agenda pública e configurar a percepção que os cidadãos têm de questões-chave da sociedade.

Para Prudêncio (2010), a opinião pública é, então, construída a partir da interconexão de dois processos simbólicos²⁸ típicos do campo das comunicações. Os meios não só agendam²⁹ temas do cotidiano da sociedade, como também enquadram³⁰ os assuntos

²⁸Segundo Maia (2010) as organizações e veículos de comunicação possuem um *modus operandi* específico na construção das narrativas mediática em que as vozes dos atores sociais são editadas e agenciadas. Nesse processo, os profissionais a frente do processo filtram e enquadram os discursos, dando espaço a determinados sentidos em relação à outros.

²⁹Conforme Sousa (2008), a teoria do agendamento, desenvolvida na década de 1970, propõe que os veículos de comunicação agenciam o que a sociedade deve pensar, como pensar e o que pensar sobre os fatos noticiados pelos meios. Dessa forma, o agendamento ou agenda-setting é a ideia de que há uma influência dos conteúdos produzidos pelos meios de comunicação na construção de uma agenda do que será tematizado para discussão pública.

³⁰A teoria do enquadramento ou framing foi apresentada por Goffman em suas pesquisas sobre os efeitos da mídia, realizadas nas décadas de 1980/90. A proposta teórica trata que as notícias recebem contornos diferentes de acordo com a elaboração e tratamento dispensado pelos jornalistas. Isto pode gerar diferentes frames de abordagem, isto é, diversos enquadramentos podem ser apresentados ao público sobre um determinado fato. Segundo a teoria, a discursividade adotada pelos profissionais da comunicação altera, assim, a construção social dos significados (ROSSETTO, 2012).

conforme angulação e interpretação dispensada pelos profissionais e as empresas em que eles trabalham.

Com base na discussão trazida ao longo dos últimos parágrafos, podemos inferir que os medias constituem-se em um espaço de produções discursivas e jogos de poder. É nesse cenário simbólico que vamos observar as disputas travadas por instituições, organizações e atores sociais para obter visibilidade para suas demandas e suas ações.

Os movimentos sociais são uma das diversas instituições na contemporaneidade que articula estratégias discursivas para mobilizar a opinião pública a partir do aparato mediático. Maia (2010, p.277) explica que para ter acesso à comunicação, os movimentos sociais precisam “engajar-se em processos competitivos, já que a atenção do grande público é escassa, há um espaço reduzido para a inserção de notícias nos veículos”. De igual forma, Prudêncio (2010, p.263) argumenta que esse tipo de organização enfrenta várias barreiras na tentativa de construir uma relação com os medias. A autora explica que os movimentos sociais têm encontrado nos medias “um adversário central por entender que eles reproduzem o discurso dos centros de poder”.

Nossa reflexão traz à tona os contornos dos processos simbólicos e discursivos que se originam na relação dos medias com a sociedade. Um ponto interessante para a nossa discussão são os cenários discursivos que são apresentados ao público sobre a atuação dos movimentos sociais ou temas ligados diretamente às suas lutas. Entendemos, dessa forma, que os medias e, mais precisamente o jornalismo, constroem significações a partir das representações que fazem da sociedade e suas dinâmicas sociais. Os medias, assim, elaboram quadros (frames) que irão formar os sentidos que dão significados à nossa realidade.

Ribeiro (2010) corrobora com tal discussão ao acrescentar que a representação é o processo pelo qual nós seres humanos conhecemos o mundo e a realidade das nossas sociedades, em um processo de construção de significados e sentidos. Quando pensamos o sujeito dentro desse processo, observamos que as representações são materializadas em um campo discursivo em que políticas e práticas identitárias são forjadas. Dessa maneira, ao fazermos uma ponte com o papel desempenhado pelos medias, defendemos que eles possuem um potencial (capacidade discursiva) de manipular a imagem e os sentidos identitários de pessoas, grupos, movimentos sociais e os temas que transversalizam todas essas unidades sociais.

Tomando como base a discussão de Ribeiro (2010) em sua obra “A TV no armário” ressaltamos que a identidade e os movimentos sociais LGBTs são trabalhados pelos veículos

de comunicação e jornalismo brasileiros de forma superficializada, caricaturizado e muitas vezes discriminatório e com lugares discursivos já pré-determinados. O preconceito é reproduzido discursivamente a partir de uma construção imagética e simbólica quando os medias tratam de questões de identidade de gênero e sexual. Segundo o autor, “os programas de entretenimento, de humor e o telejornalismo abordam temas que envolvem o homoerotismo de modo homogêneo e homogeneizante, sem abertura para uma reflexão mais ampla e mais atenta à multiplicidade das diferenças” (RIBEIRO, 2010, p.24).

Um efeito danoso a própria sociedade é que a cobertura e abordagem mediática é dissimuladora uma vez que “aciona uma série de convenções sociais e, ao fim de tudo, para todos os efeitos, se mostra como não responsável pelo resultado das matérias” (RIBEIRO, 2010, p.127). Dessa maneira, segue ele explicando que os medias praticam uma simbologia que reforça papéis e comportamentos sociais, definindo o que é padrão e o que é desviante para as categorias sociais, refletindo, assim, as relações de poder e a hierarquia a que as identidades sociais estão submetidas.

Nos últimos anos, estamos assistindo uma tentativa de mudança dos grandes canais e veículos de comunicação ao produzirem conteúdos que expressam a diversidade de gênero e sexual. Exemplo mais recente e que tomou proporções nacionais foi o caso retratado na novela A Força do Querer da Rede Globo em 2017, em que foi explorado o drama social da personagem Ivana/Ivan que viveu a transição de identidade de gênero. A temática deixou os estúdios onde eram gravadas as cenas da novela e foi parar em programas jornalísticos como o Fantástico. No entanto, ainda há resquícios da velha política de produção de conteúdo para o entretenimento e para a imprensa. Os medias, em diversos casos, ainda reforçam algumas características identitárias do sujeito LGBT e os coloca em determinados espaços sociais.

A produção jornalística praticada por veículos de comunicação e de imprensa locais (Goiás) ainda é marcada pela elaboração de conteúdos frios que constroem imagens estereotipadas dos sujeitos LGBT. Além disso as matérias delimitam as posições-de-sujeitos ocupadas por eles. Para exemplificar essa situação, fizemos um exercício de busca em sites dos principais veículos de informação no Estado: o canal YouTube do Jornal do Meio Dia, principal noticiário da emissora afiliada ao SBT e o site G1 Goiás, ligado à TV Anhanguera, afiliada da Rede Globo. Nas duas buscas, utilizamos como palavra-chave “LGBT” e dos resultados obtidos selecionamos as matérias mais recentes em um intervalo de um ano.

No canal do Jornal do Meio Dia, estão arquivadas todas as matérias veiculadas pelo telejornal que é transmitido para o território do estado em horário de maior audiência.

Seguindo os critérios estabelecidos, selecionamos duas reportagens que evidenciam as políticas discursivas adotadas pela emissora na composição de seu conteúdo. A primeira reportagem que tivemos acesso, intitulada “Parada Gay 2017 em Goiânia”, foi veiculada no dia 04 de setembro de 2017 e possui 1 minuto e 32 segundos de duração.

A reportagem é uma típica cobertura de um evento que aconteceu na cidade de Goiânia em um final de semana. A reportagem, apesar de cobrir uma manifestação organizada por um grupo social, a trata em seu texto como sendo uma festa a céu-aberto. Destacamos o uso palavras que caracterizam o movimento e a identidade LGBT como sendo alegres e festivos. Na cabeça (introdução feita antes da exibição da reportagem) lida pelo apresentador são utilizados termos genéricos que identificam o evento a partir de uma imagem fantasiosa, reforçando uma identidade estereotipada dos LGBT: “*Alegria e muito brilho* deram um *colorido especial* ao Parque Mutirama nesse final de semana”.

Imagem 5 – Reportagem “Parada gay em Goiânia” de 04/09/2017



Fonte: TVSD/SBT (2018)

Ao longo da reportagem, o jornalista reforça a ideia de festividade do evento em dois momentos, ao citar a organização do evento e a programação artística. No primeiro, ele chega a colocar em dúvida se a festa é uma forma de protesto. “Caravana de 26 cidades participaram da *festa*. Que também é *de certa forma* é um manifesto de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais” e “na *programação artística* grupos de hip-hop, funk DJs, drag-queens e rap”.

Em outro momento, o repórter coloca em dúvida a capacidade e competência profissional do entrevistado que é gay. Essa ação inclusive vai de encontro ao tema do evento: que competência profissional não tem orientação sexual, nem identidade de gênero. Na

entrevista o rapper gay conta o início da sua trajetória artística e a motivação das suas composições. Logo em seguida, o repórter o convida a fazer um rap, no entanto introduz a sua participação questionando se o artista realmente é capaz de produzir um rap: “então vamos ver se o Lulu Manamour é bom de rima”.

Outros pontos também chamam a nossa atenção. Primeiro, não há representatividade da diversidade de identidades que compõem o movimento LGBT em Goiânia. Exemplo disso é o título da matéria “Parada Gay 2017” ao invés de Parada do orgulho LGBT, que daria mais visibilidade as diversas identidades do movimento social. Outro exemplo é o número limitado de entrevistas, apenas foram apresentadas as entrevistas do coordenador do evento e de um rapper. Um segundo ponto, é a não exploração da questão principal que moveu a realização do evento, a busca por direitos. Não foram apresentados argumentos estatísticos e jurídicos. A matéria, por esse motivo, ganhou um tom de cobertura de um evento festivo ao enaltecer a programação artística.

A segunda reportagem que selecionamos, intitulada “Travesti é preso por matar traficante em Goiânia”, ocupa espaço na editoria policial. A matéria de 1 minuto e 27 segundos, explora a prisão de duas travestis que foram capturadas como suspeitas de terem cometido um crime na cidade. O primeiro ponto de destaque é o uso do gênero masculino para referir-se a travesti, evidenciando o não respeito a identidade de gênero adotada pela travesti: “Travesti é *preso* por matar traficante em Goiânia” e “Polícia Civil prende travesti *acusado* de matar traficante no bairro São Francisco, em Goiânia. No entanto, esse erro é corrigido ao longo do texto quando o repórter adota o feminino para referir-se a ela.

Imagem 6 – Reportagem “Travesti é preso por matar traficante em Goiânia” de 25/04/2017



Fonte: TVSD/SBT (2018)

Outra questão que colocamos é a posição-de-sujeito delegada às travestis. A matéria constrói um contexto social que parece ser inerente à identidade de gênero delas, é como se a prostituição e a criminalidade naturalmente estivessem ligados “à condição de transgênero” das personagens da matéria. O repórter por dois momentos submete as personagens a um ambiente da criminalidade, ao dizer que elas utilizam codinomes e que são parceiras na arquitetura de crimes, utilizando jargões da polícia para referir-se ao mundo do crime. “José Wilson Araújo Santos, travesti de 26 anos, de *codinome* Michele Brasil...”, “A polícia civil colocou atrás das grades outra travesti, Samuel Rodrigues de Sousa, de *codinome* Kellyta Maya” e “Agora, volta para cadeia com a *comparsa* Kellyta Maya”.

Em outra passagem do texto, o repórter enfatiza a liberdade de uma das personagens e questiona o acerto da justiça em tê-la liberado, como se pedisse explicação à justiça e a culpasse por mais um crime que poderia ter sido evitado se a tivesse mantido em cárcere. “Em dezembro do ano passado, a polícia civil *já havia apreendido* Michele na operação Divas que investigou a exploração da prostituição e homicídios. Mas, ela *já estava em liberdade*. Agora volta para cadeia com a *comparsa* Kellyta Maya.

Já a terceira reportagem também foi encontrada na editoria policial. Dessa vez, a reportagem intitulada “Vídeo mostra travesti sendo espancada em posto de combustível de Goiânia; associação LGBT vê caso como ‘absurdo’” foi publicada no site G1 Goiás no dia 17 de abril de 2018. A matéria relata agressão cometida contra uma travesti na cidade. Ao longo do texto é construído um discurso que coloca a personagem como pertencente a um determinado contexto social. O título já chama atenção ao destacar a palavra “absurdo” entre aspas, ligando esse julgamento à associação LGBT, isentando o posicionamento do site em relação a situação. Ou seja, quem acha o caso absurdo é a associação e não o site.

A condução textual, pela escolha de algumas palavras, dá a ideia de que a travesti é mais do que uma vítima, a imagem construída é de que ela na verdade é culpada pela agressão por ser travesti e fazer programa. “Nas imagens, *vítima* leva vários chutes e socos sem ser ajudada por ninguém” e “As agressões teriam ocorrido porque o *homem fez um programa com a vítima e se recusou a pagar*”. Além de vitimizar o sujeito LGBT, a reportagem não dá explicações sociais do ocorrido, como por exemplo, o preconceito a qual estão submetidas.

Em outro momento do texto o repórter caracteriza a travesti a partir das roupas que usava numa estratégia discursiva que a culpabiliza novamente por ter sofrido a agressão. Como se as roupas interferissem e contribuíssem para a situação ter acontecido. “Nas

imagens, a vítima, que *está apenas de mini blusa e calcinha*, aparece correndo, mas é contida pelo homem, que lhe dá uma gravata e a joga no chão”. Em outra passagem, o mesmo recurso estilístico, de nomear e caracterizar é utilizado. Dessa vez, o repórter enfatiza que a entrevistada também é uma transexual e não como presidente de uma ONG, como é de costume creditar as pessoas no jornalismo a partir da função que exerce, ao invés da identidade de gênero que ela assumiu. “[...] é um absurdo. Ele começou a dar porrada e ela não teve reação. Dá muita dor ver uma trans apanhando daquele jeito. Disse Beth, que *também é transexual*, ao G1”. Ao fazer isso, o jornalista desqualifica a fala da presidente da ONG, dando a entender que ela só disse o que disse porque também é uma travesti como a que foi agredida.

Imagem 7 – Reportagem “Vídeo mostra travesti sendo espancada em posto de combustível de Goiânia; associação LGBT vê caso como ‘absurdo’” de 17/04/2018.



Fonte: G1 Goiás/TV Anhanguera/Rede Globo (2018)

Na sessão de respostas dadas pelas empresas envolvidas na situação, o jornalista transcreve as notas que enfatizam a isenção em relação ao acontecido, livrando as empresas da responsabilidade sobre o caso. O fato de colocar essas respostas, o repórter constrói um cenário discursivo em que prefere isentar as empresas ao invés de questionar a omissão na ajuda que deveria ter sido dada pelos funcionários, num processo textual que joga a culpa mais uma vez para a própria travesti.

Em nota enviada ao G1, a assessoria de imprensa da Ale, distribuidora responsável pelo posto, disse que *repudia “todas formas de violência” e que “não compactua com qualquer prática que não atenda, da melhor forma, os clientes dos postos revendedores”*. O comunicado destaca ainda que investe em programas de treinamento das equipes de postos e que entrou em contato com os gestores da unidade, “que possui uma administração independente da distribuidora, para que possam apurar o ocorrido e tomar as providências cabíveis”. O G1 entrou em contato com o posto e um homem, que se identificou como proprietário, afirmou que teve conhecimento do caso, mas que *não entraria em detalhes* e que mantinha o mesmo posicionamento da distribuidora. O G1 também procurou, por e-mail, na tarde do último sábado (14), a assessoria da Subway, lanchonete instalada no pátio do posto. Em nota, a rede disse não tolerar “comportamentos preconceituosos de qualquer tipo”. “*Nos comprometemos a tratar cada pessoa com honra, dignidade e respeito – independentemente de sua crença, raça, credo, **preferência sexual**, gênero, deficiências ou habilidades. Nós estamos cooperando plenamente com as autoridades locais a respeito do ocorrido*”, declarou.

As matérias que tivemos acesso exemplificam o processo e as estratégias discursivas utilizadas pelos principais veículos de informação em Goiás. Elas evidenciam que os medias locais investem recursos textuais para compor cenários pré-determinados quando trabalham temas relacionados aos sujeitos LGBTs. Dois cenários se destacam na cobertura realizada pela imprensa local: produção de matérias sobre eventos e crimes. Raramente há matérias que tratam dos problemas sociais enfrentados pelos sujeitos LGBTs ou a luta por obtenção de direitos. Quando os sujeitos são abordados nas matérias, eles são retratados de lugares sociais já determinados: o sujeito alegre e festivo, sujeito vítima ou o sujeito que pratica um crime.

Carvalho (2012) entende que os enquadramentos construídos acerca de determinados assuntos possibilitam a compreensão do comportamento da imprensa na produção de conteúdos e interpretação da realidade social. O autor chama atenção para o jornalismo como uma prática social complexa que negocia sentidos com demais atores sociais, “na tentativa de prevalecer pontos de vistas”. Os enquadramentos são reflexos, segundo o autor da estrutura e ação dos campos profissional, da empresa jornalística, cognição e práticas sociais.

É precisamente a interpretação o que está em jogo quando pensamos nos enquadramentos jornalísticos. Por essa razão, narrar um acontecimento transformando-o em notícia, dando-lhe um enquadramento, consiste, à primeira vista, na seleção de aspectos que deem à narrativa sobre ele inteligibilidade, a partir

de estruturas cognitivas e quadros de referência que conduzirão a uma determinada visão, dentre uma série de outras possíveis. (CARVALHO, 2012, p.166).

O jornalismo, como ator social, promove quadros que poderão ser utilizados como referências para a construção de sentidos num processo de captura e interpretação da realidade. Por esse motivo, os jornalistas ao agenciar determinados enquadramentos “se inserem nas tramas de produção de sentidos dos acontecimentos noticiados” (CARVALHO, 2012, p.176) que serão consumidos e ressignificados pela audiência. Dessa maneira, os acontecimentos noticiados pelo jornalismo ganham novos contornos a partir da interpretação de cada sujeito que consomem tais notícias. A interpretação pessoal é resultado de uma soma de elementos cognitivos e sociais pertencentes ao contexto sócio-histórico-cultural de cada indivíduo.

Tendo em vistas tais procedimentos, perguntamos aos entrevistados dessa pesquisa, formados por pessoas, que se identificam com alguma identidade de gênero ou sexual reunidos na comunidade LGBT, como elas avaliam a produção noticiosa em Goiânia quando trabalham assuntos e temas ligados, direta ou indiretamente, aos sujeitos LGBTs e aos movimentos sociais formados por organismos de defesa aos direitos da comunidade em questão.

Um dos pontos relatados por essas pessoas é que os medias, precisamente o jornalismo, raramente retrata assuntos ou temas que dizem respeito aos sujeitos LGBTs, a luta por direitos ou o preconceito causado pela estrutura da sociedade em que vivem.

Eles não falam. A mídia não trata. Ela esconde (Entrevista nº3)

Eles trabalham com o que mais vai chamar atenção, na verdade. Um pouco período atrás, teve o caso da Dandara, da travesti. Aquele assunto não foi abordado (Entrevista nº9).

Isso demonstra o processo de escolhas discursivas realizadas pelos veículos de comunicação ao dar visibilidade a determinados assuntos em contraposição a outros. Nesse sentido, questionamos o quanto as estratégias discursivas e políticas editoriais sustentadas pela justificativa do contrato mediático com a audiência impedem que o jornalismo atue na elaboração de informações para sanar uma de suas proposições: serviço social.

Enquanto isso, cerca de 38% dos nossos entrevistados citaram que os veículos de jornalismo local quando, sim, abordam algum assunto sobre a comunidade LGBT, o faz de

forma negativa ou constrói uma imagem negativada do que é ser gay, lésbica, travesti ou transexual, influenciando na percepção da representação desses sujeitos.

De forma totalmente negativa, que a imprensa tem esse poder. Você não vê pessoas falando bem sobre aquilo. Pessoas que são entrevistadas nessas reportagens sempre falam mal. É tão engraçado que eu vejo programas relacionados a gênero e a sexualidade em canais fechados é de uma forma muito tranquila, é informativo. Em TV, em canais abertos, só vejo criticando. Agora recentemente, eu vi na TV que teve bonecos que foram distribuídos que tinha uma menina com órgão genital masculino e bonecos com batom passado e tudo. De quatro pessoas que foram entrevistadas, apenas um pai não se importou. O que eu vejo em televisão aberta é muito negativo (Entrevista nº6).

Eles tentam ser neutros. Eu vejo que eles tentam na sua grande maioria, até porque eles percebem que a militância cai matando e dependendo do que eles falarem... as vezes eu percebo um Q de querer colocar de forma neutra, mas querendo introduzir uma visão negativa (Entrevista nº8).

Eu acho que a mídia em si quer te impor a opinião que eles pensam (Entrevista nº7).

O posicionamento dos entrevistados evidencia um descuido da imprensa de Goiânia ao abordar os sujeitos LGBTs. As notícias da forma que são construídas contribuem para a dispersão de sentidos que comprometem a inteligibilidade dos acontecimentos uma vez que leva ao público poucas informações ou informações distorcidas que não contemplam o entendimento sobre as identidades de gênero, sexual e a diversidade existente.

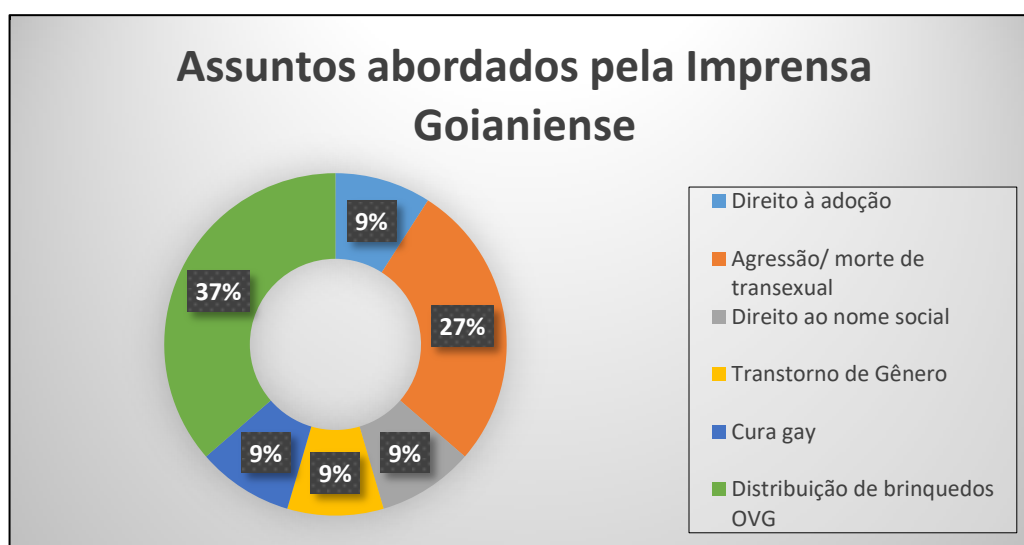
Acho que eles deveriam ter um pouco mais de cuidado, de respeito em relação a isso porque eles falam de alguma questão e ao mesmo tempo regridem. É como sai uma notícia “O travesti fez alguma coisa...” é meio disforme a informação. A informação tem que ser bem mais elaborada, bem mais específica para que as pessoas entendam melhor essa questão porque se não nunca vai acabar. Você que está em casa vendo uma notícia e falando “o fulano de tal...” e aí aparece a imagem de uma mulher na televisão, daí não vai entender o que está acontecendo. Tem que haver maior respeito com a pessoa que está sendo exposta ali (Entrevista nº4).

Depende do veículo de informação que a gente está pegando. Muitos deles são contaminados. É de opiniões pessoais. Tem que ver muito bem aonde está essa informação porque ela vem muitas vezes distorcidas para gente (Entrevista nº5).

A avaliação realizada pelos nossos entrevistados demonstrou uma tendência dos veículos de notícias a não abordar assuntos que tratam da diversidade sexual, identidade de gênero, políticas de inclusão ou ações dos movimentos sociais LGBT. Por outro lado, quando matérias são reproduzidas pela imprensa, tendem a apresentar uma visão estereotipada e determinista sobre os sujeitos LGBTs e a posição que eles ocupam na sociedade. As matérias geralmente possuem uma estruturação informativa superficial ou em muitos casos, desformes, o que não contribui para a compreensão da audiência sobre a realidade vivida pelos LGBTs.

Em sua maioria, as notícias mais lembradas pelos pesquisados se referem a casos polêmicos que ganharam repercussão nacional e não foi diferente em Goiânia. Pouco mais de 27% dos assuntos lembrados pelos entrevistados possuem uma discussão positiva sobre algum direito conquistado após a luta pelos movimentos sociais. As demais matérias lembradas trouxeram assuntos que adotam uma angulação/visão pessimista ou negativa sobre a realidade social e sobre os sujeitos LGBTs, como podemos acompanhar no gráfico 1.

Imagem 8 – assuntos lembrados pelos entrevistados que foram retratados na imprensa Goianiense³¹



Fonte: Elaborado pelo autor

Os dados revelam as estratégias discursivas na distribuição de pautas que foram produzidas e veiculadas pela imprensa. Em um processo de produção de visibilidade mediada, certos assuntos ganham notoriedade ou respondem a determinadas escolhas de critérios de noticiabilidade. Além do agenciamento de determinados temas, podemos inferir a adoção de enquadramentos na construção discursiva dos textos jornalísticos, preferencialmente abordando de forma negativada os sujeitos LGBTs.

A partir desse quadro analítico, elegemos alguns temas ligados, de alguma forma, ao movimento social LGBT ou sobre questões de identidade de gênero e diversidade sexual que ganharam notoriedade na imprensa, em 2017, em todo país e perguntamos aos participantes da pesquisa como eles entendiam esses assuntos e os avaliavam, conforme às informações que eles acessaram na imprensa. Buscamos nessa etapa compreender de que forma o acesso à

³¹ No gráfico, a distribuição de brinquedos da OVG refere-se a um episódio do final do ano de 2017 em Goiás, em que foram distribuídos, pela Organização das Voluntárias de Goiás, à população do estado, bonecos com roupas femininas e bonecas com roupas masculinas.

informação, levando-se em consideração a qualidade dela, interfere no processo de ressignificação que é realizada pelos entrevistados.

O primeiro assunto que abordamos com nossos entrevistados foi a Parada do Orgulho LGBT que acontece em Goiânia há mais de duas décadas. O evento é anualmente organizado por entidades independentes que lutam pela equidade de direitos à população LGBT e por órgãos públicos locais. Do total de pessoas que entrevistamos, quase 78% delas resumiram a Parada a um “carnaval fora de época” ou uma “festa a céu aberto”. Somente 22% acreditam na eficiência dela como um protesto social.

Lá a gente grita. Hoje em dia, querendo ou não é uma festa. Acontecem gritos de direitos e tal. Mas, eu não sei se ajuda em alguma coisa. Acho que ajuda, querendo ou não qualquer grito acaba que ajuda, não sei[...] Se resolve alguma coisa eu não sei te informar (Entrevista nº1).

Eu acho bom. Na verdade, eu gosto de ir, já fui a umas duas ou três. Mas, não acho que é algo que mobilize realmente. [...] A gente tinha que ir às ruas lutar por dignidade, por não violência. Mas, não fantasiado, não assim. [...] Não só para virar carnaval, mas com outro intuito (Entrevista nº3).

A parada eu acho importante, claro. Quanto mais vistos, mais informação, mais conhecimento as pessoas vão ter. Só que eu acho que deveria ser uma coisa mais... sim... é uma festa maravilhosa, as pessoas se divertem, tem discursos. Só que eu vejo de uns tempos para cá, está começando a ser mais um carnaval. As pessoas se fantasiam, vão para curtir, vão para beber, vão para se divertir e muitas não estão interessadas realmente com o que está sendo discutido ali. É importante, sim claro. Mas as vezes perde o foco. Não me sinto representada pela parada porque está se transformando numa festa, num carnaval (Entrevista nº4).

Virou um carnaval fora de época. Entendo que ela tem um motivo para existir, só que não sei se é culpa da própria organização ou da comunidade LGBT que não está funcionando. Virou um carnaval e as pessoas bebem muito, não sei, virou bagunça. Não me sinto representada porque muito que as pessoas fazem lá é vulgar (Entrevista nº5).

Hoje em dia, a gente fala que é um carnaval fora de época. [...] Hoje em dia, é todo mundo se pegando, você não vê pessoas com esse intuito “a gente existe, a gente está aqui”. É muito superficial as coisas. Eu não me sinto representado porque ela não tem conceito. É festa. É um carnaval (Entrevista nº6).

Festa. Infelizmente o conceito que era pra ser... levar para as ruas o ativismo não acontece. É só uma festa, bebedeira, menor de idade, briga, droga, essas coisas. Vou todos os anos, muitos anos eu vou porque eu gosto da festa, mas eu não acredito que as pessoas tenham mais esse sentido de ativismo de ir para as ruas buscar direitos (Entrevista nº7).

As opiniões refletem muito o tom dado pelo jornalismo local à cobertura do evento: de uma festa organizada por e para gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. A alta taxa das pessoas que concordam com a imagem festiva da Parada nos evidencia que há uma ponte

contratual entre o discurso mediático e a opinião da própria comunidade LGBT sobre a principal ação dos movimentos sociais LGBTs em Goiânia. Contudo, não podemos nos esquecer que a opinião dos entrevistados também leva em consideração a vivência deles e outros fatores externos ao jornalismo.

O discurso sobre a “Cura Gay” também foi questionado. O tema está em discussão há alguns anos desde a apresentação na câmara dos deputados de projeto do Deputado Goiano João Campos (PSDB-GO). Ele estava em tramitação quando o deputado recuou e retirou o projeto de pauta. Anos mais tarde, em 2017, a discussão volta à tona com projeto semelhante do Deputado fluminense Ezequiel Teixeira (PTN-RJ). Segundo o projeto, fica facultado ao profissional de saúde mental aplicar terapias e tratamentos ao paciente diagnosticado com “transtorno psicológico da orientação sexual egodistônica, transtorno da maturação sexual, transtorno do relacionamento sexual e transtorno do desenvolvimento sexual”.

Em sua totalidade, os entrevistados concordaram que se trata de uma política retrógrada e que é um exemplo da ação de políticos conservadores que viola os direitos humanos. Um dos entrevistados lembrou a luta dos movimentos sociais no combate a esse projeto de lei.

Ridículo. Ridículo. Falta do que fazer desses políticos conservadores. Não tem cabimento (Entrevista nº1).

Eu acho ridículo. Tem muito tempo que está falando nisso. E o movimento está há muito tempo se contrapondo a isso. Parece que tem alguns avanços, mas acontece algumas situações. Eu acho que fica uma sensação que não consegue uma conquista efetiva no embate (Entrevista nº2).

Péssimo, sou contra. Eu acho que é um retrocesso porque não existe a cura para a coisa que é instintiva, animal, que é do indivíduo. A cura gay é algo que fere à sua escolha, à sua dignidade (Entrevista nº3).

É ridículo. É uma piada. É um crime isso falar que existe esse tipo de coisa. Quem propôs viola tantos direitos de um ser humano... é muito absurdo (Entrevista nº5).

Todo tipo de discurso que é levantado pra defender, eles não se sustentam pelos próprios argumentos. Porque o que eles falam é que: “o que a gente quer fazer é porque a pessoa não está se sentindo bem consigo mesmo”. Por que ela não está se sentindo bem? Porque existe o preconceito, por causa do medo da reação da sociedade vai apresentar perante seus comportamentos. Então a gente vê que a cura gay nada mais é que a tentativa de enquadrar alguém numa expectativa social (Entrevista nº8).

Apesar de ser um posicionamento esperado por sujeitos que compõe a comunidade LGBT, na verdade, o que chama atenção é o posicionamento discursivo dos jornais que discordam de tal projeto de lei e direcionaram seus textos para uma defesa contrária as duas

propostas encaminhadas ao poder legislativo. Esse comportamento da imprensa demonstra que ela é partidária e adota estratégias discursivas em determinados assuntos sociais, como é o caso desse projeto, em que as empresas jornalísticas demonstraram certa empatia. Exemplo é a campanha lançada pelo Jornal Opção na internet contrário à proposta do deputado do Rio de Janeiro.

Imagem 9 – Recorte jornal opção de 19/09/2017



Fonte: Jornal opção on-line (2018)

Outro assunto exaustivamente discutido e apresentado pelos veículos de imprensa foi o movimento Escola sem partido que previa a aprovação de leis municipais em todo o país para fixação de cartazes em escolas do sistema de ensino público alertando para os “chamados riscos de contaminação político-ideológico” que estaria sendo realizada por professores em um processo de doutrinação escolar. Em Goiânia o projeto foi apresentado pelo vereador Oséias Varão (PSD). Críticos à proposta argumentaram que o projeto de lei, na verdade, ensinaria uma política de censura aos professores que, por exemplo, não poderiam comentar sobre políticas de identidade de gênero e sexual.

Quando questionados sobre o movimento Escola sem partido, quase 56% dos entrevistados disseram desconhecer tal proposta ou não souberam responder com exatidão do que se tratava, fazendo uma confusão de conceitos do que seria Escola sem partido.

Como assim? Tem essa contradição. Eu não lembro muito bem o que eles reforçam pra fazer esse discurso. Essa questão da laicidade, da neutralidade. Como se fosse citar uma, como estivesse impondo uma ideologia de gênero. Mas, ao mesmo tempo tem essa camada política evangélica que é bem forte. São muitas contradições. Se nessa época, eu contei uma parte que estava no ensino médio que teve mais confusão. Se no ensino médio que eu estava estudando tivesse uma discussão sobre isso teria me ajudado sobre muito. Não teria ficado tanto tempo confusa, sem referencial para me encontrar, me identificar em algum lugar (Entrevista nº2).

Não (Entrevista nº4).

Já, mais ou menos. A escola que seria... a escola em si no Brasil não quer ninguém pensante justamente para alguém vir e falar e todo ficar quieto. Se não é falado, se não é exposto, como as pessoas vão questionar as coisas (Entrevista nº6).

Imagem 10 – Reportagem do site Mais Goiás sobre projeto de lei escola sem partido em Goiânia (15/08/2017)



Fonte: Site Mais Goiás (2018)

Das entrevistadas, apenas uma concordou com tal proposta apesar de ficar em dúvida sobre o que seria Escola sem Partido.

Laica?! Essa questão de gênero?! Eu na escola onde estudei, eu não tive, eu não vivi essa questão de ideologia de gênero. Tipo, você tem que ser dessa religião, ou você tem que ser feminista. Eu vivi assim e eu pude escolher. Hoje, as vezes se você condiciona, tem que ser dessa forma. Acho que tem a escola tem que ser algo aberto. A escola tem que ser esse ponto de diálogo mesmo. Sem levantar... sem partido mesmo. Sou bem a favor mesmo. Sem ideologia de gênero. Se você vai lendo... quando a educação é bem informada (Entrevista nº3)

Enquanto 34% já discorda completamente do projeto de lei e são taxativas ao afirmarem que a proposta retiraria o senso crítico dos alunos e o livre poder de expressão dos professores em sala de aula.

Eu também não concordo porque tira o pensamento crítico da pessoa. Eles querem educar da forma deles (Entrevista nº1).

Já ouvi falar. É uma tentativa de doutrinar as pessoas. Está muito escancarada o quanto isso é preconceituoso, em todos os níveis. Então, não concordo (Entrevista nº5).

É um termo que não merece prosperar também. Eu acho que toda pessoa, toda criança, todo ser humano tem o direito de se expressar. Os professores têm que ser qualificados para colocar os assuntos de forma neutra. Porém, você falar em escola sem partido, você está falando em censura. Quando você fala em escola sem partido, você fala em proibição. Você falar em escola sem partido, você está falando que determinado tema não pode ser tratado. E a gente vive numa sociedade onde tudo é acessível via internet. Se você tornar determinado tema tabu, você vai regredir a sociedade nos assuntos que têm que ser tratados. O que tem que ser é o profissional da educação tem que ser qualificado para que isso seja passado de forma que a criança, em fase de formação, tenha condições de optar pelo aquilo que ela quer escolher. Porque militância dentro de escola não cabe. Mas, os assuntos têm que ser tratados. Todos. Sem exceção. O professor tem o direito de manifestar a sua opinião (Entrevista nº8).

A taxa que correspondente ao número de pessoas que desconhece o tema ou que ficaram confusas ao responder sobre o Movimento Escola sem Partido evidencia que o assunto, apesar de ser uma das discussões levantadas por grupos de movimentos sociais e retratadas pelos veículos de imprensa, não ganhou repercussão entre os entrevistados. Isso demonstra a seleção que é feita pela audiência. Ela determina numa escala de prioridades os assuntos que a interessa e chama mais atenção. Cogitamos que o resultado das repostas condiz com a ocupação profissional dos respondentes, identificamos que aqueles que desconhece o assunto não são estudantes ou não tem filhos em condição de ensino. Logo, o assunto não faz parte do ambiente de convívio dessas pessoas.

Ainda no campo da educação, perguntamos aos entrevistados qual a avaliação que eles faziam sobre a distribuição de materiais didáticos que trazem conteúdos sobre ensino sexual e de diversidade. O MEC iniciou distribuição de alguns exemplares em 2016, mas voltou atrás depois que o caso gerou polêmica. Anos antes, em 2011, o MEC também realizou um projeto de produção de um kit anti-homofobia, mas também foi retirado das escolas após repercussão negativa com oposição da bancada evangélica no Congresso Nacional.

Os entrevistados, em quase totalidade, cerca de 84%, foram favoráveis a distribuição de materiais desse tipo nas escolas, sustentando no argumento que se trata de uma política educacional necessária aos estudantes e que fortaleceria o combate à discriminação e ao preconceito.

É necessário. A informação é a base de tudo. A escola sem gênero. Hoje em dia os conservadores não deixam ter a discussão nas escolas. É só retrocesso. Porque existem crianças trans. Seria fundamental essa informação nas escolas porque diminuiria a discriminação (Entrevista nº1).

Acho que é importante sim. É informação. A informação muito bem elaborada para que as crianças conheçam todas as ramificações que existem (Entrevista nº4).

Acho importante falar sobre a diversidade de gênero nas escolas sempre, o quanto antes melhor porque formar isso nas crianças, adolescentes, jovens, você está formando pra quem vai virar um adulto não ser uma pessoa preconceituosa, homofóbica. É uma maneira de educar (Entrevista nº5).

Para mim isso seria super aceito. Dentro da escola é onde você busca as primeiras informações, tem que ser falado, não adianta (Entrevista nº6).

Importante. Não só na escola como os pais dessas crianças que vão receber também precisam estar orientados. Porque a criança participando ela vai levar esse assunto para dentro de casa. Se os pais não estiverem preparados, aquilo não vai ser benéfico em momento algum (Entrevista nº9).

Apenas uma das repostas foi contrária à distribuição desse tipo de material: “Eu acho que isso assim, nas escolas, acho que está meio que impondo alguma coisa” (Entrevista nº7). A alta taxa favorável à distribuição dos materiais nas escolas está alinhada com o discurso dos movimentos sociais LGBTs e a opinião de seus integrantes veiculadas na imprensa, em jornais e programa de debate. O que se percebe, nesse caso, é uma tomada de decisão que foi orientada pelas próprias experiências dos sujeitos somadas à opinião das entidades defensoras do projeto que foram veiculadas em diversos canais de comunicação.

Algo que se repete quando repercutimos com os entrevistados a questão da homologação da Base Nacional Comum Curricular dos ensinos infantil e fundamental em dezembro de 2017 e que deverá ser implantada até 2020. A BNCC dá diretrizes para orientar a elaboração dos currículos das redes de ensino em todo o país. Contudo, a base não traz,

especificamente, em seu texto, orientações de ensino sobre identidade de gênero e diversidade sexual. Essas orientações deverão ser discutidas posteriormente pelo Conselho Nacional de Educação.

Cerca de 86% das repostas dadas convergem para a ideia de que a não adoção de orientações de ensino sobre sexualidade e identidade de gênero é um retrocesso, visto que a informação, segundo os entrevistados, é o caminho mais seguro para o fim do preconceito. Há ressalvas de que os profissionais da educação devem receber treinamento e preparação antes que esses conteúdos sejam discutidos em sala de aula. E somente uma das repostas diz tratar-se de imposição de valores.

Retrocesso. Retrocesso para o país. Retrocesso para as pessoas. Infelizmente, mais sofrimento para as pessoas trans, retrocesso para as pessoas LBGTs em si. Porque com isso, as pessoas seguem sem informação. Sem informação gera preconceito. Eu penso... parece que nossa educação está a cada dia andando para trás (Entrevista nº1)

Seria importante se tivesse um ensino sobre essa questão (Entrevista nº4).

Se você vai falar sobre isso na escola. Ou quem vai falar sobre isso, professor que for falar sobre isso, os professores, a coordenação, a direção tem que passar por um minicurso para ensinar o professor do que ele está falando pra essa informação não chegar distorcida e nem com resquício da opinião de quem está falando sobre isso (Entrevista nº5).

Já vem lá de cima. Dentro dessa organização que não quer fazer pessoas pensantes, toda essa massa que está abaixo, não vai ter informação porque não quer se fale sobre o assunto, não quer que se discuti (Entrevista nº6).

Tem que mudar... tem que conscientizar pais. Não adiantar impor isso nas escolas. A criança já vem de uma educação familiar (Entrevista nº7).

Os professores poderiam estar capacitados para lidar com esse assunto, pois naquela sala de aula pode ter um aluno que é. Da mesma forma que eles possam ser e não sabem, mas ele vai ter que lidar com aquilo, pois não só ele, como na sociedade existe (Entrevista nº9).

De forma geral, concordamos com Carvalho (2012) quando ele diz que o jornalismo e, aí acrescentamos os medias, opera não apenas como interpretante do mundo, mas também constrói modos particulares de apreensão da realidade social. Nesse jogo de sentidos e de significação, o público deve atentar-se para as diversas significações que são geradas pelos medias e em um exercício analítico perceber as orientações discursivas que foram acionadas na produção de cada conteúdo veiculado. Os medias, segundo Carvalho (2012) possui uma potencialidade na fabricação de quadros que irão de certa maneira contribuir para a interpretação da realidade feita pela audiência.

A partir da análise que fizemos nessa sessão, reiteramos que o jornalismo é um importante ator social na definição das fronteiras do espaço público contemporâneo. Entendemos que o jornalismo e as empresas de imprensa conduzem o processo de agendamento de temas na sociedade oferecendo ao público quadros de interpretação dos conteúdos produzidos e veiculados.

Seguindo essa argumentação, observamos que os veículos de jornalismo goianienses, baseado em critérios de noticiabilidade muitas vezes não assumidos pelas empresas e seus profissionais, interferem no processo de visibilidade mediática de temas relacionados ao universo LGBT. Inferimos que durante o processo de construção discursiva há uma seleção deliberada de falas dos sujeitos, temas, imposição de posição-de-sujeito aos LGBTs e construção simbólica imagética, como pudemos ver ao longo do texto. Fato que interfere substancialmente na apreensão de sentidos sobre a realidade LGBT, os conflitos sociais envolvidos e interpretação de acontecimentos por parte da audiência, inclusive de sujeitos LGBTs.

CONSIDERAÇÕES: OS FLUXOS E AS FRONTEIRAS DISCURSIVAS NO PROCESSO COMUNICATIVO

Retomando a discussão do capítulo 1 desse trabalho, é necessário lembrar que o discurso é uma estrutura linguageira dotada de sentidos, que é construído a partir de uma determinada realidade sócio-histórica, respondendo à regras e práticas específicas do tempo e espaço em que é modelado. Como dissemos, todo discurso é uma forma de ação sobre outro discurso e sobre o mundo e que tem a intenção de provocar mudanças ou alterar uma situação. Para compreendermos os sentidos contidos nos discursos devemos examinar os locais de produção discursiva, mas também os processos significativos ao qual eles são submetidos, uma vez que os sentidos são construídos socialmente no interior das práticas sociais.

Seguindo essa linha de raciocínio devemos compreender que a ação discursiva ou o discurso em uso está estritamente conectado à comunicação humana, uma vez que é através dos enunciados discursivos que interagimos com outras pessoas, com o mundo e com outros discursos. Reiteramos a discussão do capítulo 1 de que é por meio da comunicação e das estratégias enunciativas e de interlocução que nos constituímos como seres humanos, marcamos nossas experiências no mundo e criamos representações dele. A produção discursiva é o meio pelo qual os sujeitos se colocam no mundo e o significa.

Nesse sentido, entendemos que os discursos e a sua dinâmica de circulação no meio social são de interesse dos estudos do campo da comunicação. E com base nesse pressuposto teórico-metodológico que buscamos conhecer o processo comunicativo em que se encontram inseridos os discursos do movimento LGBT, a produção e recepção desses discursos por pessoas LGBTs, as mediações realizadas pelos meios e veículos de comunicação, a produção de identidades/identificações e os processos de filtragens e de controle de sentidos.

O discurso é um material linguístico dotado de sentidos produzidos por sujeitos em estado de práticas sociais que podem ser observadas também através do processo de comunicação e interrelação dos sujeitos comunicantes. O discurso só terá sentido se for colocado em circulação na sociedade e em uso por sujeitos sociais. Os discursos tanto são determinados por instituições sociais como também determinam as instituições presentes no mundo.

Portanto a comunicação sendo intrinsecamente constitutiva do ser humano não pode ser considerada unicamente como mero processo de transmissão de informação entre um polo emissor para um polo receptor através de um canal (FIGARO, 2015). Os textos produzidos

pelos sujeitos se revelam como unidades altamente significantes que ganham contornos diversos quando em uso, circulação.

Devemos, pois, compreender que no processo comunicativo há diversos fluxos comunicacionais e que há várias instituições que dele participam contribuindo para a significação das mensagens (discursos) elaborados, provando a existência de interferências na construção significativa de um texto (discurso produzido). Temos ainda que considerar como sendo importante para o processo comunicativo, a instância da recepção que por muito tempo foi relegada a um espaço simplesmente massificado, neutro e passivo. Os sentidos discursivos ganham valor a partir da participação ativa do núcleo receptor que passa a além de significar, ressignificar e produzir novos sentidos que são recolocados nesse ciclo de sentidos.

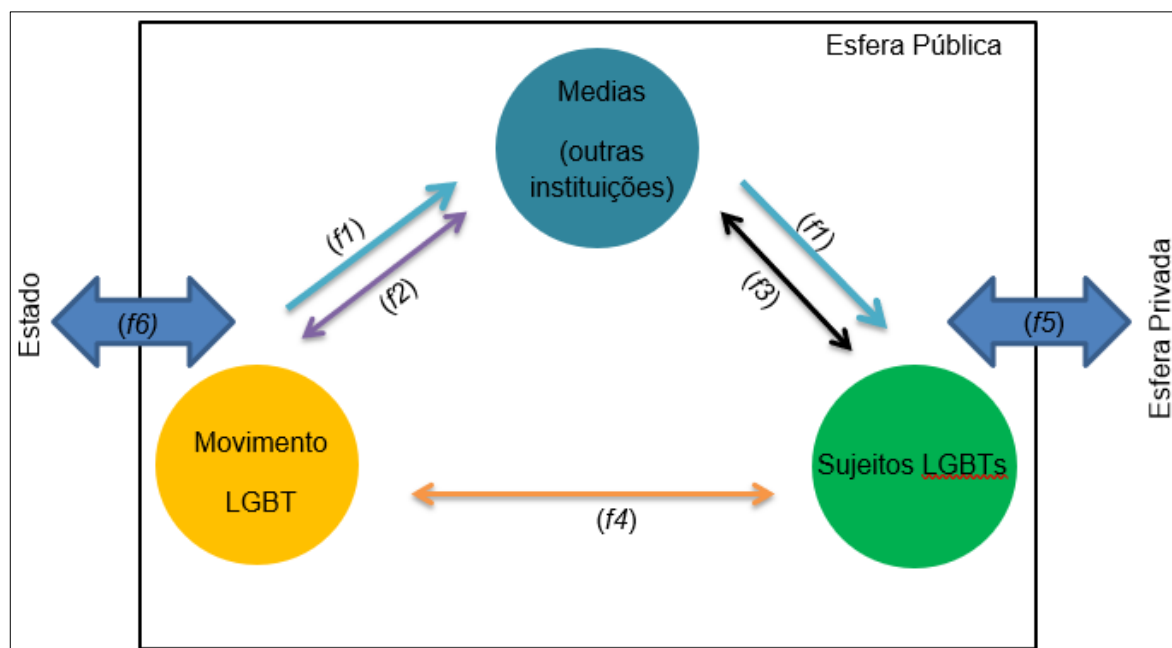
Quando pensamos o processo comunicativo em forma de um ciclo contínuo, nos aproximamos a interpretação de Verón (1987) sobre o processo comunicativo das sociedades pós-industriais. A comunicação social sofreu transformações a partir da introdução dos medias (meios de comunicação) e de novas tecnologias de comunicação. Atualmente, vivemos em um processo de produção e recepção de mensagens mediadas na maior parte por mecanismos mediáticos. Contudo, o autor nos alerta que o processo de comunicação não é simplesmente linear entre instituições sociais, os medias e os atores sociais (atores individuais). A comunicação deve ser compreendida como um processo complexo de múltiplos direcionamentos e fluxos comunicativos entre essas instâncias.

Com base na propositura sistemática de Verón (1997) entendemos que o processo de produção e consumo de discursos LGBTs não correspondem a um sistema linear, mas a um sistema complexo de distribuição e contato entre várias instâncias. Verón (1997, p. 7) acrescenta que *“en esta configuración no hay procesos lineales entre una causa y um efecto nos encontramos frente a una maraña de circuitos de feedback”*. A produção e o consumo desse tipo de discurso são realizados de forma dialética no qual os atores participantes (individuais ou coletivos) significam e ressignificam os conteúdos simbólicos em um processo contínuo circulante, como podemos observar no esquema que propusemos abaixo.

Os discursos circulam em várias direções e são, assim, significados e ressignificados por indivíduos sociais que compõem qualquer uma das instâncias participantes do processo comunicativo. Há alguns anos observávamos que a mediação dos discursos (mensagens significativas) era realizada unicamente pelos medias. O jornalismo se tornou o principal ator social no processo de mediação de discursos circulantes na sociedade. O contato entre as pessoas e o discurso dependiam exclusivamente da ação dos canais de imprensa da sociedade.

Atualmente, esse contato pode ser realizado diretamente entre as instituições e os atores individuais ou coletivos, sem a mediação dos veículos de jornalismo. Contudo, devemos ressaltar que o jornalismo ainda é um importante interpretante dos discursos sociais, influenciando sistematicamente no consumo e significação realizada pelos sujeitos, como debatemos na sessão anterior.

Imagem 11 – Circulação dos discursos na sociedade



Fonte: Elaborado pelo autor

Fiegenbaum (2012, p.3) reconhece que todas as instâncias que fazem parte desse modelo de comunicação social se afetam mutualmente, em processo dialético de construção de sentidos em que se coloca e se expressa sistemas de valores particulares, sistemas de visibilidades e de vínculos. Ele acrescenta em sua discussão que as três instâncias “estabelecem níveis de relação que vão de acomodações e resistências, passando por cooperações”. Isso demonstra para nós que todas as instâncias arroladas no esquema atuam de forma ativa e presente no processo de comunicação social e na sistematização de sentidos.

O que nos interessa nesse momento é expressarmos a ideia da existência de fronteiras discursivas nesse processo de circulação discursiva e de sentidos. Em cada um dos fluxos percebidos no meio social pode-se haver um constrangimento simbólico que impede ou que transforma o discurso, acarretando para a modificação da apresentação e apreensão dos sentidos sobre um determinado assunto ou temática que foi iniciada no processo comunicativo. Devemos ressaltar que para nós, os fluxos comunicativos são multidirecionais

e podem ser originados a partir de qualquer uma das instâncias colocadas no processo comunicativo, seja o Estado, os movimentos sociais, os medias ou outras instituições mediadoras, e os sujeitos sociais ou atores sociais.

Em cada uma dessas pontas da comunicação social, seja na produção ou no consumo de conteúdo simbólico, podemos identificar mecanismos de filtragem e interpretação discursiva que nesse estudo denominamos por fronteiras discursivas. Essas fronteiras discursivas são da ordem simbólica, podem ser da ordem ideológica, da ordem cultural, mas também da ordem sistêmica que advém da própria organização de uma instituição. Independente da natureza, essas fronteiras discursivas são interessantes para compreendermos como se dá a construção da comunicação na esfera pública e consequentemente a circulação de sentidos.

Dessa maneira, ao observamos o processo comunicativo e a circulação dos discursos LGBT, com base nas entrevistas que fizemos para compor o escopo de nosso estudo, identificamos a existência de cinco mecanismos que de alguma forma interferem na construção de sentidos, na significação e ressignificação dos discursos e na própria mediação deles. Acreditamos que cada uma das fronteiras discursivas identificada não corresponde necessariamente a uma determinada ordem ou natureza, mas na verdade, há uma interconexão de diversas ordens para que cada mecanismo discursivo se interponha no processo comunicativo.

Dito isso, verificamos em vários momentos dos fluxos comunicativos a existência recorrente de no mínimo quatro fronteiras discursivas que de alguma forma contribuíram para que os discursos do movimento LGBT tomassem uma determinada forma e que sentidos específicos fossem assim constituídos. Destacamos, a) preconceito; b) disponibilidade e acesso ao discurso; c) organização e visibilidade mediática; d) produção discursiva para o centro.

O primeiro mecanismo que chama a nossa atenção é a existência do *preconceito* na sociedade, precisamente em circulação nas várias instâncias que compõe a esfera pública. Esse mecanismo antes recluso às camadas da esfera privada, ganhou nova robustez atualmente e agora se faz presente (visualmente detectável), sem constrangimentos públicos na esfera pública. As pessoas estão cada vez mais demonstrando a sua falta de capacidade de conviver com o diferente e com os discursos produzidos pelo Outro.

Barros (2015) explica que o preconceito, seja ele expresso em qualquer contexto social, se estrutura a partir de quatro organizações languageiras: por meio de estruturas

discursivas de exclusão, assimilação, segregação ou agregação. Há, pois dois processos convergentes, um em que os indivíduos procuram transformar o Outro à sua semelhança e outro em que insistem na diferença existente entre as pessoas para poder criar estruturas de manutenção da exclusão ou segregação.

Do ponto de vista da organização narrativa, o discurso intolerante é, sobretudo, um discurso de sanção aos sujeitos considerados maus cumpridores de certos contratos sociais: de branqueamento da sociedade, de pureza da língua, de heterossexualidade e outros. Esses sujeitos são, portanto, no momento do julgamento, reconhecidos como maus atores sociais, maus cidadãos – pretos ignorantes, maus usuários da língua, índios, bárbaros, judeus perigosos, árabes fanáticos, homossexuais promíscuos – e punidos com a perda de direitos, de emprego ou até mesmo com a morte (BARROS, 2015, p. 64-65).

O processo se estabelece, como vimos, a partir de discursos e práticas sociais em que o diferente é ostensivamente repudiado e reprimido. No entanto, não podemos compreender o preconceito como uma fronteira que existente isoladamente no meio social, ele está intrinsicamente associado a outras fronteiras discursivas que apontamos em parágrafos anteriores. O preconceito acarreta na produção das demais fronteiras discursivas quando que por intolerância aos discursos dos movimentos LGBT ocorre a perda de interesse pela busca da informação, ou a não visibilidade mediática, ou ainda levando a uma crise de representação social.

O segundo ponto em questão é o que chamamos de *disponibilidade e acesso ao discurso*. A partir de uma modelo de distribuição de poder social³² podemos compreender o acesso de minorias a dominância, controle e exercício do discurso e também da comunicação pública. Dijk (2015, p.88-89) nos ensina que determinados grupos sociais possuem acesso especial ao discurso e à comunicação pública. Por esse motivo, esses grupos podem exercer o controle sobre o próprio discurso e à comunicação pública, sobre outros grupos ou instituições, influenciando “as estruturas do texto e da fala, de modo que, como resultado, o conhecimento, as atitudes, as normas, os valores e as ideologias dos receptores sejam mais ou menos indiretamente afetadas tendo em vista o interesse do grupo dominante”.

Dito isso o autor, explica que há um acesso restrito às posições de quem pode falar e escrever, que escolhe o destinatário, determina o que pode ser falado, quando isso pode ser expresso, em que contexto de produção, ou ainda quem pode participar do processo como ouvinte. O exercício desse poder social determina, dessa maneira, quem é incluindo ou quem

³²É definido em termos do controlo exercido por um grupo ou organização (ou seus integrantes) sobre as ações e/ou as mentes de (membros de) outro grupo, limitando dessa forma a liberdade de ação dos outros ou influenciando seus conhecimentos, atitudes ou ideologias (DIJK, 2015, p. 88).

é excluído do acesso ao discurso e ao processo comunicativo no meio social. Normalmente, como pudemos perceber a partir das entrevistas colhidas, raramente as pessoas LGBTQs estão em condições de fala, de acesso ao discurso e à comunicação pública.

O autor é severamente crítico a falta de acesso das minorias à comunicação mediática e aos recursos de produção discursivas inauguradas por essas tecnologias de comunicação. Segundo ele, o acesso das minorias aos meios é “uma condição para sua participação na definição pública de sua situação. Apesar de os jornalistas em geral se autodefinirem liberais, a falta de acesso das minorias à mídia é uma das propriedades mais visíveis da dominância simbólica das elites brancas” (DIJK, 2015, p. 98). Como consequência, em nosso estudo, observamos que há o processo de não visibilidade das pautas e discussões do movimento LGBTQ, a invisibilização dos sujeitos LGBTQs e a falta de discussão de temas importantes o que leva ao processo de desinformação até mesmo para a comunidade LGBTQ.

A terceira fronteira refere-se a própria *organização e visibilidade mediática* que é empregada pelos veículos de imprensa. Devemos observar que o processo mediático está organizado a partir de rotinas de produção do próprio meio e conta com a influência político-ideológico dos profissionais e da empresa a frente do processo. Dessa forma, reiteramos o que já foi dito em capítulos anteriores, a comunicação mediada feita por veículos de imprensa alterou consideravelmente as formas de produção e reprodução de conteúdos e bens simbólicos. Mas também exercem, assim, forte influência sob a apreensão de conteúdos produzidos como a sua significação e ressignificação.

Quando observamos a mediação de conteúdos e sentidos pelos meios e pela imprensa não podemos nos esquecer que esse processo faz parte de uma escolha agendada pelos profissionais e empresas dos meios. Thompson (2008) já nos alertava que os meios detêm o poder de dar visibilidade a determinados acontecimentos enquanto oculta outros. As instituições que controlam o funcionamento definem quais sujeitos e quais assuntos serão iluminados e quais serão sumariamente silenciados. Barbalho (2005) corrobora ao afirmar que os meios são as instituições, atualmente, que conseguem não apenas dar voz, mas fazem com que discursos existam socialmente.

No entanto o que acabamos de ver é que o campo da comunicação social (meios) ainda é restrito e restritivo a assuntos relacionados aos direitos, aos sujeitos e às lutas do movimento LGBTQ. Na verdade, vemos um filtro de seleção que privilegia um estado único de sentidos que são veiculados, ligando os sujeitos LGBTQs à apenas três espaços discursivos: o festivo, o da violência/vitimização e o da marginalidade social. Enquanto os sujeitos LGBTQs

forem retratados a partir dessas instâncias de produção simbólica, continuaremos reforçando um estereótipo e negando acesso aos meios e uma visibilidade midiática.

Com o advento das novas tecnologias de comunicação eletrônica e a proliferação do uso da internet, vimos surgir uma nova onda de produção de conteúdos que foge do controle das grandes instituições midiáticas. Novos atores sociais utilizam-se desses aparatos técnicos e tecnológicos de comunicação para que suas vozes sejam ouvidas e disseminadas no espaço público. Contudo, não podemos deferir que esses novos meios de comunicação social vieram para solucionar a questão da interação com os públicos e a circulação de discursos e sentidos dos movimentos sociais.

A partir das nossas entrevistas pudemos perceber que apesar do uso intenso da internet e meios digitais de comunicação, como por exemplo as redes sociais, ainda observamos acontecer um fenômeno comunicacional que restringe o acesso a informação, estamos falando de uma *produção discursiva para o centro*. A comunicação realizada pelos vários atores sociais do movimento LGBT ainda é restritiva e realizada de forma convergente, englobando na maioria das vezes, apenas as pessoas que participam ativamente da organização do movimento social. Notamos que há, assim, um diálogo entre pares que não ultrapassa as fronteiras da militância LGBT.

Uma das consequências desse fenômeno é o distanciamento entre os movimentos sociais LGBTs e a sociedade, provocando o desinteresse, à não-visibilidade das ações e a desinformação até mesmo das pessoas que compõem a comunidade LGBT. Dessa maneira, concluímos que os sujeitos LGBTs não reconhecem a atuação da militância LGBT e, por conseguinte, há uma quebra de contrato quanto à representação/representatividade entre os movimentos sociais e os sujeitos da comunidade, como observamos em sessões anteriores. Entendemos, pois, que deslegitimação do discurso da militância LGBT é justificada pelo desinteresse, aversão, falta de simpatia, falta de coerência e falta de inteligibilidade nos processos comunicativos dos movimentos sociais LGBTs.

Ao longo desse trabalho expusemos por meio de vários autores que os estudos do processo comunicativo e dos meios não são apenas uma análise da produção de conteúdo que é realizada por um determinado veículo ou “mídia”. Devemos, pois, compreender que é no campo da comunicação social que percebemos a interação dos seres humanos e a construção das relações sociais. Endossamos ainda a ideia de que com o advento das tecnologias de comunicação, essas relações sociais ganharam novos contornos e uma nova dinâmica.

Partimos dessa afirmativa para compreendermos como se dá o processo de contato, interação e significação dos discursos da militância LGBT com os sujeitos que compõem a comunidade LGBT em Goiânia, sujeitos que se auto-identificaram com as identidades de gênero e sexuais: gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros. Buscamos com essa pesquisa conhecer os caminhos dos discursos LGBTs na sociedade e entender por que ainda há resistência social/comunicativa para tais discursos nos veículos de jornalismo e também no espaço público local.

O grande desafio da comunicação social é fazer com que as desigualdades de acesso e pertencimento ao espaço público sejam extintas. Mais do que isso é necessário que as pessoas gozem dos direitos inerentes ao ser humano para que estejam garantidos a livre expressão de discursos e a participação ativa no espaço público. Com essa pesquisa, identificamos que os discursos dos movimentos sociais LGBTs não produzem o efeito esperado. Logicamente, há discussões e reelaboração de significados ligados a causa desse movimento, contudo ainda observamos a incipiência do debate que é restrito a determinados espaços discursivos.

Ao falarmos em democracia, pressupõem-se que os indivíduos façam parte desse sistema de forma ativa. As pessoas precisam sentir-se como parte integrante do processo de expressão, debate e produção de diálogos no espaço público. Acreditamos que esse caminho levaria os sujeitos a ter condições plenas de acessar à informação, construir estratégias para então agir socialmente e conseguir ter visibilidade para cobrar para que haja um processo de concessão de direitos às pessoas que se encontram, hoje, em estado de vulnerabilidade política-social.

Identificamos que os discursos produzidos pelo movimento LGBT percorrem inúmeros fluxos comunicativos no espaço público, porém eles são filtrados (significados/ressignificados) por instituições e pelos indivíduos que o acessam. São nesses percursos comunicativos que nos propusemos a debruçar com o intuito de conhecer as fronteiras que os discursos enfrentam e as produções de sentido que deles advém.

Apesar de haver variados fluxos e canais de comunicação, acesso à informação como a internet, ressaltamos que os meios e principalmente o jornalismo continuam atuando como os principais disseminadores de discursos no espaço público, devido à importância social que esses atores sociais representam para a sociedade. Observamos, dessa maneira, que muito da significação e ressignificação realizada pelos sujeitos passam pela interpretação dada pelos meios e pelo jornalismo.

Entendemos, assim, que os discursos do ativismo LGBT ainda são restritos a determinados espaços de discursivos devido às políticas de visibilidade das empresas midiáticas e dos profissionais envolvidos que justificam por vezes tal posicionamento ao consumo da audiência. Com a pesquisa, identificamos que o jornalismo local ainda constrói suas pautas a partir de três lugares específicos quando trata dos sujeitos LGBTs: do festivo, da violência e da criminalidade. Não há uma cobertura que enfatize ou leve informação sobre as lutas pelo reconhecimento dos direitos dessa população que ainda se encontra na vulnerabilidade.

Outro fator determinante para a visibilidade que os discursos LGBTs alcançam no espaço público se deve muito ao contato e afinidade dos próprios sujeitos que compõem a comunidade LGBT. Naturalmente, o reconhecimento desses discursos conferiria aos movimentos sociais legitimação para que eles representassem os sujeitos LGBTs e que esses se vissem participantes dessa pretensa comunidade, no entanto, vemos um movimento contrário em que se instaurou um processo de deslegitimação através de uma crise de representatividade.

O distanciamento dos movimentos sociais e da comunidade LGBT pode ser justificada em até certo grau pelas dificuldades de disseminação dos discursos do ativismo em Goiânia pelos medias, mas também por outros canais de comunicação utilizados por essas organizações. As estratégias adotadas por esses movimentos continuam a ser restritivas a alguns núcleos de pessoas, o que impede a construção e perpetuação de uma imagem positivada, contudo o que vemos é a propagação de uma imagem distorcida e mensagens com ruídos. As pessoas LGBTs não conseguem identificar de forma objetiva as ações do ativismo LGBT e tampouco seu protagonismo na luta pela equidade de direitos sociais.

Tomando como base a discussão levantada até aqui e considerando os fluxos comunicativos, definimos que há no mínimo quatro fronteiras discursivas que operam para que os discursos do movimento LGBT assumam determinados lugares e ganhem sentidos específicos. Reiteramos, a) preconceito; b) disponibilidade e acesso ao discurso; c) organização e visibilidade midiática; d) produção discursiva para o centro.

Essas quatro fronteiras determinaram a significação que foi apresentada durante as entrevistas que realizamos. A identificação delas nos permitiu inferir que os discursos e a atuação do movimento LGBT, por mais que sejam consideradas importantes, ainda não obtiveram visibilidade nos medias e reconhecimento pelos sujeitos entrevistados. Assim,

verificamos que tanto a luta por direitos e equidade dessas pessoas, inclusive elas são relegadas ao esquecimento.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BARBALHO, Alexandre. *Cidadania, minorias e mídia: ou algumas questões postas ao liberalismo*. In: **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Editora Paulus, 2005.
- BARBATO, Silvine. CAIXETA, Juliana. *Histórias de vida, identidade e memória: uma proposta metodológica*. In: **Estudos de identidade** – entre saberes e práticas. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
- BARROS, Diana. *Intolerância, preconceito e exclusão*. In: **Discurso e desigualdade social**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.
- BORGES, Rosana Maria Ribeiro. **Pensamentos Dispersos, Hegemonias Concentradoras: discursos jornalísticos e movimentos de territorialização no Cerrado**. 2013. 420f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.
- BORGES, Carolina; COUTINHO; Maria. *Sentidos para a homossexualidade*. In: **Discurso e Desigualdade Social**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.
- CANFIELD, Fernanda. **O direito humano a (homo)afetividade e os movimentos sociais LGBT**. Curitiba: Appris, 2015.
- CARRAVA, Sergio. *O Centro Latino-Americano em sexualidade e direitos humanos e o “lugar” da homossexualidade*. In: **Movimentos sociais, educação e sexualidades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- CARVALHO, Carlos Alberto. **Jornalismo, homofobia e relações de gênero**. Curitiba: Appris, 2012.
- CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2015.
- CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2003.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade** – a era da informação: economia, sociedade e cultura. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1999.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança** – movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2013.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2015a.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Identidade linguística, identidade cultural: uma relação paradoxal*. In: **Discurso e (des)igualdade social**. São Paulo: Editora Contexto, 2015b.

CONRAD, Kalliandra. FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. *Da expressão nas ruas para a reprodução na revista*. In: **Das ruas à mídia** – representação das manifestações sociais. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2015.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Senado Federal. Secretaria de Editoração e Publicações. Coordenação de Edições Técnicas, 2017. Disponível em: <https://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/con1988_06.06.2017/CON1988.pdf>. Acesso em: 03 de jul. 2017.

COSTA, Cléria. *Memórias compartilhadas: os contadores de história*. In: **Contar história, fazer História** – História, cultura e memória. Brasília: Paralelo 15, 2001.

DAOLIO, Jocimar. **Da cultura do corpo**. Campinas: Papirus Editora, 2011.

DELGADO, Lucilia. *História oral e narrativa: tempo, memória e identidades*. In: **História Oral**. Dossie nº6. Associação Brasileira de História Oral, 2003.

DEUSDARÁ, Bruno; ROCHA, Décio. **Análise de Conteúdo e Análise do Discurso**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/alea/v7n2/a10v7n2.pdf>>. Acesso em: 19 de set. 2017.

DIAS, Eurípides da Cunha. *Arqueologia dos movimentos sociais*. In: **Movimentos sociais na atualidade**: manifestações e categorias analíticas. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

DIJK, Teun. **Discurso e poder**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

DUARTE, Jorge. *Entrevista em profundidade*. In: **Método e técnicas de pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

DUARTE, Jorge. **Comunicação pública**: estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2009.

DUARTE, Marcia. *Estudo de Caso*. In: **Método e técnicas de pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?** Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

Fiegenbaum, Ricardo. **Esquema para análise da mediatização**: aporte teórico-metodológico. Lumina. Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação Universidade Federal de Juiz de Fora / UFJF. Vol.6. n1. jun, 2012.

FIGUEIREDO, Cecília. *Militantes: a construção do pertencimento – uma discussão sobre formulações identitárias no contexto do MST*. In: **Estudos de Identidade** – entre saberes e práticas. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do século XXI** – Antigos e novos atores sociais. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

GOHN, Maria da Glória. **Sociologia dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Cortez, 2014.

GOMES, Wilson. **Comunicação e democracia** – problemas e perspectivas. São Paulo: Editora Paulus, 2008.

GREINER, Christine. **O corpo** – pistas para estudos indisciplinados. São Paulo: Annablume, 2005.

GREGOLIN, Maria do Rosario. **Análise do discurso e mídia**: a (re)produção de identidades. In: Revista Comunicação, Mídia e Consumo. Vol. 4, n.11, nov. 2007.

GRUPODIGNIDADE. **Assassinato de LGBT no Brasil: relatório 2016**. Disponível em: <<http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>>. Acesso em: 20 de set. 2017.

GRUPO GAY. Disponível em: <<http://www.ggb.org.br/>>. Acesso em: 20 de set. 2017.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública** – Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade Cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio e Apicuri, 2016.

LAKATOS, Eva; MARCONI, Marina. **Metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2010)

MAGALHÃES, Nancy. *Narradores: Vozes e poderes de diferentes pensadores*. In: **Contar história, fazer História** – História, cultura e memória. Brasília: Paralelo 15, 2001.

MAIA, Rousiley. *Atores da sociedade civil e ação coletiva: relações com a comunicação de massa*. In: **Mídia – representação e democracia**. São Paulo: Editora Hucitec, 2010.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MALHOTRA, Naresh. **Pesquisa de Marketing** – uma orientação aplicada. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MANHÃES, Eduardo. *Análise do discurso*. In: BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

MATOS, Heloiza. **Comunicação pública**: interlocuções, interlocutores e perspectivas. São Paulo: ECA/USP, 2012. Disponível em <<http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/ata/pos/ppgcom/ciencias%20da%20comunic>

[acao.%20e-books.%20%20comunica%C3%A7%C3%A3o%20publica.pdf>.](#) Acesso em: 20 de set. de 2017.

MEIHY, José; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar.** São Paulo: Contexto, 2007.

MELO, Iran Ferreira de. **Análise do discurso e análise crítica do Discurso:** desdobramentos e intersecções. Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura. Ano 5, 2009. Disponível em: <<http://www.letramagna.com/adeacd.pdf>>.

MINISTÉRIO PÚBLICO. **O Ministério Público e os direitos de LGBT** : conceitos e legislação. 2017. Disponível também em: <http://www.mpf.mp.br/atuacaotematica/pfdc/midiateca/nossas-publicacoes/o-ministerio-publico-e-os-direitos-de-lgbt-2017>. Acesso em: 01 de set. 2017

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória:** a cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 2007.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise Crítica da Narrativa.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso** – princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2005.

PAIVA, Raquel. *Mídia e política de minorias.* In: **Comunicação e cultura das minorias.** São Paulo: Editora Paulus, 2005.

PRADO, Marco Aurélio. *Movimentos sociais e massa – identidades coletivas no espaço público contemporâneo.* In: **Mídia, esfera pública e identidades coletivas.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

PRUDÊNCIO, Kelly. *Mobilizar a opinião pública: sobre a comunicação dos ativistas políticos.* In: **Mídia – representação e democracia.** São Paulo: Editora Hucitec, 2010.

RAMOS, Silvia. *Violência e homossexualidade no Brasil: as políticas públicas e o movimento homossexual.* In: **Movimentos sociais, educação e sexualidades.** Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

RIBEIRO, Irineu. **A TV no armário** – a identidade gay nos programas e telejornais brasileiros. São Paulo: GLS, 2010.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

ROSSETTO, Graça Penha Nascimento. Agenda-setting e Framing: detalhes de uma mesma teoria? Publicação revista Intexto n.26. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria queer.** Belo Horizonte: Autêntica, 2015

SANTAELLA, Lúcia. **Corpo e comunicação** – sintoma da cultura. São Paulo: Paulus, 2004.

SCHWAAB, Reges; ZAMIN, Ângela. Relações entre lugar discursivo e efeitos de sentido no discurso jornalístico. In: **Estudos de Jornalismo e mídia**. Revista Acadêmica Semestral do programa de pós-graduação em Jornalismo e Mídia da UFSC. Vol.4. n.1. p.33-41. Florianópolis: Editora Insular, 2007.

SILVA, Tomaz. *A produção social da identidade e da diferença*. In: **Identidade e diferença - A perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2013.

SIQUEIRA, Denise. **Corpo, comunicação e cultura: a dança contemporânea em cena**. Campinas: Autores Associados, 2006.

SODRÉ, Muniz. *Por um conceito de minoria*. In: **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Editora Paulus, 2005.

SORJ, Bernardo. *Entre o local e o global*. In: **Junho de 2013: A Sociedade enfrenta o Estado**. São Paulo: Summus, 2014.

SOUSA, J. P. **A Teoria do Agendamento e as responsabilidades do jornalista ambiental: uma perspectiva ibérica**. BOCC. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, Portugal, v. 1, 2008. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-teoria-do-agendamento.pdf>>. Acesso em 13 jul. 2014.

TEMER, Ana Carolina R. P; NEY, Vanda Cunha Albieri. **Para entender as teorias da comunicação**. Uberlândia: EDUFU, 2009.

TOGNOZZI, Marcelo S. *A força das redes sociais*. In: **Junho de 2013: A Sociedade enfrenta o Estado**. São Paulo: Summus, 2014.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 1999.

THOMPSON, John B. A nova visibilidade. In: **Dossiê: perspectivas autorais nos estudos de comunicação II**. Revista Matrizes. Revista do Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação de São Paulo. Ano 1, n.2. p.15-37. jan.-jun., 2008.

VERÓN, Eliseo. **Esquema para la análisis de la mediatización**. Revista Diálogos, n. 37, Lima, 1987.

WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*. In: **Identidade e diferença - A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2013.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

WOLTON, Dominique. **Internet, e depois?** Uma teoria crítica das novas mídias. Porto Alegre: Editora Sulina, 2012.

APÊNDICE A



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Esta pesquisa teve o objetivo de fazer o mapeamento dos discursos do ativismo LGBT e analisar os caminhos e interferências deles no processo comunicativo. Para tanto, é necessário analisar a (re)significação realizada pela população LGBT sobre tais discursos. A coleta de dados será realizada a partir de entrevistas em profundidade aberta com lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros sendo que essas pessoas não participam ativamente de algum movimento social. Para tanto, definimos como estratificação, com base no IBGE, a faixa etária “Adultos” que corresponde à população que possui entre 20 a 59 anos de idade. Para cada identificação identitária e de gênero serão escolhidas uma pessoa pertencente à Classe A ou B e uma pessoa pertencente a classe C, D ou E. Dessa forma serão entrevistados 12 pessoas. No que tange à coleta, faremos entrevista em profundidade conforme perguntas que se seguem abaixo:

- a) Me conta um pouco sobre a sua história de vida
- b) Com qual identidade sexual e de gênero você se identifica?
- c) Quando você começou a identificar-se assim?
- d) Como foi o seu processo de descoberta?
- e) Você se lembra de ter visto alguma notícia nos veículos de jornalismo que te ajudou a se descobrir e se afirmar como um LGBT? Se sim, onde e de que falava essa notícia?
- f) Você se lembra de ter visto alguma coisa em alguma novela, filme ou desenho sobre o universo LGBT no momento da sua descoberta e afirmação identitária?
- g) Nesse momento de descoberta ou de afirmação de identidade LGBT você se lembra de ter sido tocado por algum conteúdo comunicacional veiculado em outros tipos de mídia além da TV ou dos veículos de notícia?
- h) Quais as principais barreiras que você enfrentou ao se descobrir?
- i) Como você percebe a relação entre as pessoas LGBTs e a sociedade?
- j) O que é a militância nos movimentos sociais?
- k) Como você vê a militância LGBT?
- l) Você já teve contato com algum discurso do movimento LGBT? Qual?
- m) Os discursos da militância LGBT te ajudaram em algum momento da sua vida? Como?
- n) O que você pensa sobre os direitos dos LGBTs?
- o) Como você vê esses direitos no seu dia-a-dia?
- p) Você se interessa pelos direitos dos LGBTs? Se sim, onde você se informa sobre o assunto? Se não, por que não tem interesse?

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

- q) Você conhece alguma atividade da militância LGBT em Goiânia? Se sim, qual? Se não, por que você acha que não fica sabendo?
- r) Alguma vez você já pensou em militar sobre a causa LGBT? Por quê?
- s) Você se sente representado por alguma entidade LGBT? Se sim, qual? Se não, por quê?
- t) Na sua opinião, quais direitos já foram conquistados pelos LGBTs, e quais ainda faltam ser conquistados?
- u) O que você acha da “cura gay”?
- v) Você já ouviu falar da “escola sem partido”? Se sim, o que pensa sobre essa discussão?
- w) O que você acha do ensino de alguma religião na escola pública?
- x) Qual a última notícia que você lembra de ter visto sobre algum tema LGBT? Onde foi e sobre o que falava?
- y) Você se sente representado nas notícias que tem contato e que dizem respeito ao tema LGBT?

APÊNDICE B

Entrevista 1 – Mulher transexual

Entrevista 2 – Mulher bissexual

Entrevista 3 – Mulher homossexual

Entrevista 4 – Mulher transexual

Entrevista 5 – Mulher bissexual

Entrevista 6 – Homem homossexual

Entrevista 7 – Mulher homossexual

Entrevista 8 – Mulher transexual bissexual

Entrevista 9 – Homem homossexual

ANEXO A



Universidade Federal de Goiás
Campus Samambaia, Cep 74001.970, Goiânia-GO
Fones: 62 3521.1334/3521.1335
www.fic.ufg.br - secretaria.fic@ufg.br



CERTIDÃO DE ATA

Certifico que, em reunião do Conselho Diretor da Faculdade de Informação e Comunicação, realizada no dia 04/10/2017, foi aprovado o Projeto de Pesquisa **“O ATIVISMO LGBT EM GOIÂNIA: REFLEXÕES SOBRE DISCURSOS, PROCESSOS COMUNICATIVOS E FRONTEIRAS DE SENTIDOS”**, sob coordenação da professora Rosana Borges Ribeiro Borges, matrícula nº 2505381/SIAPE, do curso de Jornalismo.

Goiânia, 11 de outubro de 2017.


Profa. Dra. Angelita Pereira de Lima
Presidenta do Conselho Diretor

Profa. Dra. Angelita P. de Lima
Diretora de FIC-UFG
Matrícula 2505381

ANEXO B

Reportagem – Parada Gay 2017 em Goiânia (04/09/2017) 1’32’’

Apresentador: alegria e muito brilho deram um colorido especial ao Parque Mutirama nesse final de semana. A 22ª edição da Parada do Orgulho Gay em Goiânia teve como tema o combate a homofobia no ambiente de trabalho. Confira mais detalhes com Lucílio Macedo.

Repórter: Caravana de 26 cidades participaram da festa. Que também é de certa forma um manifesto de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. As palavras de ordem aqui: diversão, liberdade, respeito. O tema desse ano foi: LGBTfobia no ambiente de trabalho. Competência não tem orientação sexual, nem identidade de gênero.

Entrevista 1 (coordenador da Parada orgulho LGBTTT): a gente precisa trazer isso para a sociedade, saber o quanto é importante o LGBT, principalmente, a pessoa que passa por esse processo, de estar em ingressado no mercado de trabalho.

Repórter: Na programação artística grupos de hip hop, funk, DJs, drag Queens e rap. E por falar em rap, encontramos aqui o primeiro rapper gay do Brasil. É o goiano Lulu Monamour.

Entrevista 2(rapper): O trabalho veio com inspirações de grandes nomes da cena internacional e nacional que me inspiraram no decorrer do início pra estar compondo, ao mesmo trazendo toda referência de luta e contestação de direitos, que hoje muitos de nós LGBTs estamos lutando pra ocupação no espaço musical também.

Repórter: Então vamos ver se o Lulu Monamour é bom de rima.

Entrevistado 2 (rapper): Jornal do Meio Dia pode chegar que a parada está ficando quente, já sabe que igualdade de direito que a gente sente.

ANEXO C

Reportagem - Travesti é preso por matar traficante em Goiânia (25/04/2017) 1'27''

Apresentadora: Polícia civil prende travesti acusado de matar traficante no Bairro São Francisco, em Goiânia.

Repórter: José Wilson Araújo Santos, travesti de 26 anos, de codinome Michele Brasil, foi apresentada hoje, durante coletiva, na delegacia de homicídios. Michele é suspeita de matar um traficante do bairro São Francisco, em Goiânia. O crime aconteceu no dia 21 de abril. A travesti preferiu não gravar entrevista, mas segundo a polícia teria confessado o crime.

Entrevista 1 (delegado): A gente fazendo uma campana em frente à residência, a gente viu ela na sacada da residência. Então, a gente entrou e efetuou a prisão dela em flagrante ainda porque estávamos buscando. Ela confessou o crime e foi trazido aqui para a Delegacia de Homicídios.

Repórter: Até agora o traficante morto não teve o corpo identificado. Além de realizar a prisão de Kely Brasil, a polícia civil colocou atrás das grades outra travesti. Samuel Rodrigues de Sousa, de codinome Kellyta Maya.

Repórter: Kellyta é suspeita de matar a tiros, com a ajuda de Michele Brasil, a também travesti, Ágata Lavana. O assassinato aconteceu em julho de 2016. A motivação seria disputa por ponto de prostituição no Bairro São Francisco. Em dezembro do ano passado, a polícia civil já havia apreendido Michele na operação divas que investigou a exploração da prostituição e homicídios. Mas, ela já estava em liberdade. Agora, volta para cadeia com a comparsa Kellyta Maya. Ambas responderão na justiça pelo crime de homicídio.

ANEXO D

Reportagem G1 Goiás/TV Anhanguera

Vídeo mostra travesti sendo espancada em posto de combustível de Goiânia; associação LGBT vê caso como 'absurdo'

Nas imagens, vítima leva vários chutes e socos sem ser ajudada por ninguém. Agressão teria ocorrido porque homem não queria pagar por programa; caso não foi registrado na polícia.

Em vídeo que circula em redes sociais mostra quando uma travesti é espancada por um homem em um posto de combustíveis do Bairro São Francisco, em Goiânia. Ela leva socos e pontapés enquanto tenta correr dele (assista). A Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Estado de Goiás (Astral-GO) monitora o caso, que classificou como "absurdo". A Ordem dos Advogados do Brasil Seção Goiás (OAB-GO) também acompanha o caso.

As agressões teriam ocorrido porque o homem fez um programa com a vítima e se recusou a pagar. O caso aconteceu no início deste mês no pátio do estabelecimento, onde há uma lanchonete, na Avenida Castelo Branco. Tanto o proprietário do posto quanto a distribuidora Ale, responsável pelo estabelecimento, disseram repudiar "todas as formas de violência".

Nas imagens, a vítima, que está apenas de mini blusa e calcinha, aparece correndo, mas é contida pelo homem, que lhe dá uma gravata e a joga no chão. Em seguida, ele a chuta cinco vezes, enquanto a travesti se levanta e corre outra vez.

A travesti rodeia um carro e segue sendo perseguida pelo rapaz, que a agarra e desfere vários socos nela.

A vítima, então, entra no pátio da lanchonete e tenta abrigo do lado de dentro, mas um segurança barra sua entrada na porta e a empurra. Ela pede ajuda a um cliente, sentado a uma mesa, que a ignora, a manda sair e diz: "Vai para lá. Aqui não". Neste momento, o homem se afasta. A travesti diz: "Ele me pegou lá e não quer pagar". Ela pega algo no chão. A imagem depois mostra o agressor indo embora em uma picape de cor cinza.

A região é atendida pelo 11º Distrito Policial de Goiânia. A delegada que responde interinamente pela delegacia, Jocelaine Braz, disse que nenhuma ocorrência deste caso foi registrada e que não pode dar início à investigação sem uma denúncia formal. A Polícia Militar informou que também não foi acionada.

Acompanhamento

A presidente da Astral-GO, Beth Fernandes, disse que recebeu o vídeo por meio das redes sociais e que desde então, começou a monitorar o caso. Um advogado, parceiro da instituição, já conversou com a vítima. "Ela está chateada e estamos tentando acolhê-la. O vídeo mostra o impacto da dor e da violência contra as travestis. As pessoas estão paralisadas e não movem um músculo para ajudar. É um absurdo. Ele começou a dar porrada e ela não teve reação. Dá muita dor ver uma trans apanhando daquele jeito", disse Beth, que também é transexual, ao G1.

Ainda segundo Beth, a vítima contou que a discussão e as agressões ocorreram depois de um desentendimento em relação ao pagamento do programa. "Ela é garota de programa e atua na região. O que ela disse para o advogado é que o homem parou para fazer um programa e ela entrou no carro. Depois de combinarem um preço, ele sugeriu que não precisaria pagar. Foi quando houve a briga", afirma.

O caso, conforme a dirigente da Astral-GO, não é isolado e demonstra uma situação de vulnerabilidade a que os travestis estão expostos. "Essa situação expõe algo que estamos discutindo há muito tempo. Essas pessoas não têm acesso à saúde e educação e ficam vulneráveis ao mercado de trabalho. Essa subcidadania cria o subemprego. Para se ter uma ideia, naquela região nós atendíamos 100 garotas de programa. Hoje já são 400", destaca.

Comissão da OAB-GO

Em nota, a assessoria de imprensa da OAB-GO informou que o caso é acompanhado pela Comissão da Diversidade Sexual (CDS). O comunicado destaca que estão sendo tomadas "as medidas cabíveis no sentido de apurar os fatos, acompanhar a vítima, e colher provas suficientes para instrução de um futuro processo criminal e civil".

Além disso, a comissão atua na promoção de políticas e inclusão do público LGBT, bem como acompanhar e prestar assessoria jurídica para casos em que exista crimes ligados à orientação sexual e de gênero. A OAB-GO informou que somente neste ano, 20 denúncias de agressões ao público LGBT já foram registradas pela comissão. Na maioria dos casos, a comunicação não ocorre diretamente pela vítima, mas sim por ONGs e grupos de apoio.

Respostas

Em nota enviada ao G1, a assessoria de imprensa da Ale, distribuidora responsável pelo posto, disse que repudia "todas formas de violência" e que "não compactua com qualquer prática que

não atenda, da melhor forma, os clientes dos postos revendedores". O comunicado destaca ainda que investe em programas de treinamento das equipes de postos e que entrou em contato com os gestores da unidade, "que possui uma administração independente da distribuidora, para que possam apurar o ocorrido e tomar as providências cabíveis".

O G1 entrou em contato com o posto e um homem, que se identificou como proprietário, afirmou que teve conhecimento do caso, mas que não entraria em detalhes e que mantinha o mesmo posicionamento da distribuidora. O G1 também procurou, por e-mail, na tarde do último sábado (14), a assessoria da Subway, lanchonete instalada no pátio do posto. Em nota, a rede disse não tolerar "comportamentos preconceituosos de qualquer tipo". "Nos comprometemos a tratar cada pessoa com honra, dignidade e respeito – independentemente de sua crença, raça, credo, preferência sexual, gênero, deficiências ou habilidades. Nós estamos cooperando plenamente com as autoridades locais a respeito do ocorrido", declarou.

ANEXO E



MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP

FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

1. Projeto de Pesquisa: O ATIVISMO LGBT EM GOIÂNIA: REFLEXÕES SOBRE DISCURSOS, PROCESSOS COMUNICATIVOS E FRONTEIRAS DE SENTIDOS			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 12			
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 6. Ciências Sociais Aplicadas			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: WEBER FELIX DE OLIVEIRA			
6. CPF: 026.401.841-99	7. Endereço (Rua, n.º): BRASILIA VILA JARDIM SALVADOR 493 TRINDADE GOIAS 75388472		
8. Nacionalidade: BRASILEIRO	9. Telefone: 62982616884	10. Outro Telefone:	11. Email: weber.imprensa@gmail.com
Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo. Data: <u>29</u> / <u>09</u> / <u>2017</u> Assinatura 			
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
12. Nome: Universidade Federal de Goiás	13. CNPJ:	14. Unidade/Órgão: Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia	
15. Telefone: (62) 3521-1215	16. Outro Telefone:		
Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução. Responsável: <u></u> CPF: <u>363 357 701-72</u> Profa. Dra. Angelita P. de Lima Diretora da FIC-UFG Matrícula SIAPE 1359711 Cargo/Função: <u>Diretora</u> Profa. Dra. Angelita P. de Lima Diretora da FIC-UFG Matrícula SIAPE 1359711 Data: <u>29</u> / <u>09</u> / <u>2017</u> Assinatura 			
PATROCINADOR PRINCIPAL			
Não se aplica.			

ANEXO F



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O ATIVISMO LGBT EM GOIÂNIA: REFLEXÕES SOBRE DISCURSOS, PROCESSOS COMUNICATIVOS E FRONTEIRAS DE SENTIDOS

Pesquisador: WEBER FELIX DE OLIVEIRA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 77866617.5.0000.5083

Instituição Proponente: Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia

Patrocinador Principal: FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DE GOIÁS

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.368.500

Apresentação do Projeto:

Projeto de pesquisa desenvolvido no Programa de Mestrado em Comunicação da UFG. Utilizando metodologia qualitativa exploratória do tipo história oral temática e análise de discurso, o estudo traz uma amostra de 12 sujeitos com idades entre 20 e 59 anos. Para tanto, foram escolhidas as seguintes elementos identificadoras: a) identidade individual e coletiva; b) militância; c) direitos sociais e direitos LGBTs; d) mídias ou veículos de comunicação e) comunicação ou estratégias de comunicação; f) mobilização social; g) parada do orgulho LGBT.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo geral da pesquisa é descortinar os processos comunicativos e os caminhos percorridos pelos discursos LGBTs em Goiânia.

Objetivos específicos

- a) Identificar a relação dos meios de comunicação com o processo de significação dos discursos LGBTs em Goiânia;
- b) Observar como é a recepção dos discursos do movimento social pelos sujeitos LGBTs;
- c) Identificar qual a relação das instâncias de produção discursiva dos movimentos LGBTs e a constituição dos sujeitos LGBTs;
- d) Descobrir quais são as fronteiras discursivas no processo comunicativo e como elas atuam sobre

Endereço: Prédio da Reitoria Térreo Cx. Postal 131

Bairro: Campus Samambaia

CEP: 74.001-970

UF: GO

Município: GOIANIA

Telefone: (62)3521-1215

Fax: (62)3521-1163

E-mail: cep.prpi.ufg@gmail.com

os discursos.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O pesquisador assegura que o estudo não oferece riscos significativos e para amenizá-los, observa que a pesquisa será realizada em ambientes escolhidos pelo entrevistado em que ele/ela sinta-se mais à vontade, em horários combinados previamente com participação voluntária. As perguntas não terão influência sobre a vida do entrevistado, com garantias de sigilo e anonimato.

Benefícios:

A pesquisa beneficia toda a sociedade uma vez que ela se propõe a descortinar os entraves dos discursos LGBTs na nossa sociedade, identificando quais as fronteiras que impedem a circulação de discursos, contribuindo assim com a redução da discriminação.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Projeto de pesquisa com metodologia bem delineada, boa fundamentação teórica e em conformidade com os preceitos éticos para pesquisa com seres humanos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Protocolo de pesquisa apresentando toda a documentação obrigatória necessária em conformidade com as resoluções 466 e 510 da Conep. Folha de rosto devidamente assinada, termo de compromisso dos pesquisadores, projeto detalhado, modelo de entrevista, cronograma, TCLE com linguagem clara, esclarecedor quanto aos objetivos da pesquisa e as garantias de direitos para o participante.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Conclui-se pela aprovação do protocolo de pesquisa

Considerações Finais a critério do CEP:

Informamos que o Comitê de Ética em Pesquisa/CEP-UFG considera o presente protocolo APROVADO, o mesmo foi considerado em acordo com os princípios éticos vigentes. Reiteramos a importância deste Parecer Consubstanciado, e lembramos que o(a) pesquisador(a) responsável deverá encaminhar ao CEP-UFG o Relatório Final baseado na conclusão do estudo e na incidência de publicações decorrentes deste, de acordo com o disposto na Resolução CNS n. 466/12. O prazo para entrega do Relatório é de até 30 dias após o encerramento da pesquisa, prevista para abril de 2018.

Endereço: Prédio da Reitoria Térreo Cx. Postal 131
Bairro: Campus Samambaia **CEP:** 74.001-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-1163 **E-mail:** cep.prpi.ufg@gmail.com



UFG - UNIVERSIDADE
FEDERAL DE GOIÁS



Continuação do Parecer: 2.368.500

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1005003.pdf	29/09/2017 11:44:07		Aceito
Folha de Rosto	folharosto.pdf	29/09/2017 11:42:35	WEBER FELIX DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	instrumentos.docx	29/09/2017 11:35:33	WEBER FELIX DE OLIVEIRA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	termocompromisso.pdf	29/09/2017 11:31:49	WEBER FELIX DE OLIVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termoconsentimento.pdf	29/09/2017 11:30:47	WEBER FELIX DE OLIVEIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto.docx	29/09/2017 11:30:10	WEBER FELIX DE OLIVEIRA	Aceito
Orçamento	ORcAMENTO.docx	29/09/2017 11:29:39	WEBER FELIX DE OLIVEIRA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.docx	29/09/2017 11:28:30	WEBER FELIX DE OLIVEIRA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Avaliação da CONEP:

Não

GOIANIA, 07 de Novembro de 2017

Assinado por:
João Batista de Souza
(Coordenador)

Endereço: Prédio da Reitoria Térreo Cx. Postal 131

Bairro: Campus Samambaia

CEP: 74.001-970

UF: GO

Município: GOIANIA

Telefone: (62)3521-1215

Fax: (62)3521-1163

E-mail: cep.prpi.ufg@gmail.com

ANEXO G



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA/CEP



TERMO DE COMPROMISSO

Declaro que cumprirei os requisitos da *Resolução CNS n.º 466/12* e/ou da *Resolução CNS n.º 510/16*, bem com suas complementares, como pesquisador responsável e/ou pesquisador participante do projeto intitulado “O ativismo LGBT em Goiânia: Reflexões sobre discursos, processos comunicativos e fronteiras de sentidos”. Comprometo-me a utilizar os materiais e os dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo da pesquisa acima referido e, ainda, a publicar os resultados, sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto, considerando a relevância social da pesquisa, o que garante a igual consideração de todos os interesses envolvidos.

Data: 29 / 09 / 2017

Nome do(a) Pesquisador(a)	Assinatura Manuscrita ou Digital
1. Wéber Félix de Oliveira	
2. Rosana Maria Ribeiro Borges	
3.	
4.	

ANEXO H



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE



Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada “O ativismo LGBT em Goiânia: Reflexões sobre discursos, processos comunicativos e fronteiras de sentidos”. Meu nome é WÉBER FÉLIX DE OLIVEIRA, sou jornalista e o pesquisador responsável por essa pesquisa que está sendo desenvolvida no campo da Comunicação. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence ao pesquisador responsável. Essa pesquisa é anônima, ou seja, se você desejar participar da pesquisa não divulgaremos seu nome, nem outras informações pessoais. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas por mim e pela minha orientadora professora Dra. Rosana Maria Ribeiro Borges, via e-mail (weber.imprensa@gmail.com) e, inclusive, sob forma de ligação a cobrar, através do(s) seguintes contatos telefônicos: (62) 9 8261-6884/ (62) 9 9617-4797. Ao persistirem as dúvidas sobre os seus direitos como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás, pelo telefone (62)3521-1215.

O que estamos pesquisando

Sobre nosso trabalho: O trabalho intitulado “O ativismo LGBT em Goiânia: Reflexões sobre discursos, processos comunicativos e fronteiras de sentidos” trata-se sobre os caminhos dos discursos do movimento LGBT em Goiânia. Estudaremos o processo comunicativo dos discursos do movimento LGBT e a recepção desses discursos por pessoas LGBTs. Vamos fazer nossa coleta a partir de entrevistas em profundidade com pessoas que se identificam como Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros. O objetivo dessa etapa é compreender a resignificação que essas pessoas fazem dos discursos LGBTs. O meu objetivo principal é descobrir quais são as fronteiras discursivas desse processo e como elas agem sobre o processo comunicativo.

Como será a coleta de informações: Para participar desta pesquisa, você e os demais entrevistados responderão perguntas sobre sua história de vida e o seu conhecimento sobre o movimento LGBT e sobre os produtos simbólicos que se originam nessa instância. Queremos saber a sua opinião sobre o movimento e sobre as ações que ele promove na cidade. As entrevistas serão gravadas e serão manuseadas apenas pelo pesquisador.

- () Permito a divulgação da minha imagem/voz/opinião nos resultados publicados da pesquisa;
() Não permito a publicação da minha imagem/voz/opinião nos resultados publicados da pesquisa.

A pesquisa oferece riscos: a pesquisa será realizada em ambientes escolhidos pelo entrevistado em que ele/ela sinta-se mais à vontade, em horários combinados previamente com participação voluntária. As perguntas não terão influência sobre sua vida, tampouco exporemos sua identidade, Garantimos sigilo que assegure a sua privacidade e o seu anonimato. Assim sendo a pesquisa não

Universidade Federal de Goiás - Campus Samambaia
Faculdade de Informação e Comunicação - Avenida Esperança, s/n
Programa de Pós-Graduação em Comunicação - Sala 16
CEP 74690-900 - Goiânia-Goiás - Brasil
Telefone: (62) 3521-1514

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

oferecerá qualquer tipo de riscos a você. Inclusive fica em aberto a possibilidade de você desistir da coleta, deixar de responder alguma questão se assim entender.

Você terá que arcar com algum custo: A pesquisa não terá nenhum custo de participação para você. Também não haverá nenhum tipo de pagamento ou gratificação financeira pela sua participação. A sua participação é voluntária.

Ressarcimento por algum dano: Caso haja algum prejuízo a você pela participação nesta pesquisa os pesquisadores se comprometem a arcar com os custos, desde que haja evidências dos danos causados atestados por perícia médica realizada por um profissional escolhido por esse pesquisador.

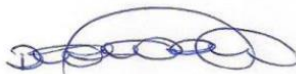
Benefícios da pesquisa: a pesquisa beneficia toda a sociedade uma vez que ela se propõem a descortinar os entraves dos discursos LGBTs na nossa sociedades. Demonstrando, dessa maneira, quais são as fronteiras que impedem a circulação de discursos que poria fim a atos de discriminação.

Privacidade dos dados: os pesquisadores garantem o sigilo quanto à privacidade dos participantes e quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa. As informações que você e outras pessoas fornecerem para esta pesquisa serão arquivadas e guardadas, sendo divulgadas apenas na pesquisa.

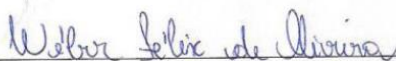
Arquivamento dos dados: os resultados obtidos pela pesquisa servirão de base para uma dissertação (trabalho acadêmico) de mestrado e os referidos dados ficarão a disposição do Programa de Mestrado em Comunicação da UFG (PPGCOM) por um período igual a 12 meses, por entender que após este prazo os dados devem ser novamente obtidos em razão da sua desatualização. Esses dados também podem servir de base para outros trabalhos do meio universitário a serem apresentados em eventos de comunicação.

() Declaro ciência de que os meus dados coletados podem ser relevantes em pesquisas futuras e, portanto, autorizo a guarda do material em banco de dados;

() Declaro ciência de que os meus dados coletados podem ser relevantes em pesquisas futuras, mas não autorizo a guarda do material em banco de dados;



Rosana Maria Ribeiro Borges



Wéber Félix de Oliveira

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

Consentimento da Participação na Pesquisa

Eu, _____,
inscrito(a) sob o RG _____ e
CPF _____, abaixo assinado, concordo em participar do
estudo intitulado "O ativismo LGBT em Goiânia: Reflexões sobre discursos, processos
comunicativos e fronteiras de sentidos". Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que
minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado(a) e
esclarecido(a) pelo pesquisador(a) responsável **WÉBER FÉLIX DE OLIVEIRA** sobre a
pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e
benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar
meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro,
portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Goiânia, ____ de _____ de ____.

Assinatura por extenso do(a) participante

Assinatura por extenso do(a) pesquisador(a) responsável

Testemunhas em caso de uso da assinatura datiloscópica

Testemunha 1: _____

Testemunha 2: _____